

TSE

Ministros Presidentes

1945-2002



TSE

Ministros Presidentes

1945-2002

Secretaria de Documentação e Informação
Brasília – 2004

© Tribunal Superior Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral
DG – Secretaria de Documentação e Informação
SAS, Praça dos Tribunais Superiores
Bloco C , Edifício Sede, Térreo
70096-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 316-3272
Fax: (61) 322-0562 e 322-0603

Editoração: Seção de Publicações Técnico-Eleitorais

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral: ministros presidentes, 1945-
2002. – Brasília: TSE/SDI, 2004.

262p. il.

1. TSE – Presidentes – Biografia. I. Título.

CDD 923.281

CDDir 341.4191

Tribunal Superior Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Presidente

Ministro Sepúlveda Pertence

Vice-Presidente

Ministra Ellen Gracie

Ministros

Ministro Carlos Velloso

Ministro Barros Monteiro

Ministro Peçanha Martins

Ministro Fernando Neves

Ministro Luiz Carlos Madeira

Procurador-Geral Eleitoral

Dr. Cláudio Lemos Fonteles

Diretor-Geral da Secretaria

Dr. Alysson Darowish Mitraud

Sumário

Sumário

A

Aldir Guimarães Passarinho	145
Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa	23
Antônio Carlos Lafayette de Andrada	19
Antônio Gonçalves de Oliveira	57
Antônio Martins Vilas Boas	53
Ary de Azevedo Franco	45

C

Cândido Motta Filho	49
Carlos Mário da Silva Velloso	199
Carlos Thompson Flores	75
Célio de Oliveira Borja	177

D

Décio Meirelles de Miranda	109
Djaci Alves Falcão	67

E

Edgard Costa	27
Eloy José da Rocha	61

F

Francisco de Paula Rocha Lagôa Filho	37
Francisco Manoel Xavier de Albuquerque	79

I

Ilmar Nascimento Galvão	241
-------------------------------	-----

J

João Baptista Cordeiro Guerra	91
João Leitão de Abreu	87
José Carlos Moreira Alves	97
José Francisco Rezek	151
José Geraldo Rodrigues de Alckmin	83
José Linhares	11
José Néri da Silveira	119
José Paulo Sepúlveda Pertence	191

L

Luiz Gallotti	33
Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti	173
Luiz Rafael Mayer	113

M

Marco Aurélio Mendes de Farias Mello	217
Maurício José Corrêa	245

N

Nelson Azevedo Jobim	253
Nelson Hungria Hoffbauer	41

O

Oscar Dias Corrêa	133
-------------------------	-----

P

Paulo Brossard de Souza Pinto	183
Pedro Soares Munõz	103

R

Raphael de Barros Monteiro	71
----------------------------------	----

S

Sydney Sanches	161
----------------------	-----

W

Waldemar Crownel do Rego Falcão	15
---------------------------------------	----

Dados biográficos

Ministro

José Linhares

José Linhares

nasceu em 28 de janeiro de 1886, na fazenda Sinimbu, distrito de Guaramiranga, Município de Baturité, província do Ceará. Filho do coronel Francisco Alves Linhares e D. Josefa Caracas Linhares. Casou-se com Luiza Cavalcanti Linhares.



Iniciou seus estudos em Guaramiranga. Fez os estudos secundários no Liceu do Ceará.

Em 1903, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tendo transferido sua residência para o Estado de Pernambuco, abandonou os estudos de Medicina e matriculou-se, em 1904, na tradicional Faculdade de Direito de Recife, no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Recebeu o grau de bacharel na Escola de São Paulo, em novembro de 1908.

Fixou residência e exerceu a advocacia no Rio de Janeiro. Assumiu os cargos de representante da Fazenda Nacional nos processos de desapropriação de obras de portos, e de procurador dos patrimônios dos estabelecimentos a cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Classificado em dois concursos para o cargo de pretor criminal da Justiça local do Distrito Federal, foi nomeado, em 29 de janeiro de

1913, juiz da 2ª Pretoria Criminal. Foi transferido para a 7ª Pretoria Cível e depois para a 1ª Pretoria Cível.

Em de 9 de julho de 1928, foi promovido a juiz de direito da 5ª Vara Criminal. Em decreto de 30 de março de 1931, foi nomeado desembargador da Corte de Apelação.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, em decreto de 16 de dezembro de 1937, preencheu a vaga de Ataulpho Napoles de Paiva. Foi empossado no dia 24 do referido mês.

Durante quatro anos, como desembargador, fez parte do Tribunal Superior da Justiça Eleitoral, criado pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

Foi membro titular da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e de outras sociedades científicas nacionais e estrangeiras.

Nomeado vice-presidente do Supremo Tribunal Federal pelo presidente da República, de acordo com o Decreto-Lei nº 2.770, de 11 de novembro de 1940, tomou posse no dia 10 do mês seguinte. Nessa condição, presidiu, em 1945, a comissão que elaborou a nova legislação eleitoral brasileira. Integravam a comissão os desembargadores Lafayette de Andrada e Vicente Piragibe, consultor-geral da República, o prof. Hahnemann Guimarães e o jurista Miranda Valverde.

Com a aposentadoria do Ministro Eduardo Espínola, ascendeu à Presidência do STF, em 26 de maio de 1945, nomeado pelo presidente da República. Em vista das disposições contidas na Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, e no art. 7º, nº 1, do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio do mesmo ano, passou a presidir, também, o Tribunal Superior Eleitoral. Providenciou a instalação desse Tribunal no antigo Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, em 1º de junho de 1945.

Com a deposição do Presidente Getúlio Vargas pelas Forças Armadas, assumiu, como chefe do Poder Judiciário, a Presidência da República, em 30 de outubro de 1945, permanecendo no cargo até 31 de janeiro de 1946. Revogou o Decreto-Lei nº 2.770, por meio do Decreto-Lei nº 8.561, de 4.1.1946. Revogou, ainda, o art. 177 da Carta de 1937, por intermédio da Lei Constitucional nº 12, de 7 de novembro de 1945, e extinguiu o Tribunal de Segurança Nacional, com a Lei Constitucional nº 14, de 17 de novembro de 1945.

Como presidente da República, limitou-se à preservação da ordem e normalidade da administração do país. Presidiu, com imparcialidade, as eleições, para os cargos de presidente, deputados e senadores da nova Assembléia Constituinte, já decretadas pelo ex-Presidente Getúlio Vargas, marcadas para 2 de dezembro.

Tomou várias iniciativas importantes de ordem administrativa. A inflação foi combatida, ainda que as medidas para enfrentá-la tenham sido parcialmente frustradas devido ao crescimento das despesas públicas, originário do aumento dos salários dos servidores civis e militares. Foram extintos o Conselho de Economia Popular e a Comissão Executiva do Leite. A legislação aduaneira foi modificada para permitir que os jornais importassem papel com isenção de impostos, o que havia sido proibido em 1937 e que constituía mais um elemento de controle da imprensa. No plano da educação, diversos órgãos foram reestruturados. Foi concedida autonomia à Universidade do Brasil e diversas faculdades estaduais foram federalizadas pelo governo, sendo mais tarde centralizadas em universidades. O Ministério de Viação e Obras Públicas reorganizou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Departamento Nacional de Iluminação a Gás, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, além da administração do porto do Rio de Janeiro e do Serviço de Navegação da Baía do Prata. Foi concedida, ainda, autonomia técnico-administrativa ao Departamento de Correios e Telégrafos.

Retornando ao Supremo Tribunal Federal, foi eleito presidente, em sessão de 2 de fevereiro de 1946, para o triênio 1946-1949. Posteriormente, foi eleito novamente presidente da Corte, em sessão de 2 de maio de 1951, sendo empossado na mesma data, e reeleito em 28 de abril de 1954, permanecendo no cargo até 28 de janeiro de 1956, quando aposentado por implemento de idade.

Em sessão do dia 30 do mesmo mês, foi homenageado, falando em nome do Tribunal o Ministro Ribeiro da Costa; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Plínio de Freitas Travassos; pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, o Dr. Justo de Moraes; e, pelos amigos, o Dr. João de Oliveira Filho.

Faleceu em 26 de janeiro de 1957, na cidade de Caxambu, Minas Gerais. Sua memória foi reverenciada em sessão do Supremo Tribunal Federal no dia 28 do mesmo mês, manifestando-se os Ministros Orozimbo Nonato (presidente), Cândido Motta Filho, Ary Franco, Nelson Hungria, Rocha Lagôa, Luiz Gallotti, Hahnemann Guimarães, Ribeiro da Costa, Lafayette de Andrada, Barros Barreto, e, também, o Dr. Alceu Barbedo, subprocurador-geral da República, o Dr. Ildfonso Mascarenhas, o desembargador José Duarte e o Dr. Hermano dos Anjos.

O centenário de seu nascimento foi comemorado em sessão de 5 de março de 1986, falando pela Corte o Ministro Carlos Madeira; pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Hugo Mósca.

Ministro Waldemar Falcão

Waldemar Crownel do Rego Falcão nasceu em Baturité, Estado do Ceará, em 25 de janeiro de 1885. Filho de Francisco do Rego Falcão Filho e Maria da Conceição do Rego Falcão. Foi casado com D. Adamir Ribeiro Falcão.



Após os estudos primários na terra natal, matriculou-se, em 1908, no Liceu do Ceará (Fortaleza). Ali permaneceu até 1911 quando, com a reforma do ensino, procedida por Rivadávia Corrêa, efetuou estudos especiais que lhe permitiram prestar exame de admissão à Faculdade de Direito do Ceará, onde ingressou em 1913. Conquistou o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1916. Foi o orador da turma. Obteve o doutorado em Ciências Jurídicas.

Iniciou suas atividades como telegrafista da 4ª classe do Telégrafo Nacional no Estado do Ceará, em 1913. Em 1917, foi posto à disposição do Governo do Ceará para exercer as funções de delegado de polícia de Fortaleza e da 1ª Região Policial, cargo em que permaneceu até maio de 1919.

Em 1921, foi professor substituto de Economia Política e Direi-

to Administrativo da Faculdade de Direito do Ceará e, logo após, professor do Colégio Militar do mesmo estado, obtendo o 1º lugar para as disciplinas de Geografia, História do Brasil e História Geral. Nomeado pelo Presidente Epitácio Pessoa, recebeu, na forma da legislação então vigente, a patente de tenente-coronel honorário do Exército Brasileiro.

De 1921 a 1931, exerceu o magistério e a advocacia. A seguir, foi para o Rio de Janeiro, onde o então Ministro Oswaldo Aranha o designou observador técnico da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Mais tarde, veio a tornar-se membro dessa comissão, apresentando numerosos pareceres e monografias sobre teses debatidas.

Exerceu o cargo de ministro do Trabalho, em 1937, desenvolvendo grande parte do programa de política social do governo Getúlio Vargas. Presidiu a Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra (1938).

Em 13 de junho de 1941, foi nomeado, pelo Presidente Getúlio Vargas, ministro do Supremo Tribunal Federal, para a vaga do Ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, sendo empossado no dia 18 daquele mesmo mês.

Foi vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral quando este foi instalado em 28.5.45. Exerceu interinamente a presidência do TSE de 30.10.45 a 25.5.46, quando o Ministro José Linhares foi designado para a chefia do Poder Executivo..

Foi nomeado membro do Conselho Administrativo da Caixa de Mobilização Bancária e do Conselho Nacional do Trabalho. Eleito deputado à Assembléia Constituinte, em 1934, pelo Estado do Ceará, participou da comissão de estudos financeiros e econômicos dos estados e municípios e foi relator das emendas alusivas ao Poder Executivo. Em 1935, foi eleito senador pelo mesmo estado.

Publicou os livros: *Política tributária* (1920); *As mais fortes características do povo romano* (1920); *À propósito da busca do câmbio* (1930); *O empirismo monetário do Brasil* (1931); *O paradoxal mercantilismo brasileiro e Conversão da dívida externa do Brasil* (1932).

Colaborou com diversos jornais do Estado do Ceará e da capital

da República, publicando artigos sobre economia nacional.

Quando se encontrava em viagem aos Estados Unidos da América, a convite do governo daquele país, para estudos da legislação eleitoral, veio a falecer, em Boston, no dia 2 de outubro de 1946.

O Tribunal prestou-lhe homenagem póstuma em sessão do dia seguinte, quando expressaram o pesar da Corte os Ministros José Linhares, presidente; Castro Nunes e Edgard Costa; o Dr. Themistocles Brandão Cavalcanti, pelo Ministério Público Federal; o Dr. Elmano Cruz, representando os juízes da Fazenda Pública do Distrito Federal; o Dr. Nelson de Souza Carneiro, pelos advogados; e, o Dr. Jayme Pinheiro de Andrade, pelos funcionários da Secretaria.

O centenário de nascimento foi comemorado em sessão de 5 de março de 1997, quando falou em nome do Supremo Tribunal Federal o Ministro Maurício Corrêa; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega, vice-procurador-geral da República; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o prof. Roberto Rosas.

Ministro

Lafayette de Andrada

Antônio Carlos Lafayette de Andrada

nasceu em Barbacena, Estado de Minas Gerais, em 23 de março de 1900. Filho do embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva e de D. Corina Lafayette de Andrada. Casou-se com Maria Hilda Diniz de Andrada.



Realizou os estudos secundários no Colégio Santo Inácio e no Colégio Militar de Barbacena, recebendo o título de agrimensor em 1918. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, onde bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1923.

Exerceu a advocacia, o jornalismo e o magistério (1923-1924). Como secretário da Embaixada do Brasil, participou das comemorações da Batalha de Ayacucho, no Peru (1924). Foi curador de acidentes do trabalho (1925-1934).

Ingressando na magistratura, ocupou os cargos de juiz de direito da 7ª Vara Criminal (1934) e da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões (1940). Promovido a desembargador do Tribunal de Apelação do antigo Distrito Federal (1943), integrou a 2ª Câmara Criminal (1943) e a 3ª Câmara Cível (1944).

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto de 1º de novembro de 1945, do Presidente José Linhares, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eduardo Espínola. Tomou posse no dia 8 daquele mês.

Escolhido juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral (1946), foi reconduzido em caráter efetivo, exercendo a vice-presidência (1946-1947) e a presidência daquele órgão (1947-1950). Teve sua despedida na 143ª Sessão, em 12 de outubro de 1950.

Retornou ao Tribunal Superior Eleitoral em 1956, como juiz substituto, sendo reconduzido em 1958.

Eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, a 23 de janeiro de 1957, em virtude da aposentadoria do Ministro Edgard Costa, foi reeleito para as mesmas funções em 21 de janeiro de 1959, tomando posse nas datas referidas. Exerceu a presidência da Corte de 29 de janeiro de 1962 a 10 de dezembro de 1963.

Foi aposentado por decreto de 3 de fevereiro de 1969. O Supremo Tribunal Federal prestou-lhe homenagem em sessão de 5 de fevereiro do mesmo ano, quando falou em nome da Corte o presidente em exercício, Ministro Luiz Gallotti; pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Décio Miranda; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, o prof. Francisco Manoel Xavier de Albuquerque.

A vaga não foi preenchida em face do Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, que reduziu de 16 para 11 o número de ministros, restabelecendo a composição anterior ao Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Pertenceu à Comissão Permanente do Livro do Mérito e ao Conselho da Ordem Nacional do Mérito; ao Instituto Histórico de Ouro Preto; ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; ao Instituto Genealógico Brasileiro; à Sociedade Brasileira de Direito Internacional; à Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e à Academia Tiberina (Roma).

Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro; vice-provedor da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula; provedor da Santa Casa de Misericórdia de Barbacena, em Minas Gerais; presidente da Ordem de Malta, no Rio de Janeiro; membro da Sociedade Amante da Instrução, da Venerável Irmandade

do Príncipe dos Apóstolos de São Pedro e São Paulo, do Patronato dos Menores Abandonados, da Fundação Ataulpho de Paiva, da Real Muy Ilustre e Venerável Arquiconfraria do Preciosíssimo Sangue de N. S. Jesus Cristo (Murcia – Espanha), da Instituição Visconde Ferreira d’Almeida, da Cruzada Nacional contra a Tuberculose, da Cruz Vermelha Brasileira e da Sociedade de Amparo aos Psicopatas.

Foi juiz da 7ª Vara Eleitoral (1934), da 12ª Zona Eleitoral (1935) e juiz de direito da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1938).

Integrou a Sociedade de Geografia de Washington (Estados Unidos) e a Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Advogado do Brasil. Participou do 1º Congresso Nacional de Direito Judiciário e do Congresso Jurídico Nacional; presidiu a Comissão de Reforma da Lei de Acidentes de Trabalho (1943) e fez parte da Comissão Elaboradora da Lei Eleitoral (1945).

Em 25 de julho de 1950, na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, discursou na 78ª Sessão, ao ser sancionado o novo Código Eleitoral.

Foi agraciado com as seguintes honrarias: Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (Brasil); Grã-Cruz da Ordem de São Carlos (Colômbia); Grã-Cruz da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval; Grande Oficial da Ordem Equestre de São Silvestre (Vaticano); Comendador da Ordem do Santo Sepulcro; Donato de 1ª classe da Ordem de Malta. Recebeu as medalhas: Cinquentenário da República; Pacificador, Guerra; Barão do Rio Branco; Rui Barbosa; Marechal Thaumaturgo de Azevedo; Marechal Caetano de Faria; Marechal Souza Aguiar; Padre Anchieta; Mérito Santos Dumont; Alta Distinção da Ordem do Mérito Jurídico-Militar; Princesa Leopoldina; Cruz Vermelha Brasileira; Silvio Romero; Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras; Mérito, no grau de colaborador, do Ministério do Trabalho; Clóvis Bevilacqua; comemorativa do Cinquentenário do 1º Vôo do Mais Pesado que o Ar; Isabel – A Redentora; Juan Henriques Dumont (Cruz Vermelha Espanhola); Palmas Acadêmicas da *The American International Academy*; e Cruz do Mérito Judiciário.

Como juiz de direito, desembargador e ministro do Supremo Tribunal Federal, teve inúmeras decisões publicadas em revistas especializadas.

Faleceu no dia 9 de dezembro de 1974, na cidade do Rio de Janeiro. Sua memória foi reverenciada em sessão de 17 do mesmo mês, quando falou pelo Tribunal o Ministro Xavier de Albuquerque; pela Procuradoria-Geral da República, o prof. José Carlos Moreira Alves; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, o Dr. Cláudio Lacombe.

O centenário de seu nascimento foi comemorado pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 18 de maio de 2000, sendo orador, pela Corte, o Ministro Nelson Jobim. Manifestou-se, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Haroldo Ferraz de Nóbrega, vice-procurador-geral da República; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. José Guilherme Villela.

Ministro

Ribeiro da Costa

Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1897. Filho do general-de-divisão Alfredo Ribeiro da Costa e de D. Antonia Moutinho da Costa. Casou-se com Gelsa Autran Ribeiro da Costa.



Fez o curso de Humanidades no Colégio Militar. Completou o curso de Direito, em 1918, na antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, iniciando, no escritório do advogado Antônio Moutinho Dória, ainda estudante, a prática da profissão de advogado.

Iniciou sua vida profissional, ainda acadêmico, em 1915, como professor do Município do Rio de Janeiro, função que acumulou com cargos administrativos, até exonerar-se a pedido, em 4 de março de 1924, quando ingressou na magistratura. Presidiu a 6ª Junta de Alistamento Militar e exerceu, em comissão, o cargo de Auxiliar do Serviço de Recenseamento, em 1920. Foi fiscal de bancos da Fazenda, de 16 de novembro de 1922 a 7 de março de 1924.

Foi juiz de direito interino em todas as varas do antigo Distrito Federal, tendo ocupado, inclusive, a Presidência do Tribunal do Júri de 1927 a 1934.

Foi juiz da 6ª Pretoria Criminal e, de 1934 a 1937, da 5ª Vara Cível. Em abril de 1942, foi promovido, por merecimento, a desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal. Exerceu as funções do cargo até 31 de outubro de 1945. Nesse ano, foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal, permanecendo no cargo até janeiro de 1946. Ainda em 1945, foi nomeado presidente do Tribunal Eleitoral do Distrito Federal.

Em janeiro de 1946, foi nomeado, por José Linhares, ministro do Supremo Tribunal Federal. Em setembro, foi indicado para integrar o Tribunal Superior Eleitoral, em substituição ao Ministro Edgard Costa, no cargo de juiz substituto. Foi empossado na 37ª Sessão do TSE, realizada em 3 de julho de 1947, como juiz efetivo e vice-presidente. Exerceu a presidência dessa Corte de 19 de outubro de 1950 até 3 de julho de 1951.

Durante sua permanência no TSE, ocorreram denúncias contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que culminaram no pedido de cassação da legenda. Promovida sindicância pelo Tribunal Regional Eleitoral, o processo foi encaminhado ao TSE para julgamento. No dia 7 de maio de 1947, o TSE, sob a presidência do Ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrada, deu sua sentença, cancelando o registro do PCB.

Eleito presidente do Supremo Tribunal Federal para o biênio 1964-1965, teve o mandato prorrogado, por emenda regimental, até janeiro de 1967, ano em que se aposentou.

Ao completar 50 anos de serviço, foi homenageado pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 27 de setembro de 1965, quando se manifestou, em nome de seus pares, o Ministro Gonçalves de Oliveira; pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Oswaldo Trigueiro; pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Esdras Gueiros; pelo Instituto dos Advogados do Brasil, o Dr. Heráclito Sobral Pinto; e, pelo Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, o Dr. Arnaldo Ramos.

Em 25 de outubro de 1965, por maioria absoluta, os membros do Supremo Tribunal Federal resolveram acrescentar ao regimento interno a seguinte disposição transitória: “O Ministro Alvaro Moutinho Ribeiro da Costa exercerá a presidência do Supremo Tribunal Federal até o término de sua judicatura”.

Quando da abertura dos trabalhos da Corte, em 2 de fevereiro de 1966, solicitou a recolocação do exemplar da Constituição Federal no recinto das sessões, tal como ocorria no Rio de Janeiro, e o posicionamento da Bandeira Nacional à direita da mesa do Tribunal, proferindo vibrante oração. Em sessão de 2 de março de 1966, pronunciou discurso alusivo à passagem do 75º aniversário da instalação do Supremo Tribunal Federal.

Foi aposentado por decreto de 6 de dezembro de 1966, sendo homenageado na sessão do dia seguinte, quando saudou-o, em nome do Tribunal, o Ministro Cândido Motta Filho; o Dr. Alcino de Paula Salazar, procurador-geral da República; o Dr. Décio Miranda, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o Dr. Fernando Figueiredo de Abranches, pela seção do Distrito Federal, da mesma entidade; e o Dr. Laerte José de Paiva, pelos jornalistas e profissionais de imprensa. Agradeceu, no fim, as manifestações.

Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de julho de 1967. O Supremo Tribunal Federal reverenciou sua memória em sessão de 9 de agosto do mesmo ano, expressando o sentimento da Corte o Ministro Aducto Lucio Cardoso; falando pela Procuradoria-Geral da República, o prof. Haroldo Valladão; e, pelos advogados, o Dr. José Guilherme Villela. No Tribunal Superior Eleitoral, foi lembrado em sessão de 10 de agosto, quando discursaram os Ministros Antônio Gonçalves de Oliveira e Victor Nunes Leal.

O centenário de seu nascimento foi comemorado em sessão de 12 de abril de 2000, quando falou pelo Tribunal o Ministro Sepúlveda Pertence; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Geraldo Brindeiro; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Pedro Augusto de Freitas Gordilho.

Ministro

Edgard Costa

Edgard Costa

nasceu em Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1887. Filho de Paulino Gomes da Costa e de D. Cândida Nina Gomes da Costa. Casou-se com Bethânia Ribeiro da Costa.

Fez os primeiros estudos e os cursos secundário e superior na capital da República, tendo-se bacharelado, em 1905, em Ciências e Letras, pelo Colégio Abílio, e, a 10 de janeiro de 1909, em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

Auxiliar do gabinete de identificação e de estatística da polícia do antigo Distrito Federal, atual Instituto Félix Pacheco (1905), foi seu diretor (1907-1911), instituindo o Registro Civil de Identificação, com adoção da Carteira de Identidade, tendo sido portador da carteira nº 1.

Dedicou-se à advocacia de 1911 a 1917.

Em 1910, teve oportunidade de ir a Paris, em missão do governo, incumbido de estudar os métodos modernos de identificação.

Em 11 de abril de 1917, foi nomeado, por concurso de títulos, juiz da 7ª Pretoria Criminal da Justiça do antigo Distrito Federal, sendo transferido, a pedido, para a 2ª Pretoria Criminal. Foi promovido a juiz



de direito da 6ª Vara Criminal, por merecimento, em 14 de maio de 1924. Instalou, em 1927, no novo Palácio da Justiça, o Tribunal do Júri, do qual foi presidente.

Em maio de 1925, ainda na 6ª Vara Criminal, proferiu a primeira sentença de livramento condicional, benefício instituído pelo Decreto nº 16.665 de 1924.

Exerceu o cargo de secretário do Conselho Supremo da Corte de Apelação, em 1926, e o de presidente da Comissão Disciplinar de Justiça, de 1929 a 1930. Foi promovido, por merecimento, em 16 de dezembro de 1929, a juiz de direito da 2ª Vara Cível e, em 11 de maio de 1931, a juiz de direito da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes.

De junho a novembro de 1931, exerceu o cargo de secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, durante a interventoria Mena Barreto, mediante autorização em Decreto Especial nº 20.062, de 1º de junho de 1931. Foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral do antigo Distrito Federal desde a instalação, maio de 1932, até julho de 1933.

Foi promovido, por merecimento, a desembargador do Tribunal de Apelação, com exercício na 6ª Câmara de Agravos, em 26 de março de 1934. Em 1938, por indicação unânime de seus pares, foi escolhido para o cargo de corregedor de justiça, exercendo-o até 1941, quando renunciou. Passou a presidir a 2ª Câmara Criminal. Eleito presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, assumiu as funções em 4 de janeiro de 1943. Convocou e reuniu, sob a sua presidência, em 1943, a I Conferência de Desembargadores do Brasil, para estudo e exegese de nova legislação penal, reunindo 42 desembargadores. No encerramento, foi aclamado com o título honorífico de Desembargador do Brasil. Como presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, integrou o Tribunal Superior Eleitoral, quando de sua constituição, em 1945, sendo reeleito para o biênio imediato.

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto, de 1º de novembro de 1945, do Presidente José Linhares, para a vaga aberta com a aposentadoria do Ministro Antônio Bento de Faria, tomando posse em 8 do mesmo mês. Continuou a integrar o Tribunal Superior Eleitoral, como substituto do Ministro José Linhares, até 31 de janeiro de 1946. Voltou a participar da composição do Tribunal

Superior Eleitoral em 1951, exercendo a presidência daquele órgão até 5 de setembro de 1955, quando terminou o seu mandato. Pugnou pela reforma da legislação eleitoral, obtendo a introdução do uso da cédula única para eleições majoritárias e a criação da folha individual de votação, como medidas assecuratórias da liberdade e do sigilo do voto. Promoveu a revisão do alistamento eleitoral, para expurgo de analfabetos e semi-analfabetos.

Eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal em 30 de janeiro de 1956, permaneceu no cargo até 19 de janeiro de 1957, quando se aposentou, após cerca de 46 anos de serviço público, dos quais 40 prestados à Justiça.

O Tribunal prestou-lhe homenagem de despedida, em sessão de 30 de janeiro de 1957, quando usaram da palavra o Ministro Orozimbo Nonato, presidente, seguido pelo Ministro Luiz Gallotti, em nome da Corte; o Dr. Alceu Barbedo, pelo Ministério Público Federal; o Dr. Elmano Cruz, representando os juízes de direito da Fazenda Pública; o juiz Moacyr Morato, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio; o Dr. Seabra Fagundes, pelos advogados; o Dr. Murilo Fontainha, pela Faculdade de Direito de Niterói; o Dr. Josino Medeiros, pelos seus colegas bacharéis da turma de 1908; e, no fim, o Ministro Edgard Costa, agradecendo as homenagens.

Em sessão de comemoração ao centenário de nascimento de Rui Barbosa, o Ministro Edgard Costa, inspirado na proposta do Ministro Viveiros de Castro, sugeriu a colocação, no recinto do STF, em 1º de março de 1950 – data do 27º aniversário do falecimento do grande advogado –, de busto em bronze do renomado jurista. A referida proposta foi aprovada, por unanimidade, em 23 de março de 1953.

Em 1943, representou o Tribunal de Justiça no I Congresso Jurídico Nacional. Em 1958, por solicitação do então ministro da Justiça, Carlos Cirilo Júnior, elaborou um projeto de lei propondo a reintrodução do voto distrital no país. O projeto não implicava a alteração do sistema eleitoral nem a eleição por distrito ou representação distrital, mas apenas a votação por distrito, acatando o princípio de representação proporcional determinado pela Constituição. Visava promover uma vinculação do eleitorado ao candidato, diminuir, senão eliminar, as influências do poder econômico sobre os pleitos e, final-

mente, facilitar o uso da cédula única.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto em 1950 e, em caráter efetivo, em 1951, quando exerceu o cargo de presidente, sendo reconduzido em 1953.

Teve sua despedida em 5.9.55, na 110ª Sessão do TSE.

A homenagem prestada ao Ministro Edgard Costa, no dia 31 de dezembro, embora singela, não se limitou a simples cumprimentos de cortesia pela passagem de ano. Aproveitando o ensejo, os servidores daquela Secretaria expressaram gratidão ao presidente do TSE pelos benefícios concedidos à classe, pelos bons préstimos à Justiça Eleitoral e pelo exemplo de dignidade e independência na defesa das instituições nacionais.

Recebeu as seguintes honrarias: Medalhas Taumaturgo de Azevedo (1954); Ordem do Mérito Judiciário Militar; Mérito Policial; Mérito da Segurança do Trabalho; Cinqüentenário da República; Rio Branco; Santos Dumont; Rui Barbosa; Duque de Caxias – Pacificador; Imperatriz Leopoldina e Maria Quitéria. Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (1955); Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar (1955) e Cruz do Mérito Judiciário (1955); .

Sócio nº 1 da Associação dos Magistrados Brasileiros, foi o seu primeiro presidente (1941-1953), tendo tomado parte, em 1953, na fundação da União Internacional dos Magistrados (Salzburg/Áustria), sediada em Roma/Itália. Fundou, em 1927, o *Arquivo Judiciário*, publicação de jurisprudência e doutrina, que dirigiu durante 30 anos, até 1957, editado pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

Publicou, entre outras, as seguintes obras: *Jurisprudência criminal* (1916); *Prontuário da legislação eleitoral* (1922); *Dos crimes eleitorais* (1923); *Efemérides judiciárias* (1961); *Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal* (4v., 1962); *A legislação eleitoral brasileira* (1964); *Repertório da jurisprudência criminal, da territorialidade da lei penal; Código do processo penal e prática do processo criminal*.

Faleceu em 12 de junho de 1970, na cidade do Rio de Janeiro, recebendo homenagem póstuma do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 5 de agosto de 1970, quando falou pela Corte o Ministro

Luiz Gallotti; pela Procuradoria-Geral da República, o prof. Francisco Manoel Xavier de Albuquerque; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Carlos Henrique Froes.

Teve o centenário de nascimento celebrado em sessão de 25 de março de 1987, falando em nome da Corte o Ministro Aldir Passarinho; do Ministério Público Federal, o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence; e, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, o Dr. Hugo Mósca.

Ministro

Luiz Gallotti

Luiz Gallotti nasceu no dia 15 de agosto de 1904, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina. Filho de Benjamin Gallotti e de Francisca Angeli Gallotti. Foi casado com Maria Antonietta Pires de Albuquerque Gallotti. Pai do ministro Luiz Octavio Pires e Albuquerque Gallotti, que também integrou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral.



Fez os estudos primários em sua cidade natal, os secundários no Colégio dos Padres Jesuítas, em Florianópolis, e os superiores na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, depois Faculdade Nacional de Direito, bacharelando-se em 1926, com distinção em todas as cadeiras do curso. Foi o orador da turma.

Em 1927, foi nomeado inspetor de bancos no antigo Distrito Federal e, no mesmo ano, eleito deputado à Assembléia Constituinte de Santa Catarina, mais tarde convertida em Assembléia Ordinária.

Nomeado procurador da República em 1929, representou o governo federal, em fevereiro de 1930, no inquérito que se processou

em Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para apurar o atentado ali sofrido pelo Dr. Fernando de Mello Vianna, então vice-presidente da República.

Foi nomeado membro da Comissão Revisora dos Atos do Governo Provisório, criada pela Constituição de 1934, participando ainda da Demarcadora Mista (1934) e da Junta de Revisão e Sorteio Militar.

Em 1945, foi nomeado interventor federal no Estado de Santa Catarina, onde presidiu as eleições de 2 de dezembro do mesmo ano.

Constituído o Tribunal Federal de Recursos, em 1947, foi nomeado subprocurador-geral da República e, a seguir, no mesmo ano, procurador-geral da República. Enviado pelo presidente da República a Alagoas, deu solução ao conflito surgido entre os poderes Executivo e Judiciário daquele estado.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 12 de setembro de 1949, do Presidente Eurico Gaspar Dutra, após aprovação unânime do Senado Federal, para a vaga ocorrida com a aposentadoria do Ministro José de Castro Nunes, tomou posse em 22 do mesmo mês. Integrou a Suprema Corte durante 25 anos, tendo exercido a vice-presidência no período de 12 de dezembro de 1962 a 8 de dezembro de 1964 e a presidência, de 14 de dezembro de 1966 a 11 de dezembro de 1968 e de 21 de janeiro a 6 de fevereiro de 1969.

Quando completou 20 anos de exercício no Supremo Tribunal Federal, foi homenageado em sessão da Segunda Turma, em 22 de setembro de 1969, e pelo Tribunal Pleno, no dia 24 seguinte, falando, nesta oportunidade, o presidente da Corte, Ministro Eloy da Rocha; o procurador-geral da República, Dr. Décio Miranda; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Distrito Federal, o Dr. Carlos Robichez Pena.

Aposentou-se em 15 de agosto de 1974. O Supremo Tribunal Federal, em sessão de 21 do mesmo mês, prestou-lhe homenagem, quando, após a leitura da carta de despedida do Ministro Luiz Gallotti, pelo presidente, Ministro Eloy da Rocha, falou em nome da Corte o Ministro Oswaldo Trigueiro; pela Procuradoria-Geral da República, o prof. José Carlos Moreira Alves; e, pela Ordem dos Advogados do

Brasil, o Dr. José Guilherme Villela.

Foi membro do Tribunal Superior Eleitoral, como juiz substituto e efetivo, desempenhando as funções de vice-presidente, de 22 de janeiro de 1953 a 5 de setembro de 1955, e de presidente, de 6 de setembro de 1955 a 22 de janeiro de 1957.

Representou, durante muitos anos, o Estado de Santa Catarina no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, do qual foi secretário-geral e vice-presidente, e no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, do qual foi vice-presidente. Foi também vice-presidente do Conselho Nacional dos Desportos e da Confederação Brasileira de Desportos.

Possuía ainda os seguintes títulos: Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito; Grã-Cruz da Ordem do Sol Nascente, Japão; Grã-Cruz da Ordem de Santo Olavo, Noruega; Grã-Cruz da Ordem Piana, concedida pelo Papa Paulo VI; Grã-Cruz da Ordem do Mérito, Chile; Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Trabalho. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de São Miguel e São Jorge, pela Rainha Elizabeth II, em 5 de novembro de 1968, quando a soberana britânica visitou o Supremo Tribunal Federal, em Brasília, e com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, por decreto do presidente da República, de 13 de abril de 1970.

Outras honrarias: Grande Oficial do Mérito Aeronáutico; Grande Oficial do Mérito, República Italiana; Grande Oficial da Ordem dos Cavaleiros do Santo Sepulcro; Comendador da Ordem da Coroa, Bélgica; Ordem do Mérito Jurídico-Militar (alta distinção); Mérito Santos Dumont; Cruz do Mérito Desportivo; Mérito do Ministério Público; Mérito Industrial; Condecoração do Instituto dos Advogados Brasileiros; Condecoração Marechal José Pessoa; Medalha Clóvis Bevilacqua; Medalha Rui Barbosa; Medalha Mérito Forense; Medalha da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico; Cruz do Mérito Judiciário; título de Membro Honorário da Ordem dos Velhos Jornalistas; título de Cidadão Carioca, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara; Medalha José Bonifácio; Medalha do Mérito Anita Garibaldi; Medalha do Estado da Guanabara e Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Membro da Academia Catarinense de Letras, eleito em 13 de

setembro de 1969, por unanimidade, para a cadeira nº 22, que pertencera ao ex-presidente da República, Senador Nereu Ramos. Tomou posse em 14 de dezembro de 1971. Recebeu o título de Professor *Honoris Causa*, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 8 de dezembro de 1971, na mesma solenidade em que foi patrono dos bacharéis em Direito. Antes, fora patrono dos bacharéis de 1966.

Publicou dois volumes de *Pareceres do procurador-geral da República* e muitos trabalhos avulsos, além de artigos em revistas jurídicas.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1978. Sua memória foi reverenciada em sessão de 29 de novembro, expressando os sentimentos da Corte o Ministro Xavier de Albuquerque; falando pela procuradoria-geral da República, o prof. Henrique Fonseca de Araújo; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o prof. Caio Mario da Silva Pereira.

Após seu falecimento, sua esposa doou os livros de sua biblioteca ao Supremo Tribunal Federal.

Ministro

Rocha Lagôa

Francisco de Paula Rocha Lagôa Filho

nasceu na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, em 3 de junho de 1895. Filho de Francisco Rocha Lagôa e de Amélia Amaral Rocha Lagôa. Casou-se com Marina Lima Rocha Lagôa.



Fez os estudos secundários em Belo Horizonte e Juiz de Fora, matriculando-se, a seguir, na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, sediada em Belo Horizonte, onde se diplomou em 1915. Foi o orador oficial da cerimônia de colação de grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Após diplomado, exerceu os cargos de delegado de polícia da comarca de Ponte Nova, de 1916 a 1917, e juiz municipal da comarca de Entre Rios, sendo eleito deputado ao Congresso de Minas Gerais na legislatura 1919-1922 e reeleito para a seguinte.

Renunciando ao mandato, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde ocupou, por vários anos, a Promotoria Pública (1924-1931). Em 30 de março de 1931, foi nomeado juiz de direito de acidentes de trabalho. Foi transferido, a pedido, para a 8ª Vara Criminal e serviu,

posteriormente, na 1ª Vara Criminal e na 1ª Vara de Órfãos e Ausentes.

Promovido por merecimento ao cargo de desembargador do Tribunal de Apelação do então Distrito Federal, em 16 de janeiro de 1940, foi eleito corregedor para o biênio 1947-1948.

Por decreto de 9 de junho de 1947, do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi nomeado para o cargo de ministro do Tribunal Federal de Recursos. Tomou posse no dia 23 do mesmo mês, exercendo as funções até 14 de junho de 1950.

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 12 de junho de 1950, do Presidente Eurico Gaspar Dutra, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Álvaro Goulart de Oliveira, com posse em 15 do referido mês.

Participou da composição do Tribunal Superior Eleitoral, inicialmente como juiz substituto. Indicado pelo Tribunal de Justiça do então Distrito Federal, foi empossado em 28 de setembro de 1946. Como membro do Tribunal Federal de Recursos, foi juiz efetivo, cargo no qual tomou posse em 26 de junho de 1947.

Retornou ao TSE para o biênio 1951-1953, eleito pelo Supremo Tribunal Federal para o cargo de juiz substituto, na 98ª Sessão de 1951, realizada em 17 de julho daquele ano. Foi reconduzido para o biênio seguinte no mesmo cargo.

Eleito juiz efetivo, tomou posse na 111ª Sessão do TSE, em 6 de setembro de 1955, sendo reconduzido para o biênio 1957-1959.

Ocupou o cargo de presidente desta Corte em 23 de janeiro de 1957, para o qual foi reconduzido na 5ª Sessão do TSE, realizada em 16 de janeiro de 1959. Despediu-se em 4 de setembro do mesmo ano, por ocasião da realização da 88ª Sessão.

A pedido, aposentou-se, por decreto de 19 de novembro de 1960, sendo homenageado pela Corte, na palavra do Ministro Nelson Hungria, em sessão de 7 de dezembro do mesmo ano.

Recebeu as seguintes honrarias: Grã-Cruz da Ordem de São Gregório Magno; Grã-Cruz da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém; Estrela de Primeira Classe da Ordem da Estrela da Solidariedade da Itália; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar do Brasil e Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico do Brasil.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1975,

sendo sepultado no Cemitério São João Batista. O Supremo Tribunal Federal prestou homenagem à sua memória, em sessão de 30 do mesmo mês, quando interpretou o sentimento da Corte o Ministro Cordeiro Guerra; falando ainda o procurador-geral da República, prof. José Carlos Moreira Alves; e o Dr. Humberto Gomes de Barros, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal. O Tribunal Superior Eleitoral também o homenageou em sessão de 29 de abril de 1975, tendo discursado o Ministro Carlos Thompson Flores.

O centenário de seu nascimento foi comemorado em sessão de 19 de março de 1997, quando falou em nome da Corte o Ministro Carlos Velloso; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Geraldo Brindeiro; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Pedro Augusto de Freitas Gordilho.

Ministro Nelson Hungria

Nelson Hungria Hoffbauer nasceu no Município de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais, em 16 de maio de 1891. Filho de Alberto Teixeira de Carvalho Hungria e Anna Paula Domingues Hungria. Casou-se com Isabel Maria Machado Hungria Hoffbauer, com quem teve quatro filhos.



Durante o curso primário, residiu em Belo Horizonte e Sabará, Estado de Minas Gerais, e Jacareí, Estado de São Paulo. Nessas cidades, frequentou, respectivamente, os colégios Cássio, Azevedo e Nogueira da Gama. Depois de concluir seus estudos básicos no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pela qual se diplomou em 1909.

De volta a seu estado natal, trabalhou como advogado e promotor público em Rio Pomba até 1918, quando retornou à capital mineira e, sem abandonar a advocacia, tornou-se redator da Câmara Estadual. Em 1921, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde atuou como delegado de polícia.

Ao ingressar na magistratura, foi designado para a 8ª Pretoria Criminal do Distrito Federal. Desempenhou, na segunda metade da

década de 1930, as funções de juiz de direito das varas de Órfão e da Fazenda Nacional, além de lecionar Direito Penal na faculdade em que estudara.

Nomeado em 1944 desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, participou, nesse mesmo ano, da comissão executiva do Congresso Pan-Americano de Ciências Penais. No biênio 1947-1948, atuou como corregedor de justiça do Distrito Federal, integrando, no ano seguinte, a comissão revisora dos projetos do Código Penal e da Lei das Contravenções Penais. Na mesma ocasião, redigiu a Lei de Economia Popular.

Em maio de 1951, no início do segundo governo de Getúlio Vargas, Nelson Hungria tomou posse como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), substituindo Aníbal Freire. Nessa condição, em dezembro de 1955, votou a favor de que o STF não tomasse conhecimento do mandado de segurança impetrado contra a Câmara dos Deputados e contra o Senado, por João Café Filho, impedido pelo Congresso de reassumir a presidência da República depois do movimento militar de 11 de novembro daquele ano, chefiado pelo general Henrique Teixeira Lott.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto. Sua posse foi em 25 de julho de 1955.

Na 19ª Sessão do TSE, em 23 de janeiro de 1957, foi empossado como juiz efetivo. Foi reeleito no STF para o 2º biênio (1959-1961). Assumiu a presidência dessa Corte em 9 de setembro de 1959, exercendo-a até janeiro de 1961.

Mediante concurso, obteve a livre docência da cadeira de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito. Participou da elaboração do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei das Contravenções Penais e da Lei de Economia Popular.

Participou ativamente de congressos nacionais e internacionais, dentre eles o II Congresso Latino-Americano (Chile, 1947), o III Congresso Latino-Americano de Criminologia (1949) e *Jornadas Penales* (Argentina, 1960).

Foi agraciado com as seguintes medalhas: Rui Barbosa; Rio Branco; Sesquicentenário do Supremo Tribunal Militar; Teixeira de Freitas. Recebeu a comenda do Mérito do Ministério Público e o prêmio

Teixeira de Freitas, outorgado, em 1958, pelo Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro, pela obra *Comentários ao Código Penal*.

Publicou, entre outros, os livros: *Fraude penal* (1934); *A legítima defesa putativa* (1936) – teses destinadas à conquista da cátedra universitária; *Dos crimes contra a economia popular e das vendas a prestação com reservas de domínio* (1939); *Questões jurídico-penais* (1940); *Novas questões jurídico-penais* (1945); *Comentários ao Código Penal* (1958); *Anteprojeto de Código Penal* (1963); *Cultura, religião e direito* (1943); *O sermão da montanha*; *A obrigação absoluta no Direito Cambiário*; *Estudo sobre a parte especial do Código Penal de 1890*.

Aposentou-se em 11 de abril de 1961 como ministro do STF. Despediu-se da Corte na sessão do dia 12 do mesmo mês, quando proferiu discurso, com a presença do presidente da República, Dr. Jânio Quadros. Foi saudado, em nome do Tribunal, pelo Ministro Ary Franco; falou pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Joaquim Canuto Mendes de Almeida; pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, o Dr. Leopoldo Cesar de Miranda Lima; pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, o Dr. Eloy Franco de Oliveira; pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, o Dr. Ruy Nunes Pereira, e pelos advogados criminalistas do então Estado da Guanabara, o Dr. Evandro Lins e Silva. Após a aposentadoria, passou a se dedicar ao seu escritório de advocacia.

Elaborou o anteprojeto do Código Penal brasileiro, que entrou em vigor em 1972.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de março de 1969, sendo homenageado pelo Supremo Tribunal Federal em sessão da mesma data, falando pela Corte o Ministro Luiz Gallotti; pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Décio Miranda; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, o Dr. Antonio Carlos Osório.

No Tribunal Superior Eleitoral, também foi lembrado em sessão de 27 de março do mesmo ano, quando discursaram os Ministros Eloy da Rocha e Francisco Manoel Xavier de Albuquerque além do procurador-geral da República, Oscar Corrêa Pina.

O centenário de nascimento foi comemorado, em sessão de 16 de maio de 1991, quando falou pela Corte o Ministro Sepúlveda

Pertence; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Affonso Henriques Prates Correia, procurador-geral da República em exercício; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o prof. René Ariel Dotti.

Ministro

Ary Franco



Ary de Azevedo Franco nasceu em Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, em 21 de março de 1900. Filho de Francisco da Silva Franco e de Honorina Antunes de Azevedo Franco. Casou-se com Inah Muniz Corrêa de Melo Franco.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1922.

Ainda estudante, ingressou, por concurso, na repartição geral dos Correios.

Em 2 de outubro de 1928, iniciou sua vida na magistratura como pretor, por concurso, na 3ª Pretoria Criminal.

Dedicou-se ao magistério como docente-livre, por concurso, da cadeira de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito, a partir de outubro de 1931. Foi catedrático interino no triênio 1932-1934. Com a fundação, em janeiro de 1935, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi convidado para ocupar a cátedra de Direito Judiciário Penal. Também foi diretor da mesma faculdade, no biênio 1942-1943, e reeleito para o subsequente. Foi paraninfo da turma de bacharelandos

da Faculdade Nacional de Direito, em 1933, e das turmas de 1942 e 1946 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Promovido a juiz de direito, desempenhou as funções de presidente do Tribunal do Júri até 17 de janeiro de 1946, quando ascendeu, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Exerceu a presidência do órgão no biênio 1953-1954 e do Tribunal Regional Eleitoral do antigo Distrito Federal, de 1951 a 1954.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto, eleito pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, tomando posse em 23 de janeiro de 1956.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 31 de janeiro de 1956, por decreto do Presidente Nereu Ramos, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Linhares, tomou posse em 1º de fevereiro seguinte.

Retornou ao Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto, sendo empossado em 22 de fevereiro de 1957. Eleito pelo Supremo Tribunal Federal, integrou o TSE como juiz efetivo empossado, na 89ª Sessão, em 9 de setembro de 1959.

Ocupou o cargo de presidente do TSE, sendo empossado em 23 de janeiro de 1961 e reconduzido em 12 de dezembro de 1962. Exerceu as respectivas funções até 20 de junho de 1963.

Representou o Brasil no II Congresso Latino-Americano de Criminologia (Santiago, 1941); na Conferência Interamericana de Juristas e Congresso Jurídico Nacional (São Paulo, 1943); e na I Conferência Pan-Americana de Criminologia (São Paulo, 1947).

Colaborou na imprensa por intermédio dos jornais *O País* e *Jornal do Comércio*.

Escreveu, entre outras, as seguintes obras: *Aspectos legais e sociais da contravenção de vadiagem* (1928); *Livramento condicional* (1931); *Direito Penal - apontamentos de curso* (1934); *O desportista e o Direito Penal* (1936); *O júri no Estado Novo* (1939); *A prescrição extintiva no Código Civil brasileiro* (1940); *Dicionário de jurisprudência civil* (1939); *Crimes contra a pessoa* (1941); *Código de Processo Penal* (dois volumes, 1942); e *Júri e Constituição Federal de 1946*.

Faleceu em 17 de julho de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, sendo homenageado em sessão da mesma data, quando falou pelo Tribunal o Ministro Ribeiro da Costa; pelo Ministério Público Federal, o prof. Cândido de Oliveira Neto; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Fernando Figueiredo de Abranches.

O centenário de seu nascimento foi comemorado, em sessão de 11 de maio de 2000, quando discursou, em nome da Corte, o Ministro Octavio Gallotti; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Geraldo Brindeiro; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. José Gerardo Grossi. Em seguida, o presidente, Ministro Carlos Velloso, leu uma carta de agradecimento, enviada pelo comandante Celso Franco, filho do homenageado.

Ministro

Cândido Motta

Cândido Motta

Filho nasceu na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 16 de setembro de 1897. Filho do professor Cândido da Motta e Clara Amaral Motta. Casou-se com Elza Liechtenfels Motta, com quem teve cinco filhos: Nelson Cândido, Paulo, Geraldo, Flávio e Maria Teresa.



Realizou os estudos primários na Escola-Modelo Caetano de Campos e no Grupo Escolar do Arouche, em São Paulo, e os secundários no Colégio Santo Inácio de Loyola, no Rio de Janeiro, e no Ginásio Nogueira da Gama, em São Paulo. Fez o curso jurídico na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1919.

Dedicado ao jornalismo desde 1917, foi redator-chefe do *Correio Paulistano*, diretor do *São Paulo Jornal* e redator da *Folha da Manhã* e do *Diário de São Paulo*. Colaborou em várias revistas literárias e científicas nacionais e estrangeiras, dirigindo *Planalto*, *Política* e *Klaxon*.

No magistério, foi professor no Ginásio Arthur Motta e Ginásio Ipiranga; professor de História no curso pré-jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo e de Antropologia Filosófica no curso promovido

pela Universidade fundada por Antônio Picarolo. Após ter sido livre-docente de Direito Penal e Direito Constitucional da Faculdade de Direito de São Paulo, mediante concurso, foi nomeado para a cátedra de Direito Constitucional. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Porto Alegre.

Na administração paulista, foi advogado do Patronato Agrícola do Estado e da Prefeitura Municipal de São Paulo, diretor do Reformatório-Modelo, do Serviço de Reeducação e do Departamento de Imprensa e Propaganda. Foi ainda oficial de gabinete do prefeito Antônio Carlos de Assunção.

Iniciou a vida pública como juiz de paz, em São Paulo, e ingressou na política como deputado estadual. Membro da Constituinte de 1934, participou da Comissão de Constituição e Justiça, na qual ofereceu vários projetos, entre eles o que veda a publicação dos nomes de menores envolvidos em crimes e o que se refere às cidades tradicionais paulistas. Na assembléia, foi relator da comissão que elaborou o anteprojeto da organização dos serviços sociais do Estado. Participou, como secretário, da comissão incumbida da revisão do Código Criminal da República, atividade presidida por Alcântara Machado, e da elaboração do projeto de lei sobre proteção à família, dirigida por Francisco Campos. Nesta comissão, ofereceu projeto relativo ao Departamento Nacional da Criança. Integrou, também, as comissões incumbidas da preparação dos projetos sobre o Departamento Estadual da Criança e da reforma da penitenciária do Estado. Durante a Constituinte Nacional de 1934, presidiu, no escritório técnico da bancada paulista, a área de assuntos jurídicos.

No Executivo Federal, foi chefe de gabinete do Ministro Honório Monteiro, na pasta do Trabalho, substituindo-o interinamente. Exerceu o cargo de ministro da Educação e Cultura durante o governo do Presidente Café Filho (1954). Sucedeu a Arthur Bernardes na Presidência Nacional do Partido Republicano.

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 13 de abril de 1956, do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, para a vaga do Ministro Mário Guimarães. Tomou posse em 12 de maio do mesmo ano. Foi eleito vice-presidente da Corte, em 2 de dezembro de 1964, para o biênio subsequente.

Participou da composição do Tribunal Superior Eleitoral, inicialmente como juiz suplente (1959) e, depois, como juiz efetivo (1960-1964).

Na 12ª Sessão do TSE, realizada em 23 de janeiro de 1961, assumiu o cargo de juiz efetivo, sendo reconduzido em 22 de janeiro de 1963.

Em virtude do falecimento do Ministro Ary Azevedo Franco, tomou posse no cargo de presidente do TSE, em 30 de julho de 1963, exercendo-o até 16 de dezembro de 1964.

Voltado, desde a juventude, para a literatura, participou da Semana de Arte Moderna e do Movimento Verde-Amarelo. Foi secretário-geral da Academia Brasileira de Letras; presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia (1936); diretor da Sociedade Paulista de Psicanálise (1928); vice-presidente da Sociedade Brasileira de Filosofia; presidente de honra do Instituto Brasil–Alemanha; membro da Academia de Belas Artes e presidente da Associação Nacional de Escritores.

Escreveu, no campo do Direito: *A função de punir* (1936); *A defesa da infância contra o crime* (1938); *Da premeditação* (1939); *Do estado de necessidade* (1940); *O Poder Executivo e as ditaduras constitucionais* (1942); e *O conteúdo político das constituições* (1951). Na área literária, destacam-se *Introdução ao estudo do pensamento nacional* (1926); *Alberto Torres e o tema da nossa geração* (1933); *Bernardino de Campos* (1931); *Introdução ao estudo da política moderna* (1934); *Rui Barbosa, esse desconhecido* (1937); *O caminho das três agonias* (1938); *Notas de um constante leitor* (1958); *A Vida de Eduardo Prado* (1967); e *Contagem Regressiva* (1972), primeiro volume de suas memórias, continuado com *Dias lidos e vividos*, editado em 1977.

Em sessão de 13 de setembro de 1967, despediu-se da Corte, sendo saudado pelo Ministro Hermes Lima, que falou em nome do Tribunal; Dr. Oscar Corrêa Pina, pela Procuradoria-Geral da República; Dr. Heráclito Sobral Pinto, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Rubens de Barros Brisolla, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal; e Dr. Heládio Toledo Monteiro, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Estado de

São Paulo. Agradeceu, no fim, as manifestações. Aposentou-se em 16 de setembro de 1967.

Faleceu em 4 de fevereiro de 1977, na cidade do Rio de Janeiro. Recebeu homenagem póstuma do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 2 de março seguinte, quando falaram o Ministro Rodrigues Alckmin, pela Corte; o prof. Henrique Fonseca de Araújo, procurador-geral da República; e o prof. Alberto Peres, pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Ministro Vilas Boas



Antônio Martins

Vilas Boas nasceu em Guiricema, Município da comarca de Visconde de Rio Branco, Minas Gerais, em 15 de novembro de 1896. Filho de Albino Martins Vilas Boas e Cecília de Paiva Vilas Boas. Casou-se com Alda Fonseca Vilas

Boas, com quem teve seis filhos: Elsie, Elza, Milton, Mário, Alda e Olegário.

Freqüentou escola primária, pública e particular, na sua terra natal. Iniciou curso no Ginásio São José, instalado na Fazenda da Boa Esperança, situada nas proximidades da cidade de Ubá, Minas Gerais.

Completo os estudos preparatórios em Belo Horizonte, matriculando-se na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, fundada pelo Presidente Afonso Pena. Recebeu diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1923, sendo paraninfo da turma o notável juriconsulto Francisco Mendes Pimentel que, como diretor, lhe outorgou o prêmio Medalha de Ouro Barão do Rio Branco, sempre conferido ao melhor aluno do curso.

Iniciou sua vida profissional na cidade de Visconde do Rio Branco.

Em fins de 1924, transferiu-se para Patos de Minas, onde exerceu os cargos de delegado de polícia e de promotor de justiça, nomeado pelo Presidente Olegário Maciel.

Em 1927, desempenhou as funções de juiz municipal de Mirai, Minas Gerais, termo judiciário que inaugurou.

De Mirai, retornou a Visconde do Rio Branco, exercendo novamente a advocacia, quando foi convocado pelo Presidente Olegário Maciel para exercer o cargo de prefeito municipal de Araxá, Minas Gerais.

De 1930 a 1957, foi, sucessivamente, prefeito municipal de Araxá, procurador da República de Minas Gerais, procurador-geral do Estado, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ministro do Supremo Tribunal Federal. Nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em decreto de 13 de fevereiro de 1957, ocupou a vaga do Ministro Edgard Costa, após aprovação unânime do Senado Federal. Tomou posse em 20 do mesmo mês.

Ocupou a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, tendo, então, (1945) reformado a previdência dos servidores do Estado e organizado a Contadoria-Geral do Estado.

Em 1939, conquistou uma das cátedras de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais com a tese *Dos efeitos das nulidades em matéria de casamento*. Foi professor, até 1961, no estabelecimento que dirigiu por um biênio, edificando-lhe a sede, em cuja fachada foi escrito o seu nome.

Durante o seu curso universitário, serviu à Repartição Geral dos Telégrafos, tendo como companheiros de trabalho o ex-presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que assinou o decreto de sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal, e o ex-vice-presidente da República, Dr. José Maria de Alckmin.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto em 6 de julho de 1960. Foi empossado como juiz efetivo em 30 de julho de 1963 e exerceu o cargo de presidente de 9 de março de 1965 a 15 de novembro de 1966.

Esteve como presidente em exercício no TSE no período de 27 de junho de 1963 a 25 de julho de 1963, em substituição ao Ministro Ary Azevedo Franco.

Teve sua despedida no Tribunal em 14 de novembro de 1966.

Aposentou-se em 15 de novembro de 1966. Recebeu homenagem da Corte, na sessão de 23 do mesmo mês, quando falou pelos seus pares o Ministro Gonçalves de Oliveira; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Alcino de Paula Salazar; pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, o Dr. José Guilherme Villela; pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, o Dr. Luís Rondon Magalhães; e; pelos procuradores do Estado da Guanabara, o Dr. Celso Soares Carneiro. Despedindo-se, o Ministro Vilas Boas agradeceu as manifestações.

Possuía as seguintes condecorações: Medalha de Ouro Barão do Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha de Honra da Inconfidência; *Grand Ufficiale* da Ordem *Al Mérito della Repubblica Italiana*; Alta Distinção da Ordem do Mérito Jurídico-Militar.

Faleceu no dia 10 de novembro de 1987, em Brasília, sendo sepultado no cemitério Campo da Esperança. Recebeu homenagem póstuma do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 6 de abril de 1988, quando expressou o sentimento da Corte o Ministro Moreira Alves; manifestando-se pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, o Dr. José Guilherme Villela.

Preservando sua memória, foi atribuído ao distrito em que nasceu, Córrego Preto, o nome de Vilas Boas. Em Belo Horizonte, uma rua, situada no bairro Mangabeiras, recebeu a denominação de Ministro Vilas Boas.

O centenário de seu nascimento foi recordado, em sessão de 21 de maio de 1997, falando pelo Tribunal o Ministro Carlos Velloso; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Geraldo Brindeiro; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. José Bonifácio Diniz de Andrada.

Ministro

Gonçalves de Oliveira

Antônio Gonçalves de Oliveira nasceu em Curvelo, Estado de Minas Gerais, em 13 de setembro de 1910. Filho de José Gonçalves de Oliveira e Carmelita Pinto de Oliveira. Casou-se com Maria das Mercês Oliveira, de cuja união nasceram dois filhos: Antônio Carlos e Maria Letícia.



Fez os estudos preparatórios e exames no Ginásio Dom Silvério, de Sete Lagoas, e no Ginásio Mineiro, de Barbacena. Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1935.

Em 1936, começou a exercer a advocacia no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo nomeado, em dezembro de 1938, promotor público nessa cidade. Em 1940, tornou-se professor de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, sendo designado, em 1942, consultor jurídico efetivo do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Durante os anos de 1946 e 1947, quando o país passava por um período de reorganização política em virtude do fim do Estado Novo, integrou a Comissão de Estudos e Negócios Estaduais, encarregada de julgar os recursos impetrados contra atos dos interventores

federais e dos governadores que os sucederam, até que fossem promulgadas as constituições estaduais. Cabia também à comissão opinar sobre projetos de decretos-leis que seriam submetidos à aprovação do presidente da República. Integrou, em 1956, a comissão de juristas, presidida pelo então ministro da Justiça, Nereu Ramos, de que participavam também Santiago Dantas, Carlos Medeiros, Brochado da Rocha e Hermes Lima, incumbida de elaborar projeto de reforma constitucional.

Advogado da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte junto ao Supremo Tribunal Federal, defendeu os interesses de Minas Gerais na questão relativa aos seus limites com o Espírito Santo, disputa que se estendeu desde os meados do século XIX até 1963, quando foi assinado um acordo definindo o traçado da fronteira entre os dois estados.

Foi consultor-geral da República de setembro de 1954 a março de 1955, no período em que João Café Filho exerceu a presidência da República. A partir do ano seguinte, passou a representar a União nas assembléias da Petrobras.

Em fevereiro de 1956, no início do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, foi novamente nomeado consultor-geral da República, permanecendo quatro anos no cargo. Após o início da construção de Brasília, passou a representar o governo federal nas assembléias da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), para cuja organização contribuiu.

Em 1959, o Governo da Inglaterra levou aos tribunais do país sua disputa com o Brasil em torno da propriedade da estrada de ferro Ilhéus–Conquista, situada na Bahia. Antônio Gonçalves de Oliveira atuou então junto à High Court of Justice britânica, defendendo a tese de que o Brasil era jurisdicionalmente imune e, na qualidade de nação soberana, não podia ser julgado por cortes estrangeiras. Pouco depois, a questão foi definitivamente resolvida e a ferrovia foi encampada pelo governo brasileiro. Seu desempenho nesse processo foi elogiado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Ainda em 1959, atuou novamente como defensor do governo brasileiro, agora na resolução do pedido de indenização da Companhia Port of Pará, feito na França.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 10 de fevereiro de 1960, do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, tomou posse no cargo em 15 do mesmo mês, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Orozimbo Nonato.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral como ministro substituto por dois biênios (1961-1965), sendo eleito juiz efetivo em 9 de março de 1965. Tomou posse na Presidência do TSE em 17 de novembro de 1966.

Foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, em 7 de dezembro de 1966 e, em 11 de dezembro de 1968, assumiu a presidência. No início de 1969, renunciou junto com seu colega Antônio Carlos Lafayette de Andrada, em protesto contra as aposentadorias compulsórias dos Ministros Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Vitor Nunes Leal, decretadas pelo Presidente Artur da Costa e Silva com base no Ato Institucional nº 5.

Foi homenageado em sessão de 5 de fevereiro seguinte, quando falou pelo Tribunal o Ministro Luiz Gallotti, presidente em exercício; o Dr. Décio Miranda, pela Procuradoria-Geral da República; e o prof. Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal.

A vaga não foi preenchida, em virtude do Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, que reduziu de 16 para 11 o número de ministros, restabelecendo a composição anterior ao Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Após sua aposentadoria, retornou ao exercício das atividades advocatícias.

Possuía, entre outras, as seguintes condecorações e medalhas: membro da Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande Oficial; da Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador; da Ordem do Mérito da Inconfidência; medalhas de Grande Oficial do Mérito Militar (1956); Santos Dumont (1957); Inconfidência (1958); Jubileu de Prata da Fundação da Rádio Roquete Pinto (1959); e de Grande Oficial do Mérito Naval (1959).

Em 1959, representou o governo brasileiro no Congresso de Direito e Ciências Administrativas, realizado em Opatija, Iugoslávia, onde apresentou o trabalho intitulado *Descentralização da administração pública brasileira*.

Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, integrou o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, como representante de Minas Gerais, e o Instituto dos Advogados Brasileiros.

Autor dos projetos da Lei de Organização Judiciária e da Organização Administrativa de Brasília.

Redator da *Revista Forense* (1936-1955) e da *Revista de Direito Administrativo*, desde a sua fundação, em 1945, até 1960.

Além de diversos estudos, publicados em revistas especializadas, foi autor das seguintes obras: *Pareceres do consultor-geral da República* (volume único, 1955; volume I, 1956; volume II, 1957; volume III, 1958; e volume IV, 1959); *Limites entre Minas Gerais e Espírito Santo ao norte do rio Doce* (1958); e *A desapropriação das ações do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais* (1959).

Faleceu em Brasília, no dia 18 de agosto de 1992, sendo sepultado no cemitério Campo da Esperança. Foi homenageado pelo Tribunal, em sessão de 17 de novembro de 1993, falando em nome da Corte o Ministro Carlos Velloso; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Aristóteles Ateniense.

Ministro

Eloy da Rocha

Eloy José da Rocha nasceu em São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, em 3 de junho de 1907. Filho de Dogello José da Rocha e Olga Tereza Kruse da Rocha. Casou-se com Juracy Ligia de Souza da Rocha, com quem teve um filho.



Na cidade de Porto Alegre, fez o curso primário no antigo Colégio Irmãos Antunes, iniciou o curso ginásial no Ginásio Júlio de Castilhos e concluiu os estudos secundários no Ginásio Nossa Senhora do Rosário, dos irmãos Maristas, e Curso Anexo de Preparatórios, do Irmão Weibert, prestando exames na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Na mesma época, frequentou o curso de Filosofia do Padre Werner, s. j., no Ginásio Anchieta.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo concluído o curso em dezembro de 1928. Durante o curso acadêmico, e até o quarto ano da Faculdade, foi funcionário da repartição dos Correios, onde trabalhavam numerosos estudantes.

Exerceu a advocacia no Foro de Porto Alegre, primeiro, quando ainda estudante, nos anos de 1926 e 1927, e, mais tarde, já formado,

nos períodos de maio de 1930 a março de 1947 e de agosto de 1950 a abril de 1953.

Exerceu, desde 1924, o magistério, interrompido em 1º de fevereiro de 1946 até 31 de janeiro de 1951, em razão do mandato de deputado federal.

Lecionou, gratuitamente, ensino primário e ensino médio, em Porto Alegre, nos anos de 1924 a 1927 e, no interior do estado, nos municípios onde foi juiz, nos anos de 1928, 1929 e parte de 1930.

Regeu, no antigo Curso Superior de Administração e Finanças, depois Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nos anos de 1931 a 1932, sucessivamente, as cadeiras de Direito Comercial, Direito Civil e Direito Constitucional; Legislação Operária e Direito Industrial, fixando-se nesta última cadeira, a partir de 1933.

Foi nomeado catedrático de Legislação do Trabalho e Direito Industrial, atualmente Direito do Trabalho, cargo no qual se aposentou no ano de 1969.

Na Faculdade de Direito de Porto Alegre, regeu, em substituição, no ano de 1942, a cadeira de Direito Comercial.

Foi professor de Legislação do Trabalho e Direito Industrial, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nos anos de 1952 a 1957.

Foi diretor do antigo Curso Superior de Administração e Finanças, transformado depois na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, desde a fundação, em 1931, até o ano de 1938. Desempenhou, de 1939 a 1945 e de 1955 a 1956, o cargo de diretor da Faculdade de Filosofia, antiga Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras, daquela universidade. Foi o primeiro diretor desse instituto de ensino.

Nos anos de 1941, 1944 e 1951, foi nomeado membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade do Rio Grande do Sul. Em outubro de 1952, indicado em lista tríplice, foi nomeado, pelo presidente da República,

diretor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade do Rio Grande do Sul. Exerceu essas funções até o ano seguinte, quando delas se afastou para investidura no cargo de desembargador. Representou, em vários períodos, a mesma faculdade no Conselho Universitário da Universidade do Rio Grande do Sul. Foi diretor, desde a fundação, em 1963, até 1966, do Instituto de Direito do Trabalho e Reforma Social, dessa faculdade de Direito.

Foi professor titular de Direito do Trabalho, na Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília, nos anos de 1968 e 1969.

Suspendeu a advocacia ao tempo em que exerceu as funções de secretário de Estado e a encerrou ao ser nomeado para o Tribunal de Justiça.

Cursava o último ano da Faculdade de Direito, quando, na conformidade da legislação então vigente, foi nomeado, em 20 de janeiro de 1928, pelo presidente do Estado, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, e por indicação do diretor da faculdade e presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Manoel André da Rocha, juiz distrital (juiz municipal) do Município de São Francisco de Paula. Exerceu essas funções a partir de 7 de fevereiro de 1928.

Foi, sucessivamente, juiz dos municípios de Taquara e Bento Gonçalves, obtendo exoneração, a pedido, em maio de 1930.

Em março de 1947, foi nomeado secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, mantendo-se no exercício desse cargo até 2 de agosto de 1950. Indicado, pela segunda vez, para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para a vaga destinada a advogado, foi nomeado desembargador, em abril de 1953. Tomou posse a 30 de abril do mesmo ano e exerceu o cargo até 14 de setembro de 1966.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, em 22 de agosto de 1966, pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, tomou posse a 15 de setembro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Medeiros Silva.

Eleito, pelo Supremo Tribunal Federal, juiz do Tribunal Superior Eleitoral, exerceu a presidência desse órgão, no período de fevereiro de 1969 a fevereiro de 1971, durante o qual presidiu as eleições municipais de 1969 e as federais de 1970.

Foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal para o biênio 1971-1973 e ascendeu à Presidência no biênio 1973-1975.

Aposentado, por implemento de idade, em 3 de junho de 1977, foi homenageado pelo Tribunal, em sessão de 10 de agosto seguinte, quando, após a leitura da carta de despedida, pelo presidente, Ministro Thompson Flores, falou pela Corte o Ministro Leitão de Abreu; pela Procuradoria-Geral da República, o prof. Henrique Fonseca de Araújo; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Hugo Mósca.

Em maio de 1939, submeteu-se a concurso de títulos e de provas, para provimento, como catedrático, da disciplina Legislação do Trabalho e do Direito Industrial, apresentando, como tese, a monografia intitulada *A extinção do contrato de trabalho no Direito brasileiro*.

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, na legislatura de 1946 a 1951, figurou entre os constituintes de 1946. Ofereceu, nessa oportunidade, numerosas emendas ao projeto de Constituição, com referência, especialmente, ao Poder Judiciário e aos princípios sobre o trabalho. Licenciou-se, na Câmara dos Deputados, de 29 de março de 1947 a 2 de agosto de 1950.

Foi agraciado com as seguintes condecorações nacionais e estrangeiras: Comendador da Ordem de São Silvestre Papa (1970); Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco (1973); Grã-Cruz Extraordinária da Ordem Nacional do Mérito, República do Paraguai (1973); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (1973); Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Educativo (1973); Grã-Cruz da Ordem do Ponche Verde, Rio Grande do Sul (1974); Condecoração da Ordem Mexicana de Aguilar Azteca (1974); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar (1974); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico (1974); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval (1974); Colar do Mérito Judiciário, conferido por tribunais de justiça (1974); Medalha do Mérito Jornalístico, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (1975); Professor Insigne, Comenda do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (1979); Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980).

Faleceu em Porto Alegre, em 29 de abril de 1999. O Supremo Tribunal Federal reverenciou sua memória, em sessão de 30 de agosto

de 2000, quando externou o sentimento da Corte o Ministro Néri da Silveira; falando pelo Ministério Público Federal, o Dr. Geraldo Brindeiro; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Hugo Mósca.

O Tribunal Superior Eleitoral o homenageou na sessão de 4 de maio de 1999, quando discursou o Ministro Néri da Silveira.

Ministro

Djaci Falcão

Djaci Alves Falcão

nasceu na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba, a 4 de agosto de 1919. Filho de Francisco Cândido de Mello Falcão e de Inês Alves Falcão. Casou-se com Maria do Carmo de Araújo Falcão, com quem teve três filhos: Francisco Cândido, Maria da Conceição e Luciano de Araújo Falcão.



Bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 4 de dezembro de 1943. Ingressou na magistratura do Estado de Pernambuco, a 29 de dezembro de 1944, após obter o primeiro lugar em concurso.

Serviu como juiz nas comarcas de Serrita, Triunfo, São Joaquim do Monte, Paulista e Recife, sempre promovido pelo critério de merecimento.

Em março de 1957, ascendeu, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, sendo eleito presidente do órgão em 1961.

A partir de dezembro de 1965, passou a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do mesmo estado, assumindo a Presidência em 1966.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto de 1º de fevereiro de 1967, do então Presidente Castello Branco, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio Martins Vilas Boas, tomou posse no cargo em 22 do mesmo mês.

Indicado juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral e eleito vice-presidente, assumiu as respectivas funções em 11 de fevereiro de 1969. Reconduzido por mais um biênio, foi elevado à Presidência em 11 de fevereiro de 1971, exercendo-a até 11 de fevereiro de 1973.

Em 7 de fevereiro de 1973, foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, sendo empossado em 9 do mesmo mês para o biênio 1973-1974. Assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal em 14 de fevereiro de 1975, para a qual foi eleito na sessão de 11 de dezembro de 1974, exercendo-a até 14 de fevereiro de 1977. Após deixar o cargo, presidiu a Segunda Turma até aposentar-se.

Foi assistente da cadeira de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, regente e titular da mesma cátedra na mencionada faculdade e ainda na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

Inúmeros acórdãos de sua lavra estão reproduzidos em revistas especializadas, tais como: *Revista Trimestral de Jurisprudência*, *Revista Forense*, *Revista de Direito Administrativo*, *Arquivo Forense*, *Revista dos Tribunais* etc.

Publicou os seguintes estudos: *Da responsabilidade civil, extensão da responsabilidade do proposto ao proponente*; *Do mandado de segurança contra decisão judicial*; *Da igualdade perante a lei*; *Alguns aspectos do poder do juiz na direção do processo*.

Tem as seguintes condecorações: Medalha do Mérito de Pernambuco; Medalha do Mérito da Cidade do Recife; Medalha do Mérito Judiciário (TJ/SP); Medalha da Ordem do Mérito Eleitoral Frei Caneca (TRE/PE); Medalha do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo (TRT 6ª Região); Medalha Tiradentes (AL/RJ); Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado (TJ/PE); Grã-Cruz da Ordem Infante D. Henrique (Portugal); Colar do Mérito Judiciário Pontes de Miranda (TRF 5ª Região); Título de Cidadão do Estado de Pernambuco; Título de Cidadão do Estado de Goiás; Título de Cidadão da cidade de Campina Grande (PB); placa de

reconhecimento e homenagem dos advogados de Goiás; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Rio Branco; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar; Cruz do Mérito Judiciário da Associação dos Magistrados Brasileiros; Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; Ordem do Mérito da República de Portugal; Ordem do Mérito da República da Romênia; Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça de São Paulo; Fórum Djaci Falcão, da Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Picuí (Paraíba); Colar da Alta Distinção da Ordem do Mérito Pontes de Miranda, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Em 20 de outubro de 1995, o Tribunal Regional da 5ª Região inaugurou placa na Corte, que passou a denominar-se de Ed. Sede Ministro Djaci Falcão.

Conferências proferidas: O Poder Judiciário e a conjuntura nacional – Escola Superior de Guerra, em 29 de junho de 1975; Reforma do Poder Judiciário – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 28 de novembro de 1975.

Aposentou-se em 30 de janeiro de 1989, sendo lida a sua carta de despedida pelo presidente, Ministro Rafael Mayer, em 1º de fevereiro seguinte. Foi homenageado pelo Tribunal, em sessão de 8 de março de 1989, quando falou pela Corte o Ministro Francisco Rezek; pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. José Guilherme Villela.

Ministro

Barros Monteiro

Raphael de Barros Monteiro nasceu em Areias, Estado de São Paulo, em 26 de outubro de 1908. Filho do Dr. Phidias de Barros Monteiro e de Erothildes de Carvalho Monteiro. Casou-se com Marina Vieira de Moraes de Barros Monteiro.

Fez seus estudos secundários no Ginásio do Estado, na capital, e no Liceu Nacional Rio

Branco, ingressando na Faculdade de Direito de São Paulo, onde bacharelou-se em 1930. Recebeu o prêmio Rodrigues Alves, conferido ao melhor aluno da turma.

Quando ainda estudante, foi funcionário concursado, do departamento dos Correios e Telégrafos do estado, passando a advogar, posteriormente, nos auditórios da comarca da capital.

Ingressando na magistratura estadual em 1935, foi classificado em primeiro lugar, logo no primeiro concurso a que se submeteu. Nomeado juiz substituto do antigo 17^o Distrito Judicial, com sede em Penápolis, foi dali removido para o distrito com sede em Jaboticabal e promovido, em 1938, para o cargo de juiz de direito de Santo Anastácio. Promovido para a comarca de Penápolis, 2^a Entrância, em 1940, foi



daí removido para a comarca de Olímpia e, a seguir, para o cargo de 3º juiz de direito adjunto da capital.

Promovido, por merecimento, sucessivamente, para o cargo de juiz de direito substituto da 3ª Entrância, em São Paulo, e, logo em seguida, para a 15ª Vara Cível da capital, foi, a 5 de março de 1947, nomeado juiz de direito substituto da 2ª Entrância. Promovido, por merecimento, a 14 de novembro de 1949, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, veio a ter assento na Terceira Câmara Cível, cuja presidência ocupou por quatro vezes.

A partir de 7 de fevereiro de 1956, mediante aprovação do Conselho Técnico Administrativo, ocupou, como professor contratado, a terceira cadeira de Direito Judiciário Civil da Faculdade Paulista de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nessa qualidade, integrou, no ano de 1959, banca examinadora para a livre-docência da mesma cadeira na Universidade Federal do Estado do Paraná.

Eleito para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, em 1958, como juiz efetivo, na classe de desembargadores, assumiu, a 15 de setembro daquele ano, as funções de corregedor-geral da Justiça Eleitoral. Reconduzido para o segundo biênio, a 15 de fevereiro de 1961, foi eleito vice-presidente daquela Corte e, finalmente, presidente do mesmo Tribunal, funções que desempenhou de 14 de agosto de 1961 a 2 de fevereiro de 1963.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, foi eleito 2º vice-presidente em 3 de maio de 1961. Reconduzido a essas funções a 20 de dezembro de 1961 e a 18 de dezembro de 1963, foi eleito 1º vice-presidente daquele Tribunal, para o biênio de 1964-1965.

Foi, ainda, em 1962, eleito presidente da Associação Paulista de Magistrados.

A 22 de dezembro de 1965, foi eleito presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, para o biênio 1966-1967.

Em março de 1966, a convite do governo de Sua Majestade Britânica, juntamente com três outros juízes brasileiros – o Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Júlio de Carvalho Barata, do Tribunal Superior do Trabalho e presidente da Associação Brasileira de Magistrados, e o desembargador Augusto Moura, do Tribunal de Justiça do antigo Estado da Guanabara – esteve em visita às instituições judiciárias do Reino Unido.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 23 de junho de 1967, do Presidente Costa e Silva, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Rodvalho Marcondes Chaves, tomou posse em 7 de julho seguinte.

Indicado juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral, tomou posse em 25 de fevereiro de 1969, passando a efetivo a partir de 5 de novembro do mesmo ano. Exerceu as funções de vice-presidente, de 11 de fevereiro de 1971 até 12 de fevereiro de 1973, quando assumiu a presidência daquela Corte, permanecendo até 12 de novembro do mesmo ano.

Em 1963, fez parte da delegação de juizes brasileiros que compareceu ao congresso promovido pela União Internacional de Magistrados, em Haia. Em setembro de 1966, integrando a delegação brasileira, esteve em Salzburg, Áustria, onde participou das reuniões da Comissão Central da União Internacional de Magistrados e da respectiva Comissão de Direito Constitucional. Em março de 1967, presidiu a delegação de juizes paulistas, em visita às instituições judiciárias da Suíça, França, Inglaterra, Áustria, Itália e Nova York, e, ainda, à *Maison D'Arret de Fleuris-Marogis*, em Paris, e à prisão *Rebibbia*, em Roma.

Recebeu a condecoração de Comendador dos Cavalheiros de São Paulo Apóstolo e Medalha Benito Juarez *Dignidad y Carater*.

Faleceu na capital do Estado de São Paulo, em 3 de maio de 1974. O Supremo Tribunal Federal prestou-lhe homenagem, em sessão de 8 do mesmo mês, quando falou pela Corte o Ministro Rodrigues Alckmin; pela Procuradoria-Geral da República, o prof. José Carlos Moreira Alves; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, e Instituto dos Advogados do Distrito Federal, o Dr. José Arnaldo Gonçalves de Oliveira.

O Tribunal Superior Eleitoral também o homenageou em sessão de 7 de maio seguinte, quando falaram os Ministros Carlos Thompson Flores e Antônio Neder; o prof. Moreira Alves, procurador-geral; e, os advogados, Dr. Célio Silva e Dr. Marcus Heusi Netto.

A Prefeitura da capital paulista reverenciou sua memória, atribuindo seu nome a uma rua, enquanto, no Município de Santo André, o fórum local foi denominado Ministro Barros Monteiro.

Ministro Thompson Flores

Carlos Thompson Flores nasceu na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, em 26 de fevereiro de 1911. Filho de Luiz Carlos Reis Flores e de Francisca Borges Fortes Flores. Casou-se com Ana Lacroix Flores, com quem teve duas filhas: Mariza e Beatriz.

Fez o curso primário no colégio público elementar 14 de Julho, na cidade de Montenegro; o ginásio, no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e o curso superior, na Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Aluno do CPORPA, arma de Infantaria, foi declarado aspirante a oficial em 1931 e, como tal, estagiou no então 8º Batalhão de Caçadores, em São Leopoldo.

Foi, inicialmente, juiz distrital de Herval do Sul, assumindo esse cargo a 30 de outubro de 1933. Removido, por meio de permuta, para Triunfo, assumiu o cargo a 17 de julho de 1935. Por concurso público, foi nomeado juiz de direito da comarca de Santa Vitória do Palmar, de 1ª Entrância, assumindo em 18 de setembro de 1938. Posteriormente, foi removido, a pedido, para Rosário do Sul. Por merecimento, foi promovido para a comarca de Montenegro, de 2ª Entrância.



Também por merecimento, foi promovido para Livramento, comarca de 3ª Entrância, e, a seguir, pelo mesmo critério, para Porto Alegre, comarca de 4ª Entrância, tendo assumido a 5ª Vara Criminal a 27 de maio de 1951. A pedido, foi removido para a Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

Designado para integrar, em sua formação originária, em 1945, a classe dos juízes de direito, como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, assumiu a 16 de junho do mesmo ano, sendo efetivo até o advento da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Em 13 de abril de 1953, foi convocado para substituir o Desembargador Homero Martins Batista na 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. A 3 de junho de 1953, por merecimento, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça.

Eleito, na classe dos desembargadores, membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, foi empossado em dezembro de 1954, sendo reeleito para o último biênio admitido na Constituição. Findou seu mandato a 28 de dezembro de 1958, como presidente daquele colégio, onde exerceu também as funções de vice-presidente. Eleito para o cargo de corregedor-geral da justiça, em março de 1956, foi reeleito, deixando ditas funções para integrar a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em março de 1960.

Eleito presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), 1955-1956.

Eleito pelo Tribunal de Justiça, representou o Tribunal no congresso de juristas que se reuniu na cidade de Fortaleza, em comemoração do Centenário de Clóvis Bevilacqua (1958).

Eleito membro suplente e depois efetivo do Conselho Superior da Magistratura, no período de 1963 a 1965, exerceu ambas as funções.

Eleito para presidir a comissão que apreciou o Projeto de Regimento Interno do Tribunal, o qual foi aprovado em 1965.

Professou a cadeira de Processo Civil no Curso de Formação de Magistrados mantido pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, em 1964-1965.

Eleito pelo Tribunal de Justiça para participar em representação do Tribunal perante a III Conferência de Desembargadores, realizada

na cidade do Rio de Janeiro, em 1964, foi designado para presidir a comissão de Processo Civil.

Vice-presidente do Tribunal, no período de 1964-1965, foi, finalmente, eleito presidente do Tribunal para o biênio de 1966-1968.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 16 de fevereiro de 1968, do Presidente Costa e Silva, para a vaga deixada pelo Ministro Prado Kelly, tomou posse em 14 do mês subsequente.

Tomou posse no cargo de ministro substituto no Tribunal Superior Eleitoral: 1º biênio – a partir de 6 de novembro de 1969; 2º biênio – a partir de 29 de março de 1972.

Como ministro efetivo no Tribunal Superior Eleitoral: 1º biênio – a partir de 17 de agosto de 1972; 2º biênio – a partir de 17 de agosto de 1974.

Eleito vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para o período de 12 de fevereiro de 1973 a 11 de novembro de 1973. Assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, em 12 de novembro de 1973, exercendo essa função até 11 de novembro de 1975.

Eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, para o período de 1975-1976.

Tomou posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 14 de fevereiro de 1977, cargo que exerceu até 14 de fevereiro de 1979.

Durante sua gestão, foi comemorado o sesquicentenário de criação do Supremo Tribunal de Justiça, antecessor do Supremo Tribunal Federal, em sessão solene realizada em 18 de setembro de 1978, com a presença do presidente da República, Ernesto Geisel, e as mais altas autoridades da República. Também foi providenciada a remoção para Brasília e a restauração dos móveis que guarneciam o antigo Plenário da Corte, no Rio de Janeiro, e instalado o museu do STF.

Possui, entre outras, as condecorações: Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (1974); Cruz do Mérito Judiciário (1974); Colar do Mérito Judiciário, Poder Judiciário – Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (1974); Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico (1974); Ordem do Mérito de Brasília (1975); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (1977); Grã-Cruz

da Ordem do Mérito Judiciário Militar (1977); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar (1977); Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (1977); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval (1977); Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília (1977); Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (1978); Grande Oficial da Legião de Honra, República Francesa (1978); Ordem Francisco de Miranda – Primeira Classe, República da Venezuela (1978); Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça de São Paulo (1980).

Distinguido pelo Governo do Rio Grande do Sul com a comenda da mais alta graduação da Ordem do Ponche Verde.

Recebeu, ainda, o troféu Destaque do Ano de 1977, concedido pela Rede Brasil Sul de Comunicações do Rio Grande do Sul.

Foi aposentado, por implemento de idade, em 26 de janeiro de 1981, tendo exercido a magistratura por quase quarenta e oito anos. A carta em que se despede do Supremo Tribunal Federal, foi lida em 2 de fevereiro seguinte, quando da reabertura dos trabalhos, pelo presidente, Ministro Antonio Neder.

Foi homenageado em sessão de 11 de março de 1981, sendo saudado pelo Ministro Soares Muñoz, em nome da Corte; pelo Dr. Firmino Ferreira Paz, procurador-geral da República; e pelo Dr. Waldemar Zweiter, representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Após a aposentadoria, dedicou-se, como jurisconsulto, ao estudo do Direito, emitindo pareceres em inúmeras questões forenses, sendo vários desses trabalhos publicados em repertórios jurídicos: *Eleição dos membros da mesa da Assembléia Legislativa – interpretação do art. 31 da CF*, in *Revista Forense* 303/128; *Responsabilidade civil contratual*, in *Revista de Direito Civil*, nº42/147; *ICM e compra com cartão de crédito*, in *Revista de Direito Tributário*, nº 34/86; *Desapropriação – empresa de ônibus*, in *Revista de Direito Público*, nº95/42; *Imunidade tributária das listas telefônicas*, in *O Estado de São Paulo*, edição de 1º.11.87, p. 38; *Ação popular – pressupostos processuais*, in *Revista de Processo*, nº61/218.

Ministro

Xavier de Albuquerque

F r a n c i s c o
Manoel Xavier de
Albuquerque nasceu a 3 de janeiro de 1926, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Filho do Dr. Francisco Xavier Carneiro de Albuquerque, médico, e de Haydée Lemos Xavier de Albuquerque. Casou-se com Marcolina de Oliveira Cabral Xavier de Albuquerque.



Fez o curso ginásial no Colégio Dom Bosco, de Manaus, nos anos de 1937 a 1941, e o curso pré-jurídico no mesmo estabelecimento, em 1942 e 1943.

Concluiu o curso de bacharelado em Direito na Faculdade de Direito do Amazonas, em 5 de novembro de 1949. Posteriormente, conquistou o título de doutor em Direito, pela mesma faculdade, colando grau em 11 de agosto de 1958.

No magistério, foi professor interino, de 12 de outubro de 1953 até 10 de agosto de 1958, da cadeira de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito do Amazonas. Professor catedrático, a partir de 11 de agosto de 1958, da mesma cadeira, foi selecionado por concurso público de títulos e provas, realizado em 1957, e nomeado por decreto, de 31 de julho de 1958, do presidente da República.

Ingressou, em 1964, na Universidade de Brasília como professor titular.

Integrou as comissões julgadoras dos concursos para provimento das cátedras de Medicina Legal e Direito Penal da Faculdade de Direito do Amazonas (Manaus, novembro de 1958 e junho de 1960); de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia (Salvador, novembro de 1959); e, ainda, do concurso para livre-docência de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito da Universidade do Pará (Belém, setembro de 1961). Também foi membro das comissões julgadoras dos concursos para a titularidade das disciplinas de Direito Processual Penal e Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (São Paulo, agosto de 1980 e novembro de 1987).

Foi membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Direito do Amazonas, nos biênios 1958-1960 e 1962-1964, por designação do ministro da Educação e Cultura. Participou, como professor presidente, da delegação da Faculdade de Direito do Amazonas na X Semana Nacional de Estudos Jurídicos (Porto Alegre, agosto de 1960), e, como convidado especial, do Congresso Nacional de Direito Processual Civil, realizado em São Paulo (Campos do Jordão, abril de 1965).

Foi membro titular e ex-presidente do Instituto dos Advogados do Amazonas; membro fundador do Instituto dos Advogados do Distrito Federal; membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil; e membro fundador do Instituto Clóvis Bevilacqua, sediado em Fortaleza, Estado do Ceará.

Exerceu atividades profissionais como solicitador-acadêmico, no foro de Manaus, em 1948 e 1949, e como advogado, desde 27 de novembro de 1949 até 1964, quando passou a advogar no Distrito Federal.

Foi advogado do Banco do Brasil S/A, havendo atingido o último posto da carreira e chefiado o serviço jurídico, na capital federal, de 3 de fevereiro de 1966 a 13 de novembro de 1969.

Eleito conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Amazonas, para o biênio 1955-1957, e reeleito, sucessivamente, até o biênio 1962-1964. Foi também conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, eleito para o biênio 1967-1969.

Exerceu o cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral, indicado pelo Supremo Tribunal Federal e nomeado pelo presidente da República, na classe de advogados, de 9 de janeiro de 1968 a 13 de novembro de 1969.

Publicou os seguintes trabalhos: *Aspectos da conexão* – tese de concurso à cátedra (1956); *Causas excludentes da capacidade específica do juiz penal* (1956); *Reflexões sobre velhos e novos problemas: da clássica divisão dicotômica do Direito à disputa unitário-dualística do processo* – aula inaugural (*Rev. Fac. Dir. Amazonas*, nº 6, 2ª fase, 1959); *Conceito de mérito no Direito Processual Penal* (in *Estudos de Direito e Processo Penal em homenagem a Nelson Hungria*, 1962); *Problemas processuais da execução penal* – conferência (in *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal*, nº 14, 1960); *A assistência no Processo Penal brasileiro* – trabalho escrito em 1965 para os *Estudos jurídicos em honra de Alfredo Araújo Lopes da Costa*, então programados pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil (in *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal*, nº 12, 1966); *Ainda sobre a conexão: utilidade e atualidade de uma lição centenária* – trabalho escrito em 1965 para os *Estudos jurídicos em honra de Luiz Machado Guimarães*, então programados pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil (in *Revista do Tribunal de Justiça do Distrito Federal*, nº 1, 1966); e *O Direito Processual na Constituição de 1967* – conferência pronunciada no curso *A Constituição do Brasil de 1967*, promovido pela Universidade de Brasília (in *Revista de Informação Legislativa do Senado Federal*, nº 22).

Publicou também os livros *Textos de Direito Público* (Brasília Jurídica, 1999), que reuniu, além de muitos outros mais recentes, a quase totalidade dos trabalhos acima apontados, e *Exercícios de advocacia forense* (Brasília Jurídica, 2000).

Exerceu o cargo de procurador-geral da República, de 14 de novembro de 1969 a 18 de abril de 1972.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, em decreto de 17 de abril de 1972, do Presidente Emílio Garrastazu Médici, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Adalício Coelho Nogueira, tomou posse em 19 do mesmo mês.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral, como juiz substituto, a partir de 22 de setembro de 1972, sendo eleito como juiz efetivo e assumindo as respectivas funções, em 7 de novembro de 1973. Exerceu a vice-presidência, de 25 de fevereiro de 1975 a 12 de novembro do mesmo ano, quando assumiu o cargo de presidente, desempenhando-o até 7 de novembro de 1977.

Em sessão de 13 de dezembro de 1978, foi eleito para a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, no biênio 1979-1981. Assumiu a presidência, após eleição em 10 de dezembro de 1980, no dia 16 de fevereiro de 1981, permanecendo no cargo até 21 de fevereiro de 1983 e aposentando-se, a pedido, no dia seguinte. A carta de despedida, que dirigiu ao presidente, Ministro Cordeiro Guerra, foi lida na sessão de 23 do mesmo mês.

O Tribunal homenageou-o em sessão de 11 de maio de 1983, sendo saudado pelo Ministro Francisco Rezek, em nome da Corte; pelo prof. Inocêncio Mártires Coelho, procurador-geral da República; e pelo Dr. Sérgio Gonzaga Dutra, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, e do Instituto dos Advogados do Distrito Federal.

Possui as seguintes condecorações: Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval; Grande Oficial da Ordem de Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar e Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico.

Ministro

Rodrigues Alckmin

José Geraldo Rodrigues de Alckmin

nasceu em Guaratinguetá, Estado de São Paulo, em 4 de abril de 1915. Filho de André Rodrigues de Alckmin e de Ida Rodrigues de Alckmin. Casou-se com Ana Maria Rangel Alckmin, tendo seis filhos: Anelise, Maria Lúcia, Heloísa, José Geraldo, José Eduardo e José Augusto.



Fez o Curso Normal da Escola Normal de Guaratinguetá (atual Instituto de Educação Conselheiro Rodrigues Alves) e o secundário, no ginásio de São Joaquim, em Lorena, e no Ginásio Nogueira da Gama, em sua cidade natal.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1937.

Ingressou na magistratura do Estado de São Paulo, em 1940, mediante concurso, sendo nomeado juiz substituto da seção judiciária com sede em Mogi-Mirim.

Foi, sucessivamente, juiz da comarca de S. Luiz do Paraitinga, da Vara Auxiliar da Fazenda Municipal de São Paulo, da 1ª Vara Cível da comarca de S. José do Rio Preto, da 3ª Vara Criminal e de Menores de Campinas, da 10ª Vara Civil da Capital e da Vara dos Feitos da Fazenda Nacional.

Juiz substituto de segunda instância, a partir de 1951, ascendeu ao Tribunal de Alçada, como juiz, em 1958, exercendo a presidência de 1961 a 1963.

Nomeado desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo em 1964, desempenhou as funções de corregedor-geral da justiça no biênio 1970-1971.

No magistério, foi professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, e titular de Direito Judiciário Civil na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 3 de outubro de 1972, do Presidente Emílio Garrastazu Médici, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Moacyr Amaral Santos. Tomou posse em 11 do mesmo mês.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral, eleito em sessão do Supremo Tribunal Federal em 28 de fevereiro de 1973, como juiz substituto para o biênio 1973-1974. Foi empossado como substituto em 5 de abril de 1973 e, como efetivo, em 20 de fevereiro de 1975.

Ocupou o cargo de vice-presidente em 12 de novembro de 1975, eleito em sessão de 6 de novembro de 1975. Foi reconduzido para o biênio de 1977-1978. No período de 18 de novembro de 1976 a 15 de fevereiro de 1977, exerceu o cargo de presidente, em substituição ao Ministro Xavier de Albuquerque. Foi eleito presidente em sessão de 25 de outubro de 1977, tomando posse em 7 de novembro do mesmo ano. Exerceu o cargo até seu falecimento em 6 de novembro de 1978.

Ingressou na magistratura do Estado de São Paulo, em 1940, mediante concurso.

Recebeu as honrarias de Grande Oficial da Ordem do Mérito Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Oficial do Mérito Aeronáutico; Grã-Cruz do Mérito Judiciário Militar; Ordem do Mérito Judiciário Militar; Ordem do Mérito Judiciário.

Foi sócio colaborador do Instituto dos Advogados de São Paulo e membro do Conselho Editorial da *Revista dos Tribunais*.

Além de inúmeros trabalhos publicados em revistas especializadas, é autor da obra *Repertório de jurisprudência do Código Civil – Direito das coisas*, em dois volumes (Ed. Max Limonad, 1951). Possui

anotações no *Tratado do Direito Civil*, do professor Luiz da Cunha Gonçalves (v. 8, tomos 1 e 2, e v. 11, tomo 2, Ed. Max Limonad, 1956), e na obra *Destinação do imóvel*, Philadelpho Azeveddo (Ed. Max Limonad, 2. ed., 1957). Participou da elaboração do anteprojeto que resultou na Lei de Registros Públicos.

Foi relator do Primeiro Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, em 1969.

Faleceu em Brasília, em 6 de novembro de 1978, quando no exercício do cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Foi sepultado em Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

O Supremo Tribunal Federal prestou-lhe homenagem póstuma em sessão de 6 do mês seguinte, quando exprimiu o sentimento da Corte o Ministro Moreira Alves; manifestando-se pela Procuradoria-Geral da República, o prof. Henrique Fonseca de Araújo; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o prof. Galeno Lacerda.

O Ministro Leitão de Abreu o homenageou, por ocasião de seu falecimento, em sessão de 9 de novembro de 1978.

Assim como o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral o reverenciou em sessão do dia 20 de março de 1979, quando discursaram os Ministros Leitão de Abreu e Néri da Silveira; e, pela Procuradoria-Geral, Firmino Ferreira Paz.

Ministro Leitão de Abreu

João Leitão de Abreu nasceu em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, em 6 de julho de 1913. Filho de Jary Carvalho de Abreu e Ana Leitão de Abreu. Casou-se com Iracema Pessoa Abreu.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1946, passando a exercer a advocacia a partir do ano seguinte.

Exerceu, em caráter voluntário, a função de auxiliar de ensino da cadeira de Direito Administrativo e Ciência da Administração, da Faculdade de Direito de Porto Alegre, a partir de 1947. Admitido, em 1949, na função de auxiliar de ensino da cadeira de Direito Administrativo. Foi nomeado, em 31 de março de 1952, para reger, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a cátedra de Direito Administrativo e, em 1955, a de Introdução à Ciência do Direito, cargo no qual foi titular. Em 1º de março de 1954, assumiu a cadeira de Introdução à Ciência do Direito, da Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na condição de professor titular.



De 1940 a 1964, serviu ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, exercendo, entre outros, os cargos de diretor-geral da Secretaria de Educação e Cultura, conselheiro do Departamento do Serviço Público e chefe da Casa Civil do governo Ildo Meneghetti. Representou o estado no conclave da fundação da Associação Brasileira de Administração Pública (Rio de Janeiro, 1956), foi membro do Conselho Diretor do Instituto de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1960), sendo designado, em 3 de novembro de 1962, para dirigir o Instituto de Interpretação Emílio Betti, da Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Desempenhou, em 1966, as funções de chefe de gabinete do ministro da Justiça, durante o período em que a pasta foi ocupada por Mem de Sá.

Participou da comissão nomeada pelo chefe do Poder Executivo para reformar, nos termos do artigo 188 da Constituição Federal de 1967, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de adaptá-la às normas da Carta Política da União.

Desempenhou o cargo de ministro de Estado extraordinário para os assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, durante o mandato do Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Eleito, em 1968, membro do Conselho da Ordem dos Advogados, seção do Rio Grande do Sul, também foi membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e do Conselho Estadual de Cultura do mesmo estado.

Entre as obras e trabalhos publicados, encontram-se: *A validade da ordem jurídica*; *Da prescrição administrativa*; *O ofício do jurisconsulto*; *Da descrição administrativa*, que conquistou, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade do Rio Grande do Sul, o Prêmio Alcides Cruz; e *A função social do imposto*.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, em decreto de 24 de maio de 1974, do Presidente Ernesto Geisel, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Raphael de Barros Monteiro, tomou posse em 17 de junho seguinte.

Indicado juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral, foi empossado em 6 de agosto de 1976. Eleito vice-presidente, tomou posse em 7 de novembro de 1977, permanecendo nesse cargo até 8

de novembro de 1978. Assumiu a presidência no dia seguinte, exercendo-a até 19 de agosto de 1980.

Foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 10 de dezembro de 1980, tendo tomado posse em 16 de fevereiro de 1981. Desempenhou as funções do cargo até 7 de agosto de 1981, quando foi aposentado a pedido, sendo lida a sua carta de despedida, pelo presidente, Ministro Xavier de Albuquerque, em 12 de agosto de 1981.

O Tribunal prestou-lhe homenagem em sessão de 30 de setembro de 1981, sendo saudado pelo Ministro Rafael Mayer, em nome da Corte; pelo prof. Inocêncio Mártires Coelho, em nome da Procuradoria-Geral da República; e pelo Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence, em nome do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em 11 de agosto de 1981, foi nomeado ministro de Estado chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, permanecendo nesse cargo até o término do governo João Baptista de Figueiredo, em 14 de março de 1985.

Posteriormente, dedicou-se ao exercício da advocacia, em Brasília, e à emissão de pareceres.

Possuía quase todas as condecorações oficiais da União, incluindo a Ordem Nacional do Mérito, no grau de Grã-Cruz. Era detentor, ainda, de condecorações de países estrangeiros, bem como de algumas unidades da Federação.

Faleceu em Brasília, em 13 de novembro de 1992, sendo sepultado no cemitério Campo da Esperança. Sua memória foi reverenciada em sessão, do Tribunal, de 1º de dezembro de 1993, quando falou pela Corte o Ministro Néri da Silveira; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, procurador-geral da República; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Guaraci da Silva Freitas.

Ministro

Cordeiro Guerra

João Baptista Cordeiro Guerra

nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 12 de junho de 1916. Filho do almirante Joaquim Cordeiro Guerra e de Rosina Cordeiro Guerra. Casou-se com Stela Dodsworth Cordeiro Guerra. Teve três filhos e cinco netos.



Fez os cursos primário e ginásial no Colégio Andrews, sendo o orador da turma, em 1932. Bacharelou-se em Direito pela primeira turma da Faculdade Nacional de Direito, em 3 de dezembro de 1937.

Como acadêmico, foi representante do 1º ano, secretário do diretório acadêmico e consultor jurídico do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira e redator jurídico da revista *A Época*. Representou a faculdade, por concurso, no 1º Congresso Jurídico Universitário, realizado em 1936, em Salvador, Bahia. Exerceu a vice-presidência do congresso.

Ingressou no Ministério Público do antigo Distrito Federal, depois Estado da Guanabara. Exerceu os seguintes cargos: 8º promotor substituto (1940); 6º promotor público (1944); curador de justiça (1945); curador de resíduos e de massas falidas, promoção por merecimento (1959). Transferido para o então Estado da Guanabara, por

força da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, foi promovido, por merecimento, ao cargo de 8º procurador da justiça, em 20 de setembro de 1962.

Nomeado procurador-geral da justiça do Estado da Guanabara, em 21 de maio de 1962, permaneceu nesse cargo até 1966, mediante aprovação prévia da Assembléia Legislativa do Estado.

Foi presidente do Conselho do Ministério Público e membro do Conselho, por eleição de seus pares, nos anos de 1970 e 1971.

Foi presidente da banca examinadora da cadeira de Direito Civil e Judiciário do concurso para defensor público que se realizou em 1971, integrada pelos professores Nelson Pecegueiro do Amaral e José Carlos Barbosa Moreira.

Foi assistente jurídico do chefe de polícia do Distrito Federal, o então coronel Geraldo de Menezes Cortes. Assistente de todos os procuradores-gerais da Justiça, a partir de 1944.

Exerceu a Promotoria Pública no 1º Tribunal do Júri, por cinco anos e meio, participando de 272 julgamentos.

Foi procurador de justiça junto às câmaras criminais reunidas do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

Recebeu inúmeras designações para acompanhar ou presidir inquéritos policiais ou administrativos, inclusive, por sugestão unânime do Tribunal de Justiça, aprovada e aceita pelo ministro da Justiça, o caso Toneleros, de 5 de agosto de 1954, em que foi vítima o major Rubens Vaz.

Pertenceu durante 34 anos ao Ministério Público, sem nenhuma nota desabonadora, constando, de seus assentamentos, diversos elogios e numerosas referências em acórdãos do Egrégio Tribunal de Justiça, que adotaram seus pareceres como razão de decidir, nos termos do regimento do Tribunal. Ressalta-se o acórdão do egrégio Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* nº 48.756/GB, publicado na *RTJ*, vol. 58, p. 245-249.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto de 16 de setembro de 1974, do Presidente Ernesto Geisel, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luiz Gallotti. Tomou posse em 26 do mesmo mês.

Indicado juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral, tomou posse em 22 de novembro de 1974. A partir de 8 de novembro de 1977, tornou-se juiz efetivo. Eleito vice-presidente, desempenhou as respectivas funções, de 9 de novembro de 1978 a 19 de agosto de 1980, e exerceu a presidência no período de 20 de agosto de 1980 a 20 de agosto de 1981.

Em sessão de 10 de dezembro de 1980, foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal para o biênio 1981-1983. Ascendeu à Presidência, por eleição realizada em 9 de dezembro de 1982, exercendo-a no período de 21 de fevereiro de 1983 a 25 de fevereiro de 1985.

Fez estágio no escritório dos advogados Mucio Continentino e Henrique Fialho. Foi chefe do departamento jurídico da Sul América Capitalização S.A. e consultor jurídico das organizações lideradas por H.C. Cordeiro Guerra – Engenharia, Arquitetura e Construções.

Participou dos congressos do Ministério Público, realizados em São Paulo e Friburgo, e do IV Congresso Interamericano do Ministério Público, em Brasília, de 22 a 25 de maio de 1972. Neste evento, sustentou a necessidade de ser criada uma escola de preparação de juízes e representantes do Ministério Público, o Instituto Teixeira de Freitas.

Como orador oficial do Supremo Tribunal Federal, proferiu discursos nas seguintes sessões solenes: homenagem à memória do Ministro Francisco de Paula Rocha Lagôa (1975) e Themistocles Brandão Cavalcanti (1980); visita do presidente da República do Gabão, Albert Bernard Bongo (1975); saudação ao presidente da República de Mali, Moussa Traoré (1981); centenário de nascimento do Ministro Antônio Bento de Faria (1976) e visita do presidente da República do Senegal, Léopold Sedar Senghor (1977); visita do presidente da França, François Mitterrand (1985); despedida do ministro Antonio Neder (1981).

Possui as seguintes condecorações: Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Congresso Nacional, promoção; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, promoção; Grã-Cruz da Ordem de Estácio de Sá, Estado da Guanabara; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília; Grã-Cruz do Mérito Judiciário do Trabalho; Grã-Cruz da

Ordem de Izabel, a Católica, outorgada pelos reis da Espanha; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, promoção; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, promoção; Grã-Cruz da Ordem do Mérito das Comunicações, concedida pelo ministério; Grã-Cruz da Ordem do Mérito, outorgada pelo governo da República Italiana; *Gran Croix Del' Ordre Suédois de L'Étoile Polaire*, por Sua Majestade o Rei Carl XVI Gustaf; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Grande Oficial da Ordem do Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico; Grande Oficial da Ordem do Mérito do Estado da Bahia, outorgada pelo governador do estado; Comendador da Ordem de Leão (Governo do Senegal); Colar do Mérito Judiciário do Estado da Bahia; Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Colar do Mérito Judiciário do Estado de Minas Gerais; Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Medalha do Pacificador, do Exército Brasileiro; Medalha de Ouro do Mérito Alberto Santos Dumont e Medalha da Inconfidência, conferidas pelo governador de Minas Gerais, Tancredo Neves; Medalha do Mérito Mauá, no grau serviços relevantes, conferida pelo Ministério dos Transportes; Ordem da Águia Asteca, no grau de banda da 1ª classe, pelo Governo dos Estados Unidos do México; e Condecoração da Ordem do Ipiranga, do Estado de São Paulo.

Foi membro efetivo da Sociedade Brasileira de Criminologia, cadeira Nina Rodrigues. Membro da diretoria e orador oficial da Associação do Ministério Público do Brasil e da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e do Estado da Guanabara. Um dos seus discursos foi transcrito nos anais do Senado da República, a requerimento do Senador Atílio Vivacqua.

É autor do anteprojeto de lei sobre o processo de alimentos, que se converteu na Lei nº 5.478, que continua em vigor.

Tem, entre outros, os seguintes trabalhos publicados: *O problema da revisão dos contratos pelo juiz* (1936, tese); tradução do inglês – *The conflict of laws*, de Bartolo; *Um autor através de um livro* (em *Idéia*, revista universitária); *Direitos pessoais – direitos reais* (em *A Época*); *Notas universitárias* (em *A Hora* – vespertino –

crônicas diárias); *O inquérito policial e a prática forense* (*Direito*, v. XXII, artigo, julho, agosto de 1943); *Da prova nos crimes de receptação* (*Arquivos da Polícia Civil*, vols. 4 e 5, 1945, artigo); *Parecer – Direito – sobre competência* (vols. novembro, dezembro de 1945 ou janeiro, fevereiro de 1946); *Pareceres* (*Arquivos do Ministério da Justiça*, vols. III, V, VII, XV); *Roubo. Tentativa. Emprego da violência. Começo de execução e ato preparatório – estado de necessidade*; *Falsificação de documento particular – estelionato – configuração dos crimes.*; *Estelionato – Torpeza bilateral – Inteligência do art. 171 do Código Penal*; *Negativa de autoria – do valor provante da perícia para individuação de arma de fogo – técnica de Calvin Goddard*; *Uxoricídio – legítima defesa da honra – quando não se justifica*; *Sobre pronúncia – sua definição – julgamento pelo júri – caso Aída Curi* (publicado no Livro Aida Curi – de David Nasser); *Falência de construtor naval – reivindicação do navio* (*Rev. Forense* – v. 137); *A prisão preventiva no processo falimentar – falência fraudulenta. Caso Felipeta* (citado no *Manual de Direito Falimentar* do prof. Sampaio Lacerda); *Posse de menor – busca e apreensão. Valor do passaporte brasileiro. Extraterritorialidade* (*Revista Forense*); *Posse e guarda de entorpecentes para uso próprio* (*DJ* de 10.6.53); Conferência sobre a criminalidade no Distrito Federal, no Centro Dom Vital; Da arte de acusar – na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; Da custódia preventiva dos suspeitos de infrações penais graves, no Instituto Brasileiro de Criminologia do Estado da Guanabara; Conferência – Da limitação da liberdade de contratar no interesse da justiça social, no Seminário Interamericano de Estudantes de Direito; Conferência – Da arte de acusar, na Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis; Aspectos constitucionais do Direito Penal brasileiro, no Instituto Interamericano de Direito Comparado; pareceres diversos (na *Revista do Tribunal de Justiça e da Procuradoria-Geral do Estado da Guanabara*); parecer sobre *Habeas corpus* – competência (citado pelo professor paulista Hermínio Marques Porto em sua tese *Júri* (1973); Taxa Judiciária – aumento legal e constitucional. Lei nova, sua aplicação aos processos em curso – efeitos retroativos e imediatos da lei nova (transcrito

pelo juiz Wellington Moreira Pimentel, no seu livro *A aplicação do novo Código de Processo Civil às causas pendentes* – 1974).

Possui citações e transcrições, nas seguintes obras: *Tratado de Direito Processual Penal*, de Eduardo Espínola Filho; *Manual de Direito Falimentar*, do professor José Cândido Sampaio de Lacerda; *Jurisprudência falimentar*, de Azevedo Franceschini; *Repertório de jurisprudência*, de Alexandre de Paula; tese *Júri*, do professor Hermínio Marques Porto; *Aplicação do novo Código de Processo Civil às causas pendentes*, do juiz Wellington Moreira Pimentel; *Caso Aida Curi*, de David Nasser; e *A publicidade e a lei*, de Hermano Durval (1975).

As conclusões de seu relatório sobre o chamado escândalo da carne e das farmácias foram transcritas nos anais da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, a requerimento do então vereador Gama Filho.

Aposentado em 19 de março de 1986, sua carta de despedida foi lida em sessão da mesma data, pelo Ministro Rafael Mayer, vice-presidente, na ausência do presidente, Ministro Moreira Alves.

Foi homenageado em 30 de abril subsequente, sendo saudado pelo Ministro Sydney Sanches, em nome da Corte; pelo Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence, procurador-geral da República; e pelo prof. Roberto Rosas, em nome do Conselho Federal e Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1993. Sua memória foi reverenciada em sessão de 25 de abril de 1996, quando falou pelo Tribunal o ministro Moreira Alves; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Geraldo Brindeiro, procurador-geral da República; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o prof. Roberto Rosas.

Foi lembrado em sessão de 29 de junho de 1993 no Tribunal Superior Eleitoral, quando discursou o ministro José Bonifácio Diniz de Andrada, pela Corte; o procurador-geral, Aristides Junqueira; e o advogado Fernando Neves.

Ministro Moreira Alves

José Carlos Moreira Alves nasceu na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, em 19 de abril de 1933. Filho de Luiz de Oliveira Alves e Maria Ismenia Moreira Alves. Casou-se com a Dra. Evany de Albuquerque Maul Alves.

Fez os cursos primário, ginásial e científico no Instituto Lafayette, no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1955. Concluiu o curso de doutorado (seção de direito privado), na mesma faculdade, em 1957. Doutor em Direito – por defesa de tese realizada em abril de 1961 – pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Em todos os cursos destacou-se como o primeiro aluno das respectivas turmas.

Dedicando-se ao magistério, lecionou, como professor regente, nas cadeiras de Direito Civil e de Direito Romano, na Faculdade de Direito da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro (1957-1964) e, como professor contratado, nas cadeiras de Direito Romano, na Faculdade de Direito Cândido Mendes (1960-1968). Lecionou também Instituições de Direito Público e Privado, na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro



(1964-1968) e Direito Romano especializado, no curso de doutorado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1962). A princípio como professor contratado e depois como Professor associado, lecionou nas cadeiras de Direito Civil e de Direito Processual Civil, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1962-1968). Como livre-docente e, posteriormente, como catedrático interino, lecionou nas cadeiras de Direito Civil e Direito Romano, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1965-1968). Foi catedrático interino da cadeira de Direito Civil especializado no curso de doutorado da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1968). Lecionou, em 1968, como professor catedrático, Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e, a partir de 1969, como professor contratado, na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Desde 1974, cedido pela Universidade de São Paulo, leciona na Universidade de Brasília, nos cursos de graduação e mestrado.

De janeiro de 1969 a julho de 1970, foi membro do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, como representante da Congregação da Faculdade de Direito, inicialmente como suplente e, a partir de setembro de 1969, como efetivo.

Possui as seguintes obras e trabalhos publicados: *Direito Romano* – 1º volume (*História do Direito Romano* – instituições de Direito Romano: A – parte geral; B – parte especial: Direito das coisas), Ed. Borsoi, RJ, 1965, 13. ed., Ed. Forense, 2000; *Direito Romano* – 2º volume (*Instituições do Direito Romano: B – parte especial: Direito das obrigações; Direito de família; Direito das sucessões*), Ed. Borsoi, RJ, 1965, 6. ed., Ed. Forense, 2000; *A retrovenda*, Ed. Borsoi, RJ, 1967, 2. ed., Ed. Revista dos Tribunais, 1987; *Da alienação fiduciária em garantia*, Ed. Saraiva, 1973, 3. ed., Ed. Forense, 1987; *Pareceres do procurador-geral da República*, DIN, Brasília, 1973; *Tertiis nundinis partis secanto*, RJ, 1958; *Os efeitos da boa-fé no casamento nulo, segundo o Direito Romano*, RJ, 1959; *A forma humana no Direito Romano*, RJ, 1960; *Vnus Casus* (Inst. IV, 6, 2), RJ, 1964, reed. *Revista Verbum*, PUC-RJ, fac. set./dez.1967; *Estudos de Direito Civil brasileiro e português* (II Jornada Luso-Brasileira

de Direito Civil), Rev. dos Tribunais, 1980 (em colab. com Marcello Caetano, Clóvis do Couto e Silva e Mário Júlio de Almeida Costa); *Posse*, vol. I (*Evolução histórica*), Ed. Forense, 1985; 3ª tir., Ed. Forense, 1999; *A parte geral do projeto de Código Civil brasileiro*, Ed. Saraiva, SP, 1986; *Posse*, vol. II, 1º tomo (*Estudo dogmático*), Ed. Forense, 1999, 2. ed., 3ª tir., 1999.

É também autor dos seguintes artigos, publicados em revistas especializadas: O atual projeto do Código Civil brasileiro (*SPSE – órgão oficial do Instituto de Estudos Políticos e Sociais – nº 30 – abril/jun. 1966*, pp. 49-79); A evolução da teoria do casamento inexistente (*Revista Verbum* da PUC do Rio de Janeiro – tomo XXX – fasc. 4, ano de 1963, p. 419-438); As interpolações (*Revista Jurídica*, órgão cultural da FND da Universidade do Brasil, vol. XIX, 1963/1964, p. 19-30); Ocupação (*Rep. Enc. Dir. Bras.*, vol. 35, p. 113-116); Outorga marital (*Rep. Enc. Dir. Bras.*, vol. 35, p. 337-339); Outorga uxória (*Rep. Enc. Dir. Bras.*, vol. 35, p. 339-341); Perda da posse (*Rep. Enc. Dir. Bras.*, vol. 37, p. 10-14); Perda da propriedade (*Rep. Enc. Dir. Bras.*, vol. 37, p. 14-18); A *Gewere* – um instituto do antigo Direito alemão” (*Rev. Fac. Dir. da USP.*, vol. 63, p. 193-228); Lições de um código atual – o Código Civil português (*Rev. Fac. Dir. da USP.*, vol. 64, p. 207-228); O direito das coisas no novo Código Civil português (*Rev. Fac. Dir. da USP.*, vol. 65, p. 215-257); A falta da conciliação em reconvenção de desquite (*arq. do MJ*, nº 114, junho de 1970 – p. 66-74); A reforma de códigos no Brasil – I. Anteprojeto do Código Civil brasileiro (*Academia nº 2*, maio/junho de 1971 – p. 3); A posição da mulher que se escusou de ser curadora do marido, quanto aos bens do casal (*arq. do MJ*, nº 125, p. 5-12); Unificação do Direito Privado no Brasil (publicado na coletânea *Inchieste di Diritto Comparato*, dirigida pelo prof. Mario Rotondo, vol. III - Casa Editrice Dott, Antonio Milani, Padova, 1973); Enriquecimento sem causa em caso de nulidade, alegada por órgão público, de contrato de locação de serviços (*arq. do MJ*, nº 129, março de 1974, p. 19-28); O negócio jurídico no anteprojeto do Código Civil brasileiro (*arq. do MJ*, nº 131, julho/setembro de 1973, p. 173-187); Inovações do novo anteprojeto do Código Civil (*Rev. Inf. Leg.* nº 40, out./dez. 1973, p. 5-14); Pressupostos de elegibilidade e inelegibilidade (em *Estudos de Direito Público em homenagem a Aliomar Baleeiro*, p. 225-232);

Obrigação líquida (*Notícia do Direito Brasileiro*, 1977); e Uma ampla contribuição para a Suprema Corte (*Notícia do Direito Brasileiro*, 1977).

Foram divulgados, ainda, os seguintes trabalhos de sua autoria: *Direito romano e ensino jurídico* (Irmãos Pongetti Editores, RJ, 1962); Oração do paraninfo (*Jornal do Comércio*, RJ, 24-12-1966, p. 9); *Sallustius et Fausta* (artigo escrito em latim, publicado na *Revista Verbum*, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tomo XX, fasc. 3, ano de 1963, pp. 329-334); Administração e Direito (*Rev. Fac. Dir. USP*, vol. 63, 1968, p. 413-420); *Anteprojeto da parte geral do Código Civil*, entregue ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, em novembro de 1970, juntamente com os demais anteprojeto da parte especial do Código Civil, pelo supervisor da comissão encarregada de elaborar o novo anteprojeto do Código Civil brasileiro, prof. Dr. Miguel Reale, e *Anteprojeto da Lei de Direitos Autorais*, entregue ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça em setembro de 1973 e de que resultou a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

Exerceu a advocacia, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do antigo Distrito Federal, hoje Estado do Rio de Janeiro, de 1956 a 1969, e na seção do Estado de São Paulo, a partir de junho de 1969. Foi advogado do Banco do Brasil S/A de 1963 a 1975.

Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, seção do Estado de São Paulo, e ex-membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, seção do Estado do Rio de Janeiro (antigo Estado da Guanabara).

Coordenador da Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça (1969 a 1972 e 1974 a 1975); membro da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto do Código Civil brasileiro; presidente da comissão revisora do anteprojeto do Código de Processo Penal e presidente da comissão revisora do anteprojeto do Código das Contravenções Penais.

Chefe do gabinete do ministro da Justiça, de junho de 1970 a março de 1971, representou o titular da pasta no III Congresso de Direito Penal e ciências afins, realizado em agosto de 1970, em Recife.

Participou, como assessor, da delegação do Brasil, na reunião dos ministros da justiça dos países hispânicos, luso-americanos e filipinos, efetuada em Madri, em setembro de 1970.

Foi delegado do Brasil nas conferências diplomáticas para a revisão da convenção universal sobre o direito de autor e da convenção de Berna, realizadas em Paris, em julho de 1971.

Presidiu o IV Congresso Interamericano do Ministério Público, realizado em Brasília, em maio de 1972.

Chefiou a missão especial, na qualidade de embaixador extraordinário e plenipotenciário, para representar o governo brasileiro nas cerimônias oficiais comemorativas do 50º aniversário da proclamação da República na Turquia, em outubro de 1973.

Nomeado por decreto de 19 de abril de 1972, exerceu o cargo de procurador-geral da República, de 24 de abril de 1972 a 19 de junho de 1975.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 18 de junho de 1975, do Presidente Ernesto Geisel, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello. Tomou posse no cargo no dia 20 do mesmo mês.

Indicado pelo Supremo Tribunal Federal para juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral, permaneceu no cargo, de 14 de agosto de 1975 a 8 de novembro de 1978. Foi juiz efetivo, de 9 de novembro de 1978 a 25 de agosto de 1980, quando assumiu a vice-presidência, de 26 de agosto de 1980 a 20 de agosto de 1981. Ascendeu à Presidência, a qual exerceu de 21 de agosto de 1981 a 11 de novembro de 1982.

Exerceu a vice-presidência do Supremo Tribunal Federal de 9 de dezembro de 1982 a 24 de fevereiro de 1985. Eleito em sessão de 12 de dezembro de 1984, desempenhou as funções de presidente no período de 25 de fevereiro de 1985 a 10 de março de 1987. Como presidente do STF, ocupou a Presidência da República, de 7 a 11 de julho de 1986, em substituição ao Presidente José Sarney. Declarou instalada a Assembléia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987. Ao deixar a presidência da Corte, passou a presidir a primeira turma.

Posteriormente retornou ao Tribunal Superior Eleitoral, indicado como juiz substituto, no período de 10 de novembro de 1994 a 20 de dezembro de 1998.

Havendo completado o Jubileu de Prata como ministro da Corte, em 20 de junho de 2000, decidiu o Supremo Tribunal Federal

homenageá-lo, em sessão realizada no dia 9 de agosto de 2000, sob a presidência do Ministro Carlos Velloso. Falou, em nome de seus pares, o Ministro Nelson Jobim; pelo Ministério Público da União, o procurador-geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. José Guilherme Villela.

Recebeu o Prêmio Astolfo Rezende, conferido, em 1955, pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, seção do antigo Distrito Federal.

Condecorações: Grande Oficial da Ordem do Rio Branco (1973); Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília (1973); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar; Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico (1973) e Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar (1974); Grande Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique, conferida em 24 de novembro de 1978, pelo presidente da República Portuguesa; Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, por decreto de 4 de abril de 1982, do Presidente Karl Carstens; Grand Officier de la Légion d'Honneur, conferida em outubro de 1985, pelo presidente da França, François Mitterrand; Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (1986); Grã-Cruz da Ordem do Mérito das Forças Armadas, por decreto de 6 de junho de 1986.

Ministro

Soares Muñoz



Pedro Soares

Munõz nasceu na Fazenda São Joaquim, 2º distrito do Município de Herval do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, em 31 de março de 1916. Filho de Augustin Muñoz Mattos e Francisca Soares Muñoz. Casou-se com América Eloisa Ferreira Muñoz, com quem teve três filhos – Celso, Maria e Elisa – e três netos.

Fez os estudos primários no Ginásio Gonzaga, de Pelotas, dos Irmãos Lassalistas, e os secundários no colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Bagé, dos Padres Salesianos. Após o curso pré-jurídico, no Colégio Universitário de Porto Alegre, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, no ano de 1942, sendo o orador oficial na cerimônia de formatura.

Durante o curso universitário, presidiu o Grêmio Universitário Tobias Barreto (1938), o Centro Acadêmico da Faculdade (1939) e a União Estadual dos Estudantes (1942).

Após formado, iniciou suas atividades no Ministério Público, através de concurso público, em 1943, quando obteve o 1º lugar, com

média 99,5. Exerceu promotorias públicas das comarcas de Jaguari, Lagoa Vermelha e Carazinho. Por designação especial, trabalhou no Tribunal do Júri da capital e no processo instaurado contra o chefe do contencioso da Prefeitura Municipal. Em Bagé, atuou no processo instaurado contra o Dr. Cândido Gafrée e outros.

Em 1945, ingressou na magistratura estadual. Foi, inicialmente, juiz de direito substituto da Vara dos Feitos da Fazenda, em Porto Alegre, e, a seguir, jurisdicionou as comarcas de Sobradinho, Camaquã, Santiago, São Borja, Alegrete e Caxias do Sul. Na capital do estado, jurisdicionou a 4ª Vara Criminal, a 2ª Vara Cível e a 1ª Vara de Família e Sucessões. Suas promoções foram feitas pelo critério de merecimento e as transferências, a pedido. Foi juiz auxiliar da Corregedoria-Geral, participando de várias correições no interior do estado.

Durante o chamado “governo dos magistrados”, em 1945, exerceu o cargo de prefeito de São Gabriel, cumulativamente com as funções de juiz eleitoral e juiz de direito.

Eleito em 1956 pelo Tribunal Pleno, desempenhou as funções de substituto de desembargador até 1962. Foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador, depois de ter constado, a partir de 1960, em três listas tríplexes de merecimento.

Exerceu os cargos de secretário (1954 -1959), vice-presidente (1961), presidente (1962) e membro do Conselho Consultivo da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris).

Em 1963, foi fundador e primeiro presidente da Ajuris, sendo reeleito em 1964.

No magistério, foi professor de Direito Judiciário Civil no curso de preparação à magistratura, organizado pela Ajuris (1963, 1964, 1966, 1968 e 1969) e na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, paraninfando a turma de bacharelados em 1964. Lecionou ainda Direito Eleitoral, no curso de preparação ao ingresso no Ministério Público, organizado pela Procuradoria-Geral do Estado, em 1968.

Em 1964, eleito pelo Tribunal Pleno, representou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, juntamente com o então desembargador

Carlos Thompson Flores, no III Congresso de Desembargadores, realizado no Rio de Janeiro.

Integrou a Comissão Revisora do Projeto de Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, aprovado em 13 de novembro de 1964, sendo autor da reforma geral do mesmo regimento e da respectiva consolidação, aprovadas em 1965 e 1966. Foi relator da comissão de desembargadores que elaborou o anteprojeto do capítulo do Poder Judiciário da Constituição do Estado.

Eleito pelo Tribunal Pleno, foi membro do Conselho Superior da Magistratura. Integrou o Tribunal Regional Eleitoral, por dois biênios, tendo sido, durante cinco meses, titular da Corregedoria-Geral Eleitoral e presidente, no período restante. Presidiu as eleições municipais de 1968 e as estaduais e federais de 1969.

Eleito vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em 20 de dezembro de 1971, tomou posse em 3 de março de 1972. Presidiu as câmaras cíveis reunidas, os 1º e 2º grupos de câmaras cíveis, as 1ª e 2ª câmaras cíveis especiais e a Câmara Criminal Especial. Em 17 de dezembro de 1973, foi eleito presidente do Tribunal, para o período de março de 1974 a março de 1976, exercendo o mandato até o término. Posteriormente, assumiu a presidência da Terceira Câmara Cível e da Comissão de Regimento.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto de 21 de junho de 1977, do Presidente Ernesto Geisel, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eloy José da Rocha, tomou posse em 8 de agosto de 1977.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto, eleito em sessão do STF, em 9 de novembro de 1977, e empossado em 6 de dezembro de 1977. Foi reconduzido no mesmo cargo para o biênio seguinte, até 30 de agosto de 1981.

Eleito em sessão do STF em 26 de agosto de 1981, foi empossado juiz efetivo em 1 de novembro de 1981. Exerceu o cargo de vice-presidente, eleito e empossado em sessão do TSE de 18 de dezembro de 1981.

Exerceu a presidência do TSE a partir de 12 de novembro de 1982, sendo reconduzido em 24 de agosto de 1983. Na 56ª Sessão do TSE de 1984, renunciou ao cargo, despedindo-se em 16 de agosto

de 1984, embora seu mandato tenha se estendido até 27 de agosto de 1984.

Aposentou-se no Supremo Tribunal Federal, por decreto de 5 de novembro de 1984, sendo lida sua carta de despedida no dia 8 seguinte, pelo presidente, ministro Cordeiro Guerra. Recebeu homenagem do Supremo Tribunal Federal em sessão de 12 de dezembro, falando em nome da Corte, o ministro Néri da Silveira; e, pela Procuradoria-Geral da República, o prof. Inocência Mártires Coelho.

Foi paraninfo da turma de bacharelados em 1964, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica. Possui, entre outras, as seguintes medalhas e condecorações: Medalha do Monumento Nacional ao Imigrante; Medalha Comemorativa do Centenário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Cruz de Distinção, da Sociedade Cruz Vermelha Brasileira; Colar do Mérito Judiciário, comemorativo do 1º Centenário do Tribunal de Justiça de Goiás; Medalha Osvaldo Vergara, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Sul; Medalha da Associação dos Magistrados Brasileiros; Medalha Simões Lopes Neto, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo; Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico – no grau de Grande Oficial – concedida pelo presidente da República; Medalha da Ordem do Mérito do Exército Nacional, no grau de Oficial; Medalha da Ordem do Mérito Rio Branco, no grau de Grande Oficial e Medalha da Ordem do Mérito do Distrito Federal, no grau de Grande Oficial.

Tem acórdãos e votos publicados, a partir de 1956, na *Revista Forense*, *Revista Jurídica*, *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul*, *Revista da Consultoria-Geral do Estado* e *Revista Trimestral de Jurisprudência*. Autor dos trabalhos *Código Eleitoral e Justiça Eleitoral*; *Da disponibilidade não remunerada do magistrado*; *Imunidade tributária de instituição de assistência social*; *Do processo de execução no Código de Processo Civil*; *A execução de sentença no novo Código de Processo Civil* e *A intervenção de terceiros*.

Faleceu em Porto Alegre no dia 26 de outubro de 1991. O Supremo Tribunal Federal prestou-lhe homenagem póstuma em sessão

de 20 de maio de 1992, quando interpretou o sentimento de seus pares o Ministro Paulo Brossard; falando pelo Ministério Público federal, o Dr. Moacir Antonio Machado da Silva, vice-procurador-geral da República; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Marcelo Lavenère Machado, presidente do Conselho Federal.

Ministro

Décio Miranda

Décio Meirelles de Miranda

nasceu em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em 26 de junho de 1916. Filho do Dr. José Ribeiro de Miranda, advogado em Carangola, e de Nair Meirelles de Miranda. Foi casado com Maria Alice Costa de Miranda, falecida em 23 de dezembro de 1996.



Iniciou o curso jurídico na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1933. Foi-lhe dado o prêmio de frequência gratuita, por ter obtido o 1º lugar no exame vestibular. Terminou o curso na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Advogou, de 1938 a 1960, no Rio de Janeiro, e de 1960 a 1967, em Brasília. Com inscrição secundária, exerceu a advocacia também no Estado de Minas Gerais.

Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros desde 1943, exerceu o cargo de segundo-secretário na presidência Trajano de Miranda Valverde.

Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do antigo Distrito Federal, nos períodos 1949-1950 e 1951-1952 (presidências Alcino Salazar e Jorge Diott Fontenelle). Foi membro da Comissão de Disciplina do Conselho.

Membro da 44ª Comissão de Correição da Justiça do antigo Distrito Federal, em 1951. Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros, a partir de 1953. Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do atual Distrito Federal, desde a sua fundação, e seu presidente, de outubro de 1961 a dezembro de 1962.

Integrou a comissão examinadora do concurso para juiz substituto do Distrito Federal, em 1960.

Foi indicado em lista tríplice pelo Supremo Tribunal Federal, sempre por unanimidade de votos, por duas vezes para juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral e, por quatro vezes, para juiz efetivo do mesmo Tribunal na classe de advogados (art. 110, nº II, da Constituição de 1946).

Depois de ter servido como juiz substituto (26 de julho de 1961 a 1º de junho de 1964), foi nomeado juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, por decreto de 27 de maio de 1964. Tomou posse em 2 de junho de 1964 e, havendo sido reconduzido para o 2º biênio, exerceu o cargo até 30 de novembro de 1967. Em 1964, foi membro da Comissão do Anteprojeto de Código Eleitoral e de Estatuto Nacional dos Partidos Políticos, elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Nomeado procurador-geral da República, após aprovação do Senado Federal, exerceu o cargo de 30 de novembro de 1967 a 30 de outubro de 1969, desempenhando, paralelamente, as funções de procurador-geral eleitoral.

Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos, depois de aprovação pelo Senado Federal, por decreto de 27 de novembro de 1969, tomou posse em 4 de dezembro seguinte e exerceu o cargo até 26 de junho de 1978. Eleito vice-presidente, desempenhou as funções de 22 de junho de 1977 a 26 de junho de 1978. Em 10 de setembro de 1975, a convite das universidades Federal e Católica de Minas Gerais e da Ordem dos Advogados do Brasil, proferiu, em Belo Horizonte, notável conferência intitulada *Rapidificação: objetivo fundamental da reforma judiciária*.

Indicado pelo Tribunal Federal de Recursos, atuou, novamente, como membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, a partir de 31 de agosto de 1976 até 31 de agosto de 1978.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 22 de junho de 1978, do Presidente Ernesto Geisel, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Olavo Bilac Pinto, tomou posse perante o Presidente Thompson Flores, durante o período de férias, em 27 do mesmo mês.

Escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, retornou ao Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto, no período de 30 de novembro de 1978 a 17 de dezembro de 1981, assumindo na data imediata, em caráter efetivo. Exerceu o cargo de vice-presidente de 12 de novembro de 1982 até 27 de agosto de 1984. Ascendeu à Presidência em 28 de agosto de 1984, nela permanecendo até 10 de setembro do mesmo ano.

Na sessão de 12 de dezembro de 1984, foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal para o biênio 1985-1987, havendo tomado posse no cargo em 25 de fevereiro de 1985. Pertenceu às comissões de regimento, jurisprudência e coordenação, havendo integrado, também, o Conselho Nacional da Magistratura.

Durante a sua permanência na Corte, proferiu discursos em sessões solenes saudando os presidentes das repúblicas do México e da Guiné Bissau, homenageando o Ministro Clóvis Ramalhete e reverenciando a memória dos Ministros Hermes Lima e Castro Nunes.

Aposentou-se por decreto de 3 de setembro de 1985, sendo lida, na sessão do dia subsequente, a carta de despedida que dirigiu à Corte, pelo presidente, Ministro Moreira Alves. O Tribunal prestou-lhe homenagem, em sessão de 9 de outubro seguinte, quando falou pela Corte o Ministro Octávio Gallotti; pelo Ministério Público Federal, o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. José Luiz Clerot.

Faleceu em Brasília, em 12 de março de 2000, sendo sepultado no cemitério Campo da Esperança. O Supremo Tribunal Federal reverenciou sua memória, em sessão de 16 de agosto de 2000, por intermédio do Ministro Octávio Gallotti; falando pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Geraldo Brindeiro; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Antonio Carlos Sigmaringa Seixas.

Ministro

Rafael Mayer

Luiz Rafael Mayer

nasceu em Monteiro, Paraíba, em 27 de março de 1919. Filho de Marcolino Mayer de Freitas e Lydia Rafael Mayer. Casou-se com Leide Diógenes Mayer, com quem teve uma filha, Rafaela Diógenes Mayer.

Em Recife, fez seu curso ginásial no Colégio Salesiano (1931-1936), transferindo-se, a seguir, para o Colégio Pedro Augusto, onde cursou o pré-jurídico (1937-1938). Em 1939, ingressou na Faculdade de Direito dessa cidade, bacharelando-se em 1943.

Dentre suas atividades escolares, pode-se citar a de orador da turma de concluintes do ginásio e da turma de bacharéis da Faculdade de Direito de Recife. Foi membro do diretório acadêmico da faculdade (1939-1941), diretor-assistente da Casa do Estudante de Pernambuco (1939-1940) e diretor do Departamento de Cultura do Centro XI de Agosto.

Retornando à Paraíba, foi prefeito do Município de Monteiro, de 1944 a 1945.

De volta a Pernambuco, ingressou no Ministério Público do Estado, por meio de concurso de provas realizado em 1945, para o



cargo de promotor, exercendo-o ininterruptamente de 1945 a 1955. Foi promovido, por merecimento, de primeira à segunda, e de segunda à terceira entrâncias, nas comarcas de Serrita, Maraial, Gameleira, Igarassu, Paulista e Recife.

Em seqüência à sua carreira, exerceu, também, os seguintes cargos e atividades públicas no estado: promotor auxiliar da Procuradoria-Geral do Estado (1952-1954); membro do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco (1962-1964); subprocurador-geral do Estado de Pernambuco (final de carreira do Ministério Público, promoção por merecimento), de 1955 a 1966; presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco (1951-1953); membro da comissão examinadora do concurso para oficial judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco (1962).

Foi ainda conferencista no curso de polícia, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco (outubro de 1956); relator da comissão nomeada pelo governo do estado para dar parecer sobre o regimento de custas do estado (1955).

Lecionou no magistério superior, nos seguintes estabelecimentos de ensino: Escola de Serviço Social de Pernambuco (1957-1960), professor de Direito Penal; Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco (1961-1963), professor assistente de Instituições de Direito Privado e professor de Direito Administrativo no Curso Superior de Administração (1961-1963); Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, professor assistente aposentado.

No exercício de outras atividades e funções vinculadas à advocacia, foi advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Fiação e Tecelagem de Paulista, em Pernambuco (1944-1945); diretor de Estudos Sociais da Federação dos Círculos Operários de Pernambuco (1955-1963); secretário do Conselho Seccional de Pernambuco, OAB (1955-1958); conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal (1969-1970; 1971-1972; 1973); membro da banca examinadora do concurso para juiz do trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Recife (1962).

No âmbito federal, exerceu os seguintes cargos e funções: assessor do gabinete do ministro da Fazenda (1963); procurador do

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), 1964; assessor-chefe da Assessoria Jurídica do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (Mecor), 1964-1967; consultor jurídico do Ministério do Interior (a partir de março de 1967); e consultor-geral da República (abril de 1974 a dezembro de 1978).

Nomeado pelo presidente da República, Ernesto Geisel, para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 13 de dezembro de 1978, na vaga decorrente do falecimento do Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, tomou posse no dia 15 de dezembro de 1978.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto. Tomou posse em 10 de fevereiro de 1981 e foi efetivado no cargo na 109ª Sessão do TSE, realizada em 10 de novembro de 1982.

Foi eleito vice-presidente deste Tribunal em sessão de 16 de agosto de 1984 e empossado no dia 28 do mesmo mês.

Reconduzido ao cargo, em 31 de outubro de 1984, assumiu a Presidência do órgão, tomando posse na 102ª Sessão do TSE, em 17 de dezembro de 1984.

No período de 10 de setembro de 1984 a 17 de dezembro de 1984, já havia assumido como presidente em exercício, substituindo o Ministro Décio Miranda.

Renunciou à Presidência do TSE em 6 de setembro de 1985 na 81ª Sessão, para assumir a Vice-Presidência do STF.

Sua despedida ocorreu em 5 de setembro de 1986, na 76ª Sessão do TSE.

Eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, a 4 de setembro de 1985, desempenhou o cargo até 9 de março de 1987. Foi eleito para a Presidência da mesma Corte em sessão de 10 de dezembro de 1986, exercendo-a no biênio de 10 de março de 1987 a 10 de março de 1989.

Aposentou-se em 15 de março de 1989, sendo lida, em sessão de 12 de abril seguinte, pelo presidente, Ministro Néri da Silveira, a sua carta de despedida. Foi homenageado em sessão de 19 de abril, quando falou pelo Tribunal o Ministro Aldir Passarinho; pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Sérgio Gonzaga Dutra.

Tem desempenhado, desde então, atividades de advocacia e consultoria jurídica, com inscrição principal na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, e inscrição suplementar na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal.

Recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Mérito de Brasília, Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco, Grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar, Grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval, Grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Judiciário Militar, Grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Mauá, Grã-Cruz; Ordem do Mérito Guararapes (PE), Grã-Cruz; Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado (TJ/PE), Alta Distinção; Ordem do Mérito Capibaribe (PMRE), Grã-Cruz; Ordem do Mérito da Estrela Polar, Grã-Cruz do Governo da Suécia; Ordem do Infante Dom Henrique, Grã-Cruz do Governo de Portugal; Ordem do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira (TRT 6ª Região/PE); Medalha do Mérito Indigenista, Grã-Cruz; Ordem do Mérito do Trabalho, Grã-Cruz (Ministério do Trabalho/Brasília); Colar do Mérito Judiciário, Grã-Cruz (TJ/RJ); Ordem do Mérito Judiciário, Grã-Cruz (Associação dos Magistrados Brasileiros/RS); Ordem do Mérito Judiciário, Grã-Cruz (TJ/SP); Colar do Mérito Judiciário, Grã-Cruz (TJ/MG); Cidadão Honorário do Recife, Pernambuco; Ordem do Mérito Legislativo (Assembléia Legislativa de Minas Gerais); Diploma da Federação do Comércio de Brasília; Diploma de Honra ao Mérito do CDSJUB; Ordem do Mérito de Dom Bosco, Grã-Cruz (TRT 10ª Região); Mérito Judiciário, Grã-Cruz (TJ/AC); Mérito Judiciário, Grã-Cruz (TJ/BA); Mérito Judiciário, Grã-Cruz (TJ/GO).

Publicou *O processo administrativo disciplinar e o direito de defesa*, na revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco (1962); *Autarquias*, nos anais do encontro jurídico do Minter (1972); *Supremo Tribunal Federal: expressão da independência*, na *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil* (v. 10, 1973); *Direito de irrigação no Brasil*, na *Revista de Direito Agrário* (Incra) (nº 2, 1973); *A natureza jurídica dos territórios federais*, na *Revista de Direito Administrativo*; *Disposições*

constitucionais sobre o contencioso administrativo, nos arquivos do Ministério da Justiça; *Princípio da legalidade administrativa*, conferência na Universidade Federal da Paraíba; pareceres da Consultoria-Geral da República (vols. 85 a 90); *O controle constitucional dos atos do poder público*, em memória de Las Cortes Supremas da Justicia – Iberoamericana, Caracas; *Do Supremo Tribunal de Justiça ao Supremo Tribunal Federal*, em arquivos do Ministério da Justiça.

Ministro

Néri da Silveira

José Néri da Silveira

nasceu em 24 de abril de 1932, em Tabuleiro, distrito do Município de Lavras do Sul, Rio Grande do Sul. Filho de Severino Silveira e Maria Rosa Machado Silveira. Casado com Ilse Maria Dresch da Silveira, com quem tem sete filhos: Themis Maria, Domingos Sávio, Maria Teresa, Paulo de Tarso, Maria Cecília, Felipe Néri e Francisco de Sales.



Fez os estudos primários com a professora Maria Amália Soares Delabary, na zona rural de Lavras do Sul, e o curso secundário em Bagé, no Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, dos padres salesianos de Dom Bosco, em regime de internato, no período de 1944 a 1950.

Diplomado, em Porto Alegre, pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, colou grau em 21 de dezembro de 1955. Granjeou a distinção universitária de aluno laureado, conquistando a média geral de 9,56 no curso jurídico.

Em 1956, concluiu o curso de bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, em 1957, o de licenciatura em Filosofia pela PUC/RS.

Foi advogado militante, no foro de Porto Alegre, no período de 1955 a 1965.

Em 1953, ainda estudante de Direito, mediante concurso público, ingressou no serviço público estadual, lotado no então Departamento do Serviço Público (depois Conselho do Serviço Público). Até 1961, exerceu, dentre outras, as funções de técnico de administração e de assessoramento ao referido conselho.

No período de 1º de abril de 1961 a 30 de junho de 1963, desempenhou o cargo de assistente jurídico, em comissão na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A 1º de julho de 1963, assumiu o cargo de consultor jurídico, na Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de aprovação em concurso público. Nesse período, prestou também assessoramento jurídico ao secretário de Estado dos Negócios da Administração do Rio Grande do Sul.

Foi nomeado para o cargo de conselheiro, em substituição, do Conselho do Serviço Público, a 1º de fevereiro de 1965. Permaneceu no exercício dessas funções até 19 de março do mesmo ano, quando o governador do estado, o engenheiro Ildo Meneghetti, o nomeou consultor-geral, cabendo-lhe a tarefa de organizar a Consultoria-Geral do Estado, então recentemente criada. Foi mantido, nesse cargo, pelo novo governador, Cel. Walter Barcellos, até 15 de março de 1967.

No Rio Grande do Sul, desempenhou ainda as funções de membro do Conselho Consultivo da Administração do Departamento Estadual de Abastecimento de Leite (Deal), órgão de deliberação coletiva, no lapso de 14.8.59 a 19.3.65, do qual, ininterruptamente, ocupou a presidência, por sucessivas reconduções.

Em 1967, integrou a comissão de juristas designada pelo governo do estado para elaborar projeto de adaptação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul à Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.

Néri da Silveira foi professor de Direito Civil, desde 1960, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e assistente da cadeira de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde 1963. Essas atividades de magistério,

exerceu-as em Porto Alegre, até sua investidura como ministro do Tribunal Federal de Recursos. Também lecionou Introdução à Ciência do Direito e, depois, Introdução ao Estudo do Direito, na Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal (AEUDF), em Brasília, de março de 1970 a junho de 1977.

Foi paraninfo das turmas de bacharéis em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em dezembro de 1965; da Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal (AEUDF), em dezembro de 1972, dezembro de 1975 e fevereiro de 1980; e patrono da turma de bacharéis em Direito da UDF, em agosto de 1974, havendo sido escolhido seu nome para a turma do 2º semestre de 1980 dessa instituição.

Juiz federal, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, por nomeação do Presidente Castello Branco, após aprovação do Senado Federal, a partir de 9 de maio de 1967, presidiu a Comissão de Instalação da Justiça Federal naquele estado e desempenhou a função de primeiro-diretor do foro da mencionada seção, até janeiro de 1969. Permaneceu no cargo de juiz federal por dois anos e sete meses, até a sua posse como ministro do Tribunal Federal de Recursos, a 9 de dezembro de 1969. Exerceu o cargo de juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul no biênio de 1967 a 1969, como representante da Justiça Federal.

Por eleição de seus pares, integrou o Conselho da Justiça Federal no biênio de 26 de junho de 1971 a 26 de junho de 1973. Em 1970, participou, como ministro convocado e por designação do presidente do Tribunal Federal de Recursos, do julgamento, no Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário nº 67.668/DF. Foram, os votos que então proferiu, publicados na *Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal* (v. 59, p. 731-740 e 763-765). Também como ministro convocado, participou, no Supremo Tribunal Federal, em 1975, do julgamento do Mandado de Segurança nº 19.983 (RTJ, v. 77/48). Ainda em 1975, por escolha do Tribunal Federal de Recursos, presidiu a comissão examinadora do II Concurso para provimento de cargos de juiz federal substituto. Também presidiu a Comissão de Regimento e Jurisprudência desse Tribunal no período de 7 de março de 1979 a 23 de junho de 1980.

Em 27 de junho de 1978, foi eleito para as funções de vice-presidente do Tribunal Federal de Recursos e empossado na mesma data. Seus discursos proferidos em Plenário foram publicados no *DJ* de 14 de agosto de 1978, p. 5.772-5.773.

Em sessão de 7 de junho de 1979, foi eleito para as funções de presidente do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, no biênio 1979-1981, havendo tomado posse a 25 de junho de 1979.

Eleito, pelo TFR, ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, em 1975, e ministro efetivo da mesma Corte Superior, em 1976, nela tomou posse em 28 de setembro de 1976 (os discursos proferidos na ocasião foram publicados no *DJ* de 31.8.77). Foi reconduzido para o 2º biênio, em setembro de 1978.

No Tribunal Superior Eleitoral, foi eleito corregedor-geral eleitoral, em 30 de setembro de 1976, cujas funções desempenhou juntamente com as de ministro. Renunciou ao restante do segundo biênio, no TSE, a 21 de junho de 1979, para assumir a Presidência do Tribunal Federal de Recursos.

Em 11 de março de 1982, retornou ao Tribunal Superior Eleitoral, como ministro substituto, na representação do Supremo Tribunal Federal, sendo, posteriormente, eleito ministro efetivo, em sessão de 28 de agosto de 1984. Foi vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no período de 17 de dezembro de 1984 a 30 de setembro de 1985, e presidente da mesma Corte, de 1º de outubro de 1985 a 9 de março de 1987. Nesse período realizou o recadastramento eleitoral, iniciando-se a informatização da Justiça Eleitoral (1986), com a formação do Cadastro Nacional de Eleitores, em meio magnético. Presidiu, ainda, no mesmo ano, as eleições gerais, com a eleição dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Em 29 de novembro de 1994, retornou ao TSE como ministro substituto. Tomou posse como ministro efetivo em 18 de março de 1997. Em 19 de junho de 1997, é empossado vice-presidente e, posteriormente, é eleito presidente, cargo que exerceu de 2 de março de 1999 a 1º de março de 2001. Presidiu as eleições municipais de 2000 em um processo de votação e apuração, em urnas eletrônicas, em todas as seções eleitorais do país.

Nomeado, por decreto de 24 de agosto de 1981, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, tomou posse em 1º de setembro de 1981, passando a integrar a primeira turma e a Comissão de Regimento do Tribunal. Eleito membro do Conselho Nacional da Magistratura, em Sessão Plenária de 3 de março de 1982, foi vice-presidente do mesmo conselho, a partir de 10 de março de 1987. Vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, para o período de 10 de março de 1987 a 13 de março de 1989, integrou, no STF, as comissões de Regimento, Documentação, Coordenação e Jurisprudência. Foi eleito, em Sessão Plenária de 14 de dezembro de 1988, presidente do Supremo Tribunal Federal, para o biênio 1989-1991. Nesse período, foi implantada a informatização dos serviços da Corte e criado o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário. Ocorreu também a instalação do Superior Tribunal de Justiça, criado pela Constituição de 1988, da qual presidiu a Sessão Solene Especial, realizada em 7 de abril de 1989.

Promoveu encontros nacionais de presidentes de tribunais e de associações de magistrados e corregedores-gerais de Justiça, em Foz do Iguaçu/PR, outubro de 1990, e em Brasília, no Supremo Tribunal Federal, fevereiro de 1991. Promoveu também encontros regionais com presidentes de cortes estaduais em Maceió (1989), Cuiabá (1989), Fortaleza (1990), e, em agosto de 1990, encontro com diretores de escolas de magistratura, em Campo Grande/MS (1990), para elaborar estudos dos problemas do Poder Judiciário Nacional, especialmente dos relativos à informatização dos serviços das cortes e à criação do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário.

Representou o Supremo Tribunal Federal do Brasil, como seu presidente, na Conferência de Presidentes de Cortes Supremas dos Países da Ibero-América, Portugal e Espanha, em Mérida, Espanha, maio de 1990; na V Conferência Internacional de Juízes de Cortes Supremas, em Washington, novembro de 1990; e, ainda, por designação de seu presidente, na VII Conferência Internacional de Juízes de Cortes Supremas, em Ottawa, Canadá, setembro de 1995.

Exerceu a presidência da Segunda Turma da Suprema Corte até 24 de abril de 2000.

Além da distinção universitária de aluno laureado (em 1955), é detentor da insígnia da Ordem do Mérito do Serviço Público do Estado do Rio Grande do Sul, grau de Grande Mérito, conferida por decreto do governo do estado em 1968. Recebeu portaria de louvor do ministro presidente do Conselho da Justiça Federal, ao término do mandato de diretor do foro da seção judiciária do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1969. Foi agraciado com a Comenda da Ordem do Rio Branco, grau de Grande Oficial, por decreto de 12 de abril de 1973, do presidente da República. Também por decreto presidencial, de 23 de julho de 1979, recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Militar, grau de Grande Oficial.

Por decreto de 25 de setembro do mesmo ano, foi-lhe outorgada a Comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico, também no grau de Grande Oficial. Em 11 de agosto de 1980, o Tribunal Superior do Trabalho conferiu-lhe o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. O Superior Tribunal Militar, a 10 de novembro de 1980, agraciou-o com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário Militar, grau de Grã-Cruz. Por decreto de 20 de abril de 1981, o governador do Distrito Federal conferiu-lhe a Comenda da Ordem do Mérito Brasília, grau de Grã-Cruz.

O ministro da Marinha concedeu-lhe a Medalha Mérito Tamandaré, a 12 de junho de 1982. Foi condecorado com a Ordem Nacional *Al Mérito*, grau Grã-Cruz, pelo Governo do Equador, em 24 de fevereiro de 1982. Em 11 de agosto de 1983, o Tribunal Superior do Trabalho concedeu-lhe o grau de Grã-Cruz (promoção) da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. O Governo do Estado de Minas Gerais, por decreto de 21 de abril de 1986, conferiu-lhe a Medalha da Inconfidência. O Governo do Estado do Mato Grosso, pelo Decreto nº 2.079, de 12 de junho de 1986, concedeu-lhe a Ordem do Mérito do referido estado, grau de Grã-Cruz.

O Governo do Estado do Ceará, por decreto de 9 de março de 1987, concedeu-lhe a Medalha José de Alencar. O Estado do Rio Grande do Sul conferiu-lhe, em 1990, a comenda Ponche Verde. O Tribunal de Justiça do Estado do Acre, conferiu-lhe a Medalha do Mérito Judiciário, em sessão de 7 de novembro de 1986. O Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em sessão de 27

de dezembro de 1988, agraciou-o com a Comenda do Mérito Judiciário daquela Corte. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais concedeu-lhe o Colar do Mérito Judiciário, em 14 de novembro de 1991. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo outorgou-lhe, em 19 de novembro de 1992, o Colar do Mérito Judiciário.

Por resolução do conselho universitário da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, foi-lhe concedida, em 1988, a Medalha Irmão Afonso.

Recebeu, ainda, a Comenda da Ordem do Mérito Forças Armadas, grau Grã-Cruz (1989); Medalha do Mérito Floriano Peixoto, outorgada pelo Governo do Estado de Alagoas, (1989); Comenda da Ordem do Rio Branco, grau Grã-Cruz, promoção (1989); Comenda da Ordem do Mérito Naval, grau Grande Oficial (1989); Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (1989); Medalha Santos Dumont, do Estado de Minas Gerais (1990); Medalha do Mérito Eleitoral, conferida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (1991); Medalha do Mérito Judiciário da Associação dos Magistrados Brasileiros (1991); Ordem do Mérito Judiciário, grau Grã-Cruz, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (1992); Medalha da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (1993); Colar do Mérito Judiciário, conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1994); Medalha do Mérito Judiciário Militar, do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (1988); Ordem do Mérito Judiciário, grau Grã-Cruz, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (2000); Ordem do Mérito Judiciário conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (2000).

Possui trabalhos jurídicos publicados no *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul* (vide, dentre outras, as edições de 20.5.56, 20.11.56, 12.3.65, 19.6.65, 28.5.65, 19.6.65, 20.8.65, 1º.12.65, 17.11.66) e no *Correio do Povo* de Porto Alegre. Nesse órgão da imprensa gaúcha, publicaram-se seus discursos de posse como consultor-geral do Estado do Rio Grande do Sul (ed. de 20.3.65), no cargo de juiz federal, perante o Conselho de Justiça Federal (ed. de 12.5.67), e na instalação solene da seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio Grande do Sul (ed. de 11.10.67), bem como nas

homenagens póstumas prestadas pelo Tribunal Federal de Recursos ao Dr. Oswaldo Vergara (ed. de 7.11.73; esse pronunciamento está publicado também no *DJ* de 27.11.73, p. 8.855-8.856) e ao reitor magnífico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Irmão José Otão (ed. de 5.5.78; também no *DJ* de 16.5.78, p. 3.315-3.316).

Possui publicado, ainda, o discurso que pronunciou, em 22.12.65, como paraninfo da turma de bacharéis em Direito da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob o título *Revolução e a evolução do Direito* (ed. Oficinas Gráficas Dom Bosco, 1966, e revista *Veritas*, da PUC/RS, ano 11, nº 1, 1966).

No *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul* estão ainda publicados trabalhos que escreveu acerca dos seguintes temas:

1. *Natureza dos tribunais de contas; garantias e prerrogativas de seus membros* (DOE, ed. de 24.9.65).

2. *Criação de universidade estadual, sob forma de fundação, em face da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (DOE, ed. 6.12.65, p. 4-10).

3. *Sistema de elaboração legislativa, em face do Ato Institucional nº 2, de 27.10.65 (arts. 3º, 4º e 5º) e da Emenda Constitucional nº 17, de 26.11.65, à Constituição de 1946 (art. 6º)* (DOE, ed. de 13.5.66, p. 2-5).

4. *Inteligência do art. 222 da Constituição de 1946, introduzido pela Emenda Constitucional nº 15, de 5.7.65* (DOE, ed. 20.7.66).

5. *Sobre a autonomia municipal e a criação de municípios* (ed. 1º.12.65).

6. *Limites ao poder de revisão dos próprios atos pela administração* (ed. 24.9.65).

7. *Correção monetária e cláusula de escala móvel* (ed. nov. de 1966).

Na *Revista da Consultoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul*, publicou, outrossim, os seguintes trabalhos:

1. *Regime de aposentadoria previsto no art. 177, § 1º, da Constituição de 1967, em face da Emenda Constitucional nº 1, de 1969* (v. 1, ano de 1971).

2. *Desapropriação de bem de patrimônio particular para doar a entidade destinada imediatamente a fins de interesse público* (v. 3, ano de 1972).

3. *Da constitucionalidade da taxa de melhoramento dos portos* (v. 4, ano de 1972).

4. *Tributação do Imposto de Renda nas remessas de juros para o exterior* (v. 6, ano de 1973).

Na *Revista do Tribunal Federal de Recursos*, a partir do nº 26, estão publicados, além de acórdãos e votos, os discursos que proferiu, por ocasião:

1. De sua posse no Tribunal (v. 26).

2. Da homenagem póstuma do TFR ao professor Raul Pilla (v. 39).

3. Da homenagem de despedida do Exmo. Sr. Ministro Esdras Gueiros, por motivo de aposentadoria, em nome do Tribunal Federal de Recursos (v. 46).

4. Da homenagem de despedida do Exmo. Sr. Ministro Décio Miranda, em virtude de sua nomeação para ministro do Supremo Tribunal Federal (v. 60).

5. De sua posse na Presidência do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal (v. 63).

Estão, além disso, publicados, no *Diário da Justiça da União*, os discursos que pronunciou, em nome do Tribunal Federal de Recursos, em homenagem póstuma:

1. Ao Papa Paulo VI (*DJ*, de 25.8.78, p. 6.186-6.187).

2. Ao Papa João Paulo I (*DJ*, de 10.11.78, p. 8.956-8.957).

No *Diário do Congresso Nacional*, seção II, ed. de 22.3.79, p. 353-356, e no *Correio Braziliense*, ed. de 26.3.79, foi publicado o discurso que proferiu no Tribunal Superior Eleitoral, a 20.3.79, em nome desta Corte, na sessão especial de homenagem póstuma ao Exmo. Sr. Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Na *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, seção do Distrito Federal, v. 9, 1980, p. 69-89, está publicada palestra que proferiu na solenidade de encerramento do I Congresso Brasileiro para a Desburocratização da Justiça, em Porto Alegre, a 5.10.80, sob o título

Sentido da reforma do Poder Judiciário: procedimentos de reforma da Justiça Ordinária da União.

A mesma revista (v. 10, p. 7-26) publicou seu trabalho intitulado *O Supremo Tribunal Federal e a interpretação jurídica com eficácia normativa*, editado também pela Editora Universidade de Brasília, em coletânea de ensaios comemorativos do sesquicentenário do Supremo Tribunal Federal.

Na *Revista do Serviço Público* (abr.-jun., 1982, v. 110, nº 2), publicou trabalho sob o título *A experiência de desburocratização no Tribunal Federal de Recursos*.

Na *Revista de Direito Público* (abr.-jun., 1985, v. 74), está publicado trabalho intitulado *Reflexão sobre uma ordem de liberdade e justiça*.

Na coletânea publicada pela Ajuris sobre o Poder Judiciário e a nova Constituição, está inserida conferência que proferiu na Escola Superior da Magistratura, do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a 1º.6.85, sob o título *Dimensões da independência do Poder Judiciário numa ordem democrática*.

Na *Revista Direito e Justiça* (v. 5), da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, publicou palestra que proferiu com o título *Missão do jurista, segundo o humanismo cristão*.

Na revista *Arquivos* do Ministério da Justiça (jul.-set., 1988, nº 173) está publicada, sob o título *A dimensão política do Judiciário e a nova Constituição*, palestra que proferiu na Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), a 16.9.88.

Foi publicado ensaio sobre *Aspectos do Poder Judiciário brasileiro*, trabalho apresentado na Conferência de Presidentes de Cortes Supremas dos Países da Ibero-América, Portugal e Espanha, realizada em maio de 1990, em Mérida, Espanha. Foi publicado discurso proferido na sessão de encerramento da VII Conferência Internacional de Juízes de Cortes Supremas, em Ottawa, Canadá, 1995, sobre os temas da conferência relativa à América do Sul (coletânea da conferência publicada pela Suprema Corte do Canadá, 1966).

Proferiu, entre outras, as seguintes conferências e palestras: Recurso Extraordinário e Recurso Especial em Face da Nova Constituição,

por ocasião do VI Seminário dos Assessores Jurídicos da Empresa de Correios e Telégrafos (1989); O Sentido da Páscoa para o Homem de Hoje, no Supremo Tribunal Federal (1989); Conjuntura Política Nacional: o Poder Judiciário, para os estagiários da Escola Superior de Guerra, no Plenário do Supremo Tribunal Federal (1989); Informática no Judiciário, palestra proferida no XVII Secop – Seminário Nacional de Informática Pública, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (1989); O Poder Judiciário e a Eficácia das Normas Constitucionais, no Instituto dos Advogados de Goiás, em Goiânia (1989); O Poder Judiciário e a Eficácia das Normas Constitucionais, a convite da Faculdade de Direito da Universidade de Santa Cecília dos Bandeirantes, em Santos, São Paulo (1989); O Supremo Tribunal Federal e a Nova Ordem Constitucional, a convite do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em Vitória, Espírito Santo (1989); O Município na Constituição de 1988 e o Poder Judiciário, na Câmara Municipal de Blumenau, Santa Catarina (1989); conferência em João Pessoa/PB, a convite da Associação dos Magistrados daquele estado, sobre Poder Judiciário na República: a Contribuição de Epiácio Pessoa (1990); Palestra sobre Poder Judiciário e o Estatuto da Magistratura, em encontro dos presidentes dos tribunais regionais do trabalho, TRT 10ª Região/DF (1990); conferência no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, a convite do Sr. Desembargador-Presidente, sobre a Justiça Eleitoral como Instrumento da Democracia no Brasil (1990); conferência sobre o Poder Judiciário, para oficiais-alunos do Curso de Política Econômica e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, a convite do Exmo. Sr. Ministro da Marinha, Henrique Sabóia (1990); conferência sobre A Defensoria Pública como Instituição à Luz da Constituição Federal e Estadual, no simpósio promovido pela Assistência Judiciária Gratuita de Porto Alegre/RS (1990); conferência sobre o Poder Judiciário da União, na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, a convite do Exmo. Sr. Brigadeiro do Ar Walter Werner Braver, comandante da Ecemar (1990); aula inaugural na Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, por ocasião dos 90 anos em que foi proferida ali a primeira aula inaugural, sobre O STF e a Guarda da Constituição (1990); palestra de abertura do Colégio de Presidentes de 85 subseções da OAB, em Porto Alegre/RS, a convite

do Sr. Presidente da OAB/RS, sobre a Contribuição da Informática para o Estudo dos Problemas da Administração da Justiça no Brasil (1990); palestra aos bacharelandos da Faculdade de Direito de Anápolis (1989); alocução sobre o Dia Nacional de Ação de Graças, na *Hora do Brasil* (1989); conferência no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, a convite do desembargador-presidente, sobre A Justiça Eleitoral como Instrumento da Democracia no Brasil (1990); A Função do Juiz, palestra proferida em Recife, no Tribunal de Justiça (1991); palestra sobre Defensoria Pública numa Ordem de Liberdade e Justiça, no Rio de Janeiro (1963); Aspectos da Responsabilidade Civil do Estado no Sistema Constitucional Brasileiro, palestra em Angra dos Reis/RJ (1993); As Fundações e o Poder Judiciário, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995); Reforma Constitucional e o Controle de sua Validade, palestra na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995); palestra A Justiça Federal como Instrumento da Cidadania, em Florianópolis (1996); O Supremo Tribunal Federal como Guardião dos Direitos Fundamentais, palestra proferida na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996); Notas sobre o Perfil Constitucional do Ministério Público, palestra proferida no 5º aniversário de instalação do Ministério Público do Estado de Roraima, em Boa Vista (1996); Aspectos do Processo Canônico e da Função dos Tribunais Eclesiásticos, para juízes eclesásticos, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997); Inelegibilidade, palestra no V Encontro dos Procuradores Regionais Eleitorais, no Ministério da Justiça, Brasília (1997); Instrumentos Processuais na Constituição, palestra proferida na Jornada Internacional Armando Câmara de Estudos Jurídicos, em Porto Alegre/RS (1998); Democracia, Liberdade do Sufrágio e Justiça Eleitoral, palestra no I Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Partidário, em Curitiba/PR (1999); Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro, palestra proferida em Gramado/RS (1999); Ministro João Leitão de Abreu – o Juiz e a Política, palestra proferida nas comemorações do Centenário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (1999); Democracia e Processo Eleitoral, palestra na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado

do Rio de Janeiro (2000); Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental, palestra proferida na Fundação Escola de Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (2000); Aspectos da Fazenda Pública em Juízo: Posição do Advogado Público, palestra proferida em Brasília/DF (2000), no I Encontro Nacional dos Advogados da União.

Durante sua permanência na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, homenageou em discurso o falecido Ministro Eloy da Rocha, Rui Barbosa, e comemorou o 54º aniversário da Justiça Eleitoral e aos 54 anos de eleição direta.

Ao completar 50 anos de serviço público foi homenageado, em 17 de abril de 2002, no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal. Recebeu a medalha correspondente, cunhada em ouro pela Casa da Moeda do Brasil, entregue pelo presidente da Corte, Ministro Marco Aurélio. Trata-se do primeiro integrante do STF que foi contemplado com a honraria, concedida aos funcionários que atingem 50 anos de serviço, desde que foi instituída em 1961.

Na sessão de 23 de abril de 2002, época da aposentadoria, foi saudado, na segunda turma, que presidia, pelo Ministro Celso de Mello, em nome de seus pares; falando, ainda, o subprocurador-geral da República, Dr. João Batista de Almeida; e o ministro aposentado, Aldir Passarinho, pelos advogados.

Em 24 de abril de 2002, atingiu a idade limite para permanência na atividade, sendo aposentado por decreto da mesma data, publicado no *DOU* do dia seguinte.

Ministro

Oscar Corrêa

Oscar Dias Corrêa nasceu no dia 1º de fevereiro de 1921, em Itaúna, Estado de Minas Gerais. Filho de Manoel Dias Corrêa e Maria da Fonseca Corrêa. Casado com Diva Gordilho Corrêa. Tem dois filhos: Oscar Júnior e Ângela.



Fez o curso primário no Ginásio Estadual Dr. Augusto Gonçalves, na sua cidade natal, e o ensino médio no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, hoje colégio estadual, de 1932 a 1936, onde se iniciou nas atividades literárias, ganhando, em 1935, concurso de oratória com discurso sobre “A Paz no Chaco” (publicado no *Minas Gerais* de 29 de agosto de 1935). No período de 1937 a 1938, frequentou o Colégio Universitário – curso pré-jurídico da Universidade de Minas Gerais (hoje UFMG).

Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Minas Gerais em 1943, exercendo, então, intensa atividade cultural. Venceu o concurso nacional de monografias e o concurso nacional de oratória, promovidos, em 1943, pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.

Foi professor catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, ingresso por

concurso de títulos e provas, com defesa de tese, em 1951; também lecionou Economia Política na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, hoje Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ingressou por concurso de títulos e provas, com defesa de tese em 1957. Foi professor titular de Economia da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, hoje UERJ, interino desde 1968 e efetivo em 1971 (concurso de títulos); professor titular de Economia Política da Universidade de Brasília (1966); professor titular de Introdução à Economia das Faculdades Integradas Bennett, no Rio de Janeiro, em 1971; professor de Noções de Direito e Direito do Trabalho da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

Iniciando-se na advocacia e na vida pública, em 1946, foi nomeado oficial-de-gabinete do secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais, prof. João Franzen de Lima.

Foi eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nas legislaturas 1947-1951 e 1951-1955. Nessa condição, foi membro das seguintes comissões de: a) Elaboração da Constituição do Estado de Minas Gerais, como sub-relator de Discriminação de Rendas e Municípios, em 1947; b) Leis Complementares à Constituição; c) Constituição; d) Legislação e Justiça; e) Assuntos Municipais e Negócios Interestaduais; f) Trabalho e Ordem Social; g) Estudos para o Aproveitamento do Vale do Rio Doce São Francisco (relator permanente). Foi vice-líder da bancada da União Democrática Nacional (1947-1955; 1960 e 1963-1965).

Elegeu-se deputado federal nas legislaturas 1955-1959, 1959-1963 e 1964-1967, participando ativamente das atividades parlamentares como membro das seguintes comissões de: a) Justiça; b) Economia (vice-presidente); c) Legislação Social; d) Orçamento; e) Vale do São Francisco; f) várias comissões especiais de emendas constitucionais e comissões de inquérito.

Atuou como membro das seguintes delegações parlamentares do Congresso Nacional: a) de visita ao Japão, em 1958, no Cinquentenário da Imigração Japonesa; b) de visita aos Estados Unidos, em 1960, para estudos do Vale do Tennessee (TVA).

Participou de conferências interparlamentares, com apresentação de teses, no Peru (1959); em Lausanne (1962); Lucerna (1964); Genebra (1965); e Teerã (1966).

Foi secretário-geral da União Democrática Nacional, eleito pela Convenção Nacional em 1965; representante da Câmara dos Deputados na Comissão da Rádio do Congresso Nacional (único indicado pela Presidência), em 1963.

Ocupou os seguintes cargos no Poder Executivo: oficial-de-gabinete do secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais, em 1946; secretário de Estado de Educação do Governo do Estado de Minas Gerais, no período de 1961 a 1962; e secretário interino de Estado da Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais, em 1961.

Desde 1944, atua como advogado frente aos juízes e tribunais do país, inclusive, e principalmente, depois de 1955, frente ao Supremo Tribunal Federal.

Foi diretor da Sondotécnica S/A, empresa de consultoria, no período de 1972 a 1973, e consultor jurídico de empresas e membro de conselhos de administração e conselho fiscal, inclusive, em 1979, da Eletrobrás, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Foi conferencista da Escola Superior de Guerra nos anos de 1959, 1960, 1974, 1976, 1978, 1980 e 1981; professor de Economia Política do curso de doutorado da Faculdade de Direito da UEG, hoje UERJ (1967); professor de Direito do Comércio Exterior no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da UFRJ (1975).

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi diretor da Faculdade de Economia e Administração (1968); chefe de Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração (1969-1973); membro do Conselho Universitário (1968-1981); decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (1971-1981); membro do Conselho de Ensino de graduação (1970-1971); membro do Conselho Superior de Coordenação Executiva (1971-1981); membro da comissão especial para aplicação de recursos da Cidade Universitária (Cesar) até 1973; e professor emérito, por aprovação unânime da assembléia universitária.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi vice-diretor da Faculdade de Direito (1971-1976); diretor da Faculdade de Direito

(1976-1980); chefe do Departamento de Direito Público (1975-1976); coordenador de Estudos de Problemas Brasileiros da Faculdade de Direito (1973-1974); membro do Conselho Universitário (1976-1981); e chefe do Departamento de Disciplinas Básicas desde 1980.

Nas Faculdades Integradas Bennett, no Rio de Janeiro, foi diretor da Faculdade de Economia (1971, 1972 e 1975 a 1978); superintendente da área de Ciências Humanas (abrangendo os cursos de Direito, Economia e Administração) em 1979 e 1980; e diretor da Faculdade de Direito, 1980.

Publicou em livro *A Constituição de 1967: contribuição crítica* (Rio de Janeiro: Forense, 1969); *A Constituição da República Federativa do Brasil* (texto da Constituição de 1969, Emenda nº 1, com observação e notas, Rio de Janeiro: Alba, 1970); *A defesa do Estado de Direito e a emergência constitucional* (Rio de Janeiro: Presença, 1980); *Aspectos da racionalização econômica* (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949); *Economia política: introdução, conceitos fundamentais* (Belo Horizonte, 1951); *Introdução crítica à economia política* (Forense, 1957); *Economia política* (tradução de *Economie politique*, de Henri Guitton, 4 volumes, Rio de Janeiro, 1959); *Brasília* (romance) (Rio de Janeiro: Record, 1968); *De Beca, Borla e Capelo – perfis*, em colaboração com Nicola Falabella (Belo Horizonte: Ed. Comunicação); *Vultos e retratos*; coletânea de discursos acadêmicos e conferências sobre Aureliano Lessa, Alphonsus de Guimaraens, Agripa Vasconcelos, Carlos Lacerda, Carlos de Laet, Prado Kelly, Roberto Lyra, José Américo de Almeida e outros, e um estudo sobre o Visconde de Cairu (Brasília: Senado Federal, 1986); *A Crise da Constituição, a Constituinte e o Supremo Tribunal Federal* (São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986); *Manoel Dias Corrêa, um brasileiro nascido em Portugal* (Rio de Janeiro: Forense, 1987); *O Supremo Tribunal Federal, Corte Constitucional do Brasil* (Rio de Janeiro: Forense, 1987); *Vozes de Minas*, ensaios sobre Bilac Pinto, Haroldo Valladão e Milton Campos (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990); *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras* (Manoel Antônio de Almeida, Inglês de Sousa, Xavier Marquis e Menotti del Picchia) (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990); *A Constituição de 1988 – contribuição crítica* (Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 1991); *O Sistema político-econômico do futuro; O societarismo* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994); *Dois visões da política mineira*; depoimento, juntamente com Pio Soares Canedo, a Alisson Mascarenhas Vaz (Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997); *Meus versos dos outros* (tradução de poetas italianos – edição bilíngüe. Rio de Janeiro: Ed. Academia Brasileira de Letras, 1999); *Memórias políticas, col. Memória Política de MG* (Belo Horizonte: Ed. Assembléia Legislativa de MG, 2000, 2 v.).

Também publicou em separatas ou revistas especializadas os seguintes artigos, conferências e estudos: *As novas funções do Poder Legislativo* (conferência na Escola Superior de Guerra, 1974); *Idéias para o modelo político brasileiro* (conferência na Escola Superior de Guerra, 1978); *Participação popular na vida dos partidos políticos em uma democracia* (conferência na Escola Superior de Guerra, 1980); *Análise crítica das instituições políticas democráticas* (conferência na Escola Superior de Guerra, 1980); *Democracia: qual a viável e adequada para o Brasil* (conferência na Escola Superior de Guerra, 1981); *As ideologias e os sistemas econômicos* (conferência na Escola Superior de Guerra, 1959); *Aspectos doutrinários contemporâneos e a segurança nacional no campo econômico* (conferência na Escola Superior de Guerra, 1960); *Alcance e compreensão da Declaração dos Direitos do Homem; Revista de Direito Público e Ciência Política* (Rio de Janeiro, out./dez. 1968, p. 81-114); Os partidos políticos: os sistemas eleitorais, na *Revista de Direito Público e Ciência Política* (Rio de Janeiro, 1971, p. 5-35); *Introdução à problemática do Poder Legislativo* (conferência no Instituto dos Advogados Brasileiros, na *Revista de Informação Legislativa*, ano 13, nº 51, p. 5-18, 1976); *Direito Constitucional: sobre a reforma política* (conferência no Instituto dos Advogados Brasileiros e Iarpex, na *Revista Forense*, v. 267, p. 101-109); A reforma da legislação eleitoral, na obra *Estudos jurídicos em homenagem ao prof. Oscar Tenório* (Rio de Janeiro, 1977, p. 427-438); *Fundação dos cursos jurídicos no Brasil* (conferência na Faculdade de Direito da UERJ, Boletim da UERJ, nº 136, ago. 1977, p. 665-675); Contencioso administrativo fiscal: substitutivo ao anteprojeto da lei do Ministério da Fazenda, na *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, ano 8, v. 7,

p. 239 e 258); *As emergências constitucionais: alcance, limites e garantias* (aula magna na Universidade Federal de Juiz de Fora in *Tabulae, Revista da Faculdade de Direito*, ano XI, nº 8, dez. 1978, p. 31-58); idem, *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, nº 24, jan./abr., 1978; *A emergência constitucional no estado de Direito*, Tese à VII Conferência Nacional dos Advogados, Curitiba, 1978; *Os direitos humanos na área internacional*, tese à V Conferência Nacional dos Advogados, Rio, 1974; *A ordem jurídica e a conjuntura econômica brasileira*, conferência no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, nos *Cadernos de Estudos Brasileiros*, nº 13, 1975; *Autoritarismo*, em Ciências Humanas, *Revista da Universidade Gama Filho*, v. 4, nº 13, 1980; *O acordo de garantia de investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América do Norte*, Imprensa Nacional, 1966; *Energia atômica*, parecer na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, aprovado, 1956; *A universidade e o desenvolvimento econômico* (aula inaugural na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio, 1970); *Advogado: assistente e litisconsorte: honorários de advogado*, em *Revista Forense*, v. CV, 587/591; *A adoção, art. 368 do Código Civil*, na *Revista Forense*, CVII, 450/457; O profissional de futebol em face da Justiça do Trabalho, na *Revista Forense*, CXII, 263/267; Compra e venda entre cônjuges, na *Revista Forense*, CXXIV, 608/610; parecer sobre *Legitimação adotiva*, na *Revista de Direito Contemporâneo*, ano 1, nº 2, p. 157-167; *Desenvolvimento e educação*, aula magna da Universidade Católica de Minas Gerais, 1961, na *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, ano 29, nº 209, p. 13-24; Ciência, teoria e doutrina econômica, na *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais* (out. de 1953); e *Revista Forense*, CXLIX, 524; A família e a economia, em *Acaiaca* nº 9; *A Carta Constitucional de 1967: discursos* (Imprensa Nacional, 1967); *Últimos discursos* (Imprensa Nacional, 1968); *Por que abandono a vida pública* (Imprensa Nacional, 1966); *Silva Lisboa-Visconde de Cairu* (Imprensa Nacional, 1956); *A Revolução: Uma advertência, um apelo e um compromisso* (Imprensa Nacional, 1964); *Minhas reminiscências de Dante* (Imprensa Nacional, 1966); Sociologia, em *Acaiaca* nº 2, dez. 1948; D. Francisco Manuel, esse desconhecido,

em *Acaiaca*, mar. 1949; Algumas constantes na vida de Joaquim Nabuco, em *Acaiaca*, ago. 1949; *Saudação* (em francês), em nome da UFRJ, ao reitor da Universidade Nacional Técnica de Atenas (Grécia), em 19.3.73; *Oração de posse* na Cadeira nº 3 da Academia Mineira de Letras, Rio, 1970; *Discurso de recepção a Wilson Melo da Silva*, na Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, 1972; *Oração de Posse* na Academia Carioca de Letras, v. 4/5 da *Revista da Academia Carioca de Letras*, Rio, 1980, p. 113-138; *Discurso de recepção a J.E. do Prado Kelly*, na Academia Carioca de Letras, Rio, 1981, além de vários artigos em jornais.

Aspectos da realidade dos direitos humanos (conferência comemorativa da Fundação Cursos Jurídicos, na UERJ, 1980); *Reforma constitucional ou Constituinte* (conferência no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1980); *O Estado de Direito: características e defesa* (conferência em curso promovido pela Consultoria-Geral da República, Brasília, nov. 1980); *A renovação do Poder Legislativo* (conferência na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte/MG, nov. 1980); *A Constituição Federal e a ordem econômica e social* (conferência no Instituto dos Advogados de Minas Gerais, maio 1981); *A ordem econômica e social e a Constituição* (conferência na Universidade Federal de Santa Maria, set. 1981).

Integrou a Ordem dos Advogados do Brasil, seções MG e RJ. Foi presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Foi conselheiro fiscal da Ordem dos Advogados do Brasil, representando Minas Gerais, 1971-1979, e membro das seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional; Associação Brasileira de Direito Constitucional; Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e do Espaço; Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado (RJ); Academia Brasileira de Ciências Econômicas e Administrativas; Academia Municipalista de Letras (MG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (membro honorário); Academia Mineira de Letras; Academia Carioca de Letras; Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro (membro honorário); Academia Brasileira de Literatura e Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

Recebeu as seguintes honrarias: Ordem do Mérito Tamandaré; Grande Medalha da Inconfidência; Ordem do Mérito Militar (Grande

Oficial); Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial); Ordem do Mérito Naval (Grande Oficial); Ordem do Mérito das Forças Armadas (Grande Oficial); Mérito Judiciário Militar (Grã-Cruz); Ordem do Rio Branco (Grande Oficial); Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã-Cruz); Ordem do Mérito Legislativo de Minas Gerais (Grã-Cruz); Ordem do Mérito de Brasília (Grã-Cruz); Medalha Santos Dumont (Grã-Cruz); Medalha Dia do Estado de Minas Gerais; Medalha do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça da Bahia; Medalha do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra; Grande Colar Pontes de Miranda, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Grande Oficial da Ordem do Mérito José Bonifácio, da UERJ; e Membro Honorário da Força Aérea.

Atuou como examinador de concursos para as cátedras de Direito Financeiro (Faculdade de Direito da USP); Direito Tributário (Faculdade de Economia e Administração da UEG, hoje UERJ); e Legislação Tributária (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP). Foi titular de Direito Constitucional (Faculdade de Direito da UERJ); titular de Ciência das Finanças (Faculdade de Direito da UERJ); livre-docente de Direito Administrativo (Faculdade de Direito da USP); livre-docente de Direito Internacional Privado (Faculdade de Direito da UERJ). Atuou ainda como examinador para as cátedras de Economia (Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo e Escola Técnica Municipal de Belo Horizonte); Valor e Formação de Preços (Faculdade de Ciências Econômicas da USP); Economia Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Economia Rural (Universidade Rural de Viçosa); Economia Política (Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás); titular de Economia Brasileira (Faculdade de Economia e Administração da UFRJ); livre-docente de Direito Econômico (Faculdade de Direito da USP); professor adjunto (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP); e livre-docente de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento – Política e Programação Econômica (Faculdade de Economia e Administração da UFRJ).

Foi colaborador convidado pelo Presidente Humberto Castello Branco e Ministro Milton Campos para a elaboração da reforma da

Lei Eleitoral e da Lei dos Partidos, como se vê na Exposição de Motivos nº 409-B, de 20.4.65, do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, ao encaminhar os referidos projetos ao Poder Legislativo; integrou a comissão do Instituto dos Advogados Brasileiros para elaboração do anteprojeto de Constituição do Estado do Rio de Janeiro, 1975; comissão do Instituto dos Advogados Brasileiros, para elaboração do anteprojeto de Constituição para o Brasil, 1978; foi membro do Júri Prêmio Moinho Santista de Direito, de 1978, e do Prêmio Moinho Santista de Economia de 1962.

Participou de conferências nacionais da Ordem dos Advogados do Brasil, como relator, em 1974 e 1978 (teses oficiais), e de Congressos da Faculdade de Direito sobre o Ensino do Direito, como representante do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ e da Faculdade de Direito da UERJ (1979 e 1981).

Obteve o primeiro lugar no Concurso Nacional de Monografia promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, sobre o tema A Guerra e seus Reflexos no Campo do Direito, concurso nacional realizado em 1943. Primeiro lugar no Concurso Nacional de Oratória, promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, sobre o tema O Conceito de Liberdade no Estado Moderno, realizado no mesmo ano; primeiro lugar no Concurso Nacional de Monografia, promovido pelo Centro Acadêmico Castro Alves, da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, sobre o tema Qual a Contribuição do Movimento Modernista à Literatura Brasileira, 1942.

Obteve ainda as seguintes premiações: primeiro lugar no Concurso Nacional de Oratória (prova de seleção para a escolha do representante de Minas Gerais no Concurso Nacional de Oratória nº 2), sobre o tema A Função Social do Advogado, 1943; segundo lugar no concurso de monografias promovido pelo Clube de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, sobre o tema A Essência do Pan-Americanismo, 1942; segundo lugar no concurso de oratória promovido pelo Centro Acadêmico Afonso Pena, da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, sobre o tema Raça e Civilização, em 1939; terceiro lugar no concurso de monografias promovido pelo Clube de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, sobre o tema É o

Advogado Necessidade Social Comum a todos os Regimes Político-Econômicos?, em 1941; primeiro lugar no concurso de oratória promovido pelo ginásio mineiro (hoje colégio estadual), em 1935; e o primeiro lugar na tertúlia do Ginásio Mineiro, em 1935.

Foi presidente do Clube dos Estudos Jurídicos; do Centro Acadêmico Afonso Pena; do Centro Acadêmico Castro Alves; e do Centro de Estudos Justino Mendes, todos da Faculdade de Direito da UFMG.

Em 6 de abril de 1989, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Ocupou a Cadeira nº 28, tendo como patrono Manuel Antonio de Almeida, fundador Inglês de Souza, na vaga de Menotti del Picchia, tomando posse em 20 de julho do mesmo ano, sendo recebido por Afonso Arinos de Mello Franco.

Em 1982, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 16 de abril, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Clóvis Ramalhete, tomando posse em 26 de abril do mesmo ano. Nessa qualidade, foi membro do Conselho Nacional da Magistratura, de 27 de agosto de 1984 a 24 de setembro de 1986. Eleito membro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, em 9 de dezembro de 1982, foi efetivado no cargo, em 28 de fevereiro de 1985. Eleito vice-presidente do TSE, em 1º de outubro de 1985. Foi empossado na Presidência desse Tribunal em 31 de março de 1987, cargo que ocupou até 16 de janeiro de 1989.

Na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, na 1ª Sessão de 1º de fevereiro de 1988, discursou sobre a preocupação e responsabilidade da Justiça Eleitoral com a realização das eleições municipais de 1988 e com a inexistência de Lei Eleitoral que reestruture a vida democrática do país.

Foi membro da comissão encarregada da elaboração das sugestões a serem encaminhadas pelo STF ao Projeto de Constituição (1986).

Em 14 de dezembro de 1988, foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, não exercendo o cargo por ter sido aposentado, em decreto de 17 de janeiro de 1989, quando foi nomeado ministro de Estado da Justiça do governo José Sarney, cargo que assumiu em 19 de janeiro de 1989 e do qual se demitiu em 8 de agosto de 1989.

Apresentou carta de despedida lida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Mayer, na sessão de 1º de fevereiro de 1989.

A homenagem do Tribunal, por ocasião de sua aposentadoria, foi prestada em sessão de 1º de março de 1989. Falou pelo Supremo Tribunal Federal, o Ministro Célio Borja; pelo Ministério Público Federal, o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Pedro Augusto de Freitas Gordilho.

Ministro

Aldir Passarinho

Aldir Guimarães Passarinho nasceu em Floriano, Estado do Piauí, em 21 de abril de 1921, filho de Almir Nóbrega Passarinho e Dulce Soares Guimarães Passarinho. Casou-se com Yesis Ilcia y Amoedo Guimarães Passarinho, com quem teve um filho: Aldir Guimarães Passarinho Júnior.



Diplomou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Exerceu a advocacia de 1951 a 1964, ininterruptamente, no Rio de Janeiro. Em 12 de setembro de 1964, assumiu, em Brasília, uma das subchefias do Gabinete Civil da Presidência da República.

Obteve o primeiro lugar em concurso de âmbito nacional para o cargo de Inspetor Federal de Seguros (nível universitário), com programas de legislação de seguros, resseguros e capitalização, Direito Civil e Comercial. No exercício desse cargo, assumiu a chefia da seção de Estados do Departamento Nacional de Seguros do então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Foi superintendente interino da Fundação da Casa Popular, em período do governo Café Filho; procurador adjunto do Serviço Social do Comércio do Distrito Federal;

procurador do Serviço Social do Comércio do extinto Estado da Guanabara e procurador-chefe da Assessoria Técnica do SESC no mesmo estado.

Participou de cursos de Legislação de Pessoal e de Legislação do Trabalho e Previdência Social, realizados pelo DASP, e de Divulgação da Legislação do Trabalho, com dois anos de duração, realizados pelo Ministério do Trabalho.

Foi examinador de concursos efetuados pelo DASP e Ipase, nas áreas de Direito Civil, Comercial, Penal, Conhecimentos de Seguros Privados e Legislação de Seguros, Resseguros e Capitalização.

Presidente da Comissão de Revisão do Regimento do Departamento Nacional de Seguros do então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Presidiu também a comissão constituída no Gabinete Civil da Presidência da República para elaborar estudo para uniformização das “diárias” de Brasília. Foi coordenador da comissão incumbida de propor as alterações no Regimento do Gabinete Civil da Presidência da República, bem como outras medidas adequadas para integração, naquele gabinete, da Agência Nacional, tendo sido baixados, em resultado, os decretos nºs 60.349 e 60.490, em 9 e 14 de março de 1967.

Supervisor da comissão constituída no Gabinete Civil da Presidência da República para apreciação do trabalho (anteprojetos de leis), da comissão interministerial criada pelo Decreto nº 56.015, para reformulação da Legislação da Prevenção e Repressão às infrações contra a Fazenda Nacional.

Subchefe do Gabinete da Presidência da República, no governo Castelo Branco (setembro de 1964 a 15 de março de 1967), participou da elaboração e exame de vários projetos de lei e de decretos.

Ingressou na magistratura como juiz federal, titular da 5ª Vara Federal do então Estado da Guanabara. Foi o juiz-presidente do Primeiro Tribunal do Júri realizado após a reinstauração da Justiça Federal. Nomeado em 14 de março de 1967, permaneceu no cargo até ser nomeado para o Tribunal Federal de Recursos.

Exerceu o cargo de juiz diretor do Foro e corregedor na seção judiciária do então Estado da Guanabara, tendo sido reconduzido nos períodos de 18 de abril de 1969 a 7 de janeiro de 1971 e de 8 de

janeiro de 1971 a 7 de fevereiro de 1972. Foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara, no biênio 1973-1974.

Foi nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos, passando a integrar a 3ª Turma, em 12 de agosto de 1974.

Eleito duas vezes membro do Conselho da Justiça Federal, que integrou como efetivo nos períodos de 24 de junho de 1975 a 23 de junho de 1977 e 12 de abril de 1978 a 22 de junho de 1979. Presidente da 4ª Turma do mesmo Tribunal, de 23.6.79 a 22.6.80, e da 2ª Turma, de 23.6.80 a 22.6.81.

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, na representação do Tribunal Federal de Recursos, no período de 23 de novembro de 1979 a 23 de junho de 1981, tendo participado da elaboração da regulamentação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e dos julgamentos dos registros dos partidos políticos. Foi relator do registro do PDS.

Corregedor-geral da Justiça Eleitoral, eleito pelos seus pares do TSE, onde permaneceu até 23 de junho de 1981.

Vice-presidente do Tribunal Federal de Recursos, tendo tomado posse a 23 de junho de 1981; vice-presidente do Conselho de Justiça Federal e membro do Conselho de Administração da mesma Corte. Ao vice-presidente do Tribunal foram delegadas as atribuições relativas à verificação das condições de admissibilidade dos recursos extraordinários para o Supremo Tribunal Federal, conforme o art. 326 do Regimento do STF (Ato de Delegação publicado no *Diário da Justiça* de 2.7.81, p. 6.580).

Ministro presidente da 1ª Seção de Turmas do Tribunal Federal de Recursos.

Membro efetivo da Comissão de Regimento e Jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos e presidente da Comissão de Regimento do mesmo Tribunal.

Designado pelo ministro presidente do Tribunal Federal de Recursos para compor o *quorum* no Supremo Tribunal Federal, tendo participado do julgamento dos embargos no Recurso Extraordinário nº 61.693 (Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco Comércio Ltda. *versus* Estado de Minas Gerais – Ofício nº 179, de 17.9.75).

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 16 de agosto de 1982, para a vaga decorrente da aposentadoria do

Ministro Firmino Ferreira Paz, tomou posse no cargo em 2 de setembro seguinte.

Eleito pelo Supremo Tribunal Federal, passou a integrar o Tribunal Superior Eleitoral na condição de substituto, de 30 de agosto de 1984 a 23 de setembro de 1985. Atuou como efetivo, de 24 de setembro de 1985 até 30 de março de 1987, data em que assumiu a Vice-Presidência, permanecendo até 1º de fevereiro de 1989, quando passou a presidente em exercício. Assumiu a titularidade em 13 de fevereiro de 1989, ficando no cargo até 14 de março de 1989.

Em 14 de março de 1989, tomou posse na Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, sendo eleito presidente, em sessão de 6 de fevereiro de 1991. Foi empossado em 14 de março seguinte, exercendo as respectivas funções até 21 de abril do mesmo ano, quando atingiu a idade limite. A carta de despedida foi lida na sessão de 6 de novembro de 1991 pelo presidente, Ministro Sydney Sanches.

Na sessão de homenagem do Supremo Tribunal Federal, por ocasião de sua aposentadoria, em 20 de novembro de 1991, falou pelo Tribunal o Ministro Carlos Velloso; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Moacir Antônio Machado da Silva e; pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Antônio Carlos Osório.

Membro da Comissão de Regimento do Supremo Tribunal Federal.

Membro do Conselho deliberativo da Associação dos Magistrados Brasileiros, por dois biênios, por ter sido reconduzido; vice-presidente da Associação dos Juizes Federais, no 1º mandato após sua criação.

Proferiu diversas conferências e palestras, inclusive em Portugal e em Angola.

No Tribunal Federal de Recursos, no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal, foi orador em diversas solenidades e, neste último, foi orador na homenagem ao ministro Victor Nunes Leal, por motivo de seu falecimento; na homenagem ao ministro Luiz Rafael Mayer, pela sua aposentadoria; na instalação da sede da Justiça Federal, no então Estado da Guanabara; e quando da visita, ao STF, do presidente da República do Peru Fernando Belaunde Terry, em 19 de junho de 1984, e do presidente da Bolívia, Jaime Paz Zamora, em 15 de agosto de 1990.

Possui as seguintes condecorações: do Mérito da Magistratura, pela Associação dos Magistrados Brasileiros; do Pacificador (Exército); do Mérito Tamandaré (Marinha); do Mérito do Trabalho; da Ordem de Rio Branco (Grande Oficial); do Mérito Militar (Grande Oficial); do Mérito da Aeronáutica (Grande Oficial); do Mérito Judiciário Militar (Grã-Cruz); do Mérito Judiciário, pela Associação dos Magistrados Piauienses; do Mérito Judiciário, pelo Tribunal de Justiça do Acre; do Mérito de Brasília (Grã-Cruz); Medalha Santos Dumont (Honra ao Mérito), conferida pelo Governo do Estado de Minas Gerais; da Ordem do Mérito Renascença (Grã-Cruz), do Estado do Piauí; da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã-Cruz), do Tribunal Superior do Trabalho; da Ordem do Mérito Dom Bosco (Grã-Cruz), do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; e Colar do Mérito, instituído pelo Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Além de inúmeros votos publicados na *Revista do Tribunal Federal de Recursos*, na *Revista Trimestral de Jurisprudência do STF* e nas demais revistas, divulgou os trabalhos *A posição do atleta no Direito Trabalhista Brasileiro*; *Constitucionalidade do Decreto-Lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1964* (in *Jurídica*, v. 109).

Ministro

Francisco Rezek

José Francisco Rezek nasceu em Cristina, Estado de Minas Gerais, em 18 de janeiro de 1944. Filho de Elias Rezek e Baget Baracat Rezek.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1962-1966). Orador da turma de 1966.



Diploma de estudos superiores de doutorado em direito público pela Faculdade de Direito da UFMG (1966-1967).

Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América (julho/agosto de 1965).

Bolsista do governo francês em nível de pós-graduação (1967-1968, 1970).

Integrante, ao lado de outros quatorze professores de nacionalidades diversas, do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional da Haia, havendo obtido diploma comprobatório do desempenho individual (agosto/setembro de 1968).

Doutor da Universidade de Paris de Direito Internacional Público, mediante defesa de tese *La Conduite des Relations Internationales*

Dans le Droit Constitutionnel Latinoaméricain, em 2 de outubro de 1970, perante júri integrado pelos professores Georges Berlia e Roger Schwartzemberg, e presidido pelo professor Georges Vedel, Deão da Faculdade de Direito da Universidade de Paris e patrono da tese. Menção honorífica.

Pesquisador-visitante na Universidade de Paris, a convite do governo francês (outubro/novembro de 1973).

Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, Grã-Bretanha, em direito público comparado, sob o patrocínio do Conselho Britânico. Titular do Diploma *in Law* da Universidade de Oxford, mediante defesa da tese *Reciprocity as a Basis of Extradition* (outubro de 1978/julho de 1979).

Professor assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante concurso público de provas e títulos em que obteve o primeiro lugar na área do Direito Internacional (fevereiro de 1970).

Professor de Direito Internacional Público no 5º ano do curso de bacharelado e de Relações Internacionais no 2º ano do curso de doutorado, na Faculdade de Direito da UFMG (1970, 1º semestre). Membro da congregação.

Professor titular da Universidade de Brasília, atuando nas áreas do Direito Internacional Público (cursos de graduação e pós-graduação) e do Direito Constitucional (curso de pós-graduação). Ingresso em abril de 1971.

Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, mediante nomeação pelo reitor, após eleição pelo Colégio Departamental para o primeiro lugar em lista sêxtupla (junho de 1974/setembro de 1976).

Foi Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, nomeado pelo ministro de Estado da Educação e Cultura, em 20 de outubro de 1978. Assumiu o exercício do cargo em 1º de agosto de 1979 e pediu exoneração em 13 de setembro seguinte, quando foi nomeado subprocurador-geral da República.

Professor no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, de agosto de 1976 a dezembro de 1982, ministrando Teoria Geral do Direito Público e Direito Internacional Público, respectivamente no primeiro e no segundo ano do curso de preparação à

carreira de diplomata. Conferencista no Instituto Rio Branco, nos anos subsequentes.

Examinador de Direito nos exames vestibulares ao CPCD, promovidos pelo Instituto Rio Branco entre 1977 e 1982.

Examinador de Direito Constitucional e Direito Internacional Público nos concursos de acesso direto à carreira de diplomata, promovidos pelo Instituto Rio Branco em 1977 e 1978.

Professor de Direito Internacional nos Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial do Cendec (1977, 1980).

Membro da comissão examinadora em concurso público promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais para auxiliar de ensino de Direito Internacional Público (1971).

Membro da comissão examinadora de tese de doutoramento em Direito Internacional, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1975).

Membro da comissão de implantação e primeiro coordenador do curso de mestrado em Direito da Universidade de Brasília (1974-1975), credenciado pelo Conselho Federal de Educação por meio do Parecer nº 519/77.

Membro da Congregação de Carreira do curso de mestrado em Direito da Universidade de Brasília (1975-1977).

Membro da Comissão de Honra e integrante de debates no I Fórum Nacional de Ciências Jurídicas e Sociais, promovido em Brasília (agosto de 1976).

Mediador no debate sobre a natureza jurídica das fundações, promovido pelo Departamento de Direito da Universidade de Brasília (outubro de 1976).

Coordenador do Curso de Extensão sobre a Integração Latino-Americana, promovido pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (julho de 1977).

Presidente da mesa-redonda sobre o estado atual das relações entre a Experiência de Integração na América Latina e na Europa, promovida pelo Conselho Europeu de Investigações sobre a América e pela Comissão das Comunidades Europeias, na Universidade de Brasília (setembro de 1982).

Examinador nas provas de ingresso ao curso de mestrado em Direito da Universidade de Brasília. Orientador e examinador de dissertações de mestrado desde 1976.

Participante no debate sobre a importância do Direito na formação do diplomata, presidido pelo secretário-geral das relações exteriores (novembro de 1979).

Coordenador do Curso de Extensão sobre a Imunidade dos Estados Estrangeiros e de seus Agentes à Jurisdição Local, promovido pela Universidade de Brasília (novembro de 1971). Conferencista no referido curso: O Aspecto Criminal da Imunidade.

Conferencista na Universidade Federal de Santa Catarina: As Relações Internacionais no Direito Constitucional Brasileiro (outubro de 1975).

Conferencista no XI Fórum Nacional de Ciências Jurídicas e Sociais: A Disciplina Internacional da Nacionalidade (agosto de 1977).

Conferencista no Curso de Extensão sobre Ciência Política, promovido pela Universidade de Brasília (maio/junho de 1978): Formas de Estado e Governo.

Conferencista no estágio profissionalizante dos diplomatas admitidos por concurso de acesso direto, organizado pelo Instituto Rio Branco (janeiro de 1978): Diplomacia e Ordem Jurídica.

Conferencista no Seminário Teoria e Prática das Relações Internacionais, promovido pela Universidade de Brasília: A Condição Jurídica dos Funcionários Internacionais (novembro de 1979).

Conferencista no Estado-Maior do Exército, em 20 de outubro de 1980 (Os Grandes Temas Doutrinários na América Latina), e em 24 de novembro de 1980 (a Carta da Organização dos Estados Americanos e a Perspectiva Atual do Panamericanismo).

Conferencista no Simpósio sobre Desburocratização do Judiciário, promovido pela Universidade de Brasília: Arbitragem Comercial e Desburocratização (junho de 1981). Debatedor no Seminário Internacional sobre Arbitragem promovido pela Universidade de Brasília (novembro de 1981).

Conferencista na Universidade Católica do Paraná: o Sistema Universitário e a Realidade Brasileira Contemporânea (março de 1982).

Conferencista no Ciclo de Direito Internacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília: O Comprometimento Externo da República (março de 1982).

Conferencista no Seminário sobre o Supremo Tribunal Federal, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo: Os Processos Oriundos de Estados Estrangeiros (maio de 1982).

Conferencista no Curso de Introdução à Ciência Política para jornalistas, promovido em conjunto pela Universidade de Brasília e pela Fundação Roberto Marinho: O Estado Brasileiro e sua Organização Política (agosto de 1982).

Conferencista no curso de extensão O Direito Constitucional Brasileiro no Final do Século XX, promovido pela Universidade de Brasília: a Experiência Constitucional do Império do Brasil (agosto de 1982).

Conferencista na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Ministério Público e Auto-Controle do Poder (outubro de 1982).

Conferencista na Universidade Federal de Minas Gerais: O Controle Judiciário da Constitucionalidade das Leis (agosto de 1983); O Supremo Tribunal Federal e a Assembléia Nacional Constituinte (agosto de 1986).

Conferencista na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Alguns Temas Tributários na Jurisprudência Recente do Supremo Tribunal Federal (novembro de 1983).

Conferencista na Universidade de São Paulo: A Representação por Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (novembro de 1983).

Conferencista na sessão exterior da Academia de Direito Internacional de Haia (Brasília, out./nov. de 1983): Fontes do Direito Internacional: Uma Perspectiva Brasileira.

Conferencista no Ciclo de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília: Variantes da Extradicação e Direitos Humanos (junho de 1984).

Conferencista no Seminário de Direito Internacional Público promovido pelo Instituto Brasiliense de Pesquisas Jurídicas: Governo e Parlamento na Celebração de Tratados Internacionais (dezembro de 1984).

Professor na Academia de Direito Internacional de Haia, em julho de 1986: *Droit Comparé et Droit International en Matière de Nationalité*.

Procurador da República de primeira categoria, mediante concurso público de provas e títulos, em que obteve o segundo lugar na classificação nacional (1972). Duas vezes promovido por merecimento (1973, 1974).

Membro da comissão designada pelo procurador-geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público da União (1974).

Representante do Ministério Público Federal na comissão designada pelo procurador-geral da República para elaborar o anteprojeto de lei complementar sobre a organização do Ministério Público (1977).

Subprocurador-geral da República, nomeado por decreto de 13 de setembro de 1979, e empossado em 18 de setembro, com exercício na Procuradoria-Geral da República e atuação junto ao Supremo Tribunal Federal.

Ministro do Supremo Tribunal Federal, mediante nomeação pelo presidente da República, com a aprovação do Senado Federal. Empossado em 24 de março de 1983.

Advogado judiciário do Estado de Minas Gerais; assessor de planejamento e controle do secretário de estado de administração (1967-1970).

Secretário jurídico do Ministro Bilac Pinto no Supremo Tribunal Federal (1970-1972).

Membro da comissão examinadora em concurso público promovido pelo Senado Federal para assessor legislativo (1972).

Membro da comissão examinadora em concurso público promovido pelo Tribunal de Contas da União para auditor (1975).

Membro suplente da comissão examinadora em concurso público promovido pelo Conselho de Justiça Federal para juiz federal (1975).

Coordenador do grupo de trabalho instituído por portaria interministerial (Justiça/Fazenda/Planejamento) para equacionar, mediante projeto de lei, o problema da guarda e do destino dos bens apreendidos em casos de contrabando e descaminho (outubro de 1974/janeiro de 1975).

Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados (Genebra, 1974-1975-1976).

Presidente da banca examinadora de Direito e membro da banca examinadora de títulos em concurso público promovido pela Câmara dos Deputados para assessor legislativo (1977).

Representante do Ministério da Justiça no Grupo de Trabalho Interministerial incumbido de examinar o protocolo adicional às convenções de Genebra sobre a proteção das vítimas dos conflitos armados (1977-1978).

Membro da comissão designada pelo ministro de Estado das Relações Exteriores para a instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty (dezembro de 1979).

Membro da comissão designada pelo ministro de Estado das Relações Exteriores para examinar as teses apresentadas por diplomatas inscritos no Curso de Altos Estudos (julho de 1982 a maio de 1986).

Membro da comissão designada pelo presidente da Câmara dos Deputados para julgamento das obras que concorreram ao 3º Prêmio Poder Legislativo (1982).

Assessor extraordinário do ministro-chefe do Gabinete Civil do Presidente da República (João Leitão de Abreu), de agosto de 1981 a março de 1983.

Paraninfo da primeira turma de graduados em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (julho de 1978). Patrono, paraninfo ou homenageado especial dos graduados em Direito ou Relações Internacionais pela Universidade de Brasília em julho de 1975, julho de 1976, dezembro de 1976, julho de 1978, julho de 1980, dezembro de 1980, dezembro de 1982, dezembro de 1983, dezembro de 1984, julho de 1985 e julho de 1986.

Recebeu as seguintes condecorações nacionais e estrangeiras: Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito; Grande Oficial da Ordem de Rio Branco (1979-1982); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (1982-1983); Comendador da Ordem do Mérito Militar (1982); Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico (1982); Grã-Cruz da

Ordem do Mérito Judiciário Militar (1984); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval; Grã-Cruz da Ordem do Mérito das Forças Armadas; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília; Grande Medalha da Inconfidência; Grã-Cruz da Ordem de Cristo (Portugal); Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (Portugal); Grã-Cruz da Ordem do Libertador San Martín (Argentina); Grã-Cruz da Ordem do Mérito (Chile); Grã-Cruz da Ordem Nacional Condor de los Andes (Bolívia); Grã-Cruz da Ordem do Cedro do Líbano; Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (Paraguai); Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (Equador); Grã-Cruz Especial do Mérito Melitense (Ordem de Malta); Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica (Espanha); Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Serviço Diplomático (República da Coreia); Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Italiana; Grande Oficial da Cruz de Boyaca (Colômbia).

É autor de diversos trabalhos:

Droit des traités: particularités des actes constitutives d'organisations internationales; Academia de Direito Internacional, Haia, 1968.

La conduite des relations internationales dans le droit constitutionnel latinoaméricain, tese de doutoramento, edição subvencionada pela Universidade de Paris; Dactylo-Sorbonne, Paris, 1970.

Comunicações de massa na Constituição Brasileira, in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 2; Universidade de Brasília, 1972.

As relações internacionais na Constituição da Primeira República, in *Arquivos do Ministério da Justiça*, nº 126; Imprensa Nacional, Brasília, 1973.

O princípio da nacionalidade e a aplicação da lei penal brasileira, in *Boletim do Departamento de Polícia Federal*; Brasília, 1973.

Perspectiva do tratado institucional, in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 3; Universidade de Brasília, 1975.

A questão da nacionalidade após a Lei nº 6.092/74, in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 4; Universidade de Brasília, 1976.

Perspectiva do regime jurídico da extradição, in *Estudos de Direito Público em Homenagem a Aliomar Baleeiro*; Universidade de Brasília, 1976.

Segunda edição in *Relações internacionais*, nº 1; Câmara dos Deputados, Brasília, 1978.

O juscolonialismo na teoria da responsabilidade internacional, in *Notícia do Direito Brasileiro*, nº 5; Universidade de Brasília, 1976.

Organização política do Brasil, obra encomendada pelo Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, para integrar a bibliografia básica do Curso de Altos Estudos; Brasília, 1976. Segunda edição: Unidade I da série Estudos de Problemas Brasileiros; Universidade de Brasília, 1981.

A disciplina internacional da nacionalidade, in *Letras Jurídicas* – revista do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, nº 1; Brasília, 1977.

Aspectos elementares do estatuto da igualdade, in *Atualidades da Revista Forense*, nº 3; Rio de Janeiro, 1977. Segunda edição in *Boletim do Ministério da Justiça*, nº 277; Lisboa, 1978. Terceira edição in *Revista Jurídica*, nº 88; Porto Alegre, 1978.

Conselho de estado. Consultas da seção dos Negócios Estrangeiros (Direção geral, introdução e notas), edição da Câmara dos Deputados e do Ministério das Relações Exteriores, 1º volume (1842-1845) editado em junho de 1978; 2º volume (1846-1848) editado em janeiro de 1979; 3º volume (1849-1853) editado em janeiro de 1981; 4º volume (1854-1857) editado em novembro de 1981; Serviço Gráfico do Senado Federal, Brasília.

Nacionalidade à luz da obra de Pontes de Miranda, in *Revista Forense*, nº 263; Rio de Janeiro, 1979.

Variantes da extradição e direitos humanos, in *Arquivos do Ministério da Justiça*, nº 151; Imprensa Nacional, Brasília, 1979.

Constitucionalidade do empréstimo compulsório de 1980, in *Revista Forense*, nº 277, Rio de Janeiro, 1982.

Limites constitucionais da liberdade de trabalho, in *Revista do Serviço Público*, v. 110-2; DASP-Funcep, Brasília, 1982.

Reciprocity as a basis of extradition, in *British Yearbook of International Law*, nº 52; Oxford, 1982.

Alcance do veto fundado em contrariedade ao interesse público, in *Revista Forense*, nº 278; Rio de Janeiro, 1982.

Algumas centenas de pareceres, proferidos em nome do Ministério Público, em processos da competência do Supremo Tribunal

Federal, e transcritos, no todo ou em parte, na sua *Revista Trimestral de Jurisprudência*; Imprensa Nacional, Brasília, 1973-1983.

Direito dos Tratados; Cia. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1984 (XXIV + 628p.).

Traité de Droit International Humanitaire (capítulo X); obra coletiva editada pela Unesco e pelo Institut Henry Dumant, de Genebra; Paris, Pedone, 1986.

Le droit international de la nationalité; Recueil des Cours de l'Académie de Droit International, Haia, 1986.

Após ser aposentado como ministro do Supremo Tribunal Federal, foi eleito, pelo conselho de segurança e pela Assembléia Geral da ONU, juiz da Corte Internacional de Justiça, sediada em Haia, em 1997.

Ministro

Sydney Sanches

Sydney Sanches

nasceu em Rincão, Estado de São Paulo, em 26 de abril de 1933. Filho de José Sanches Martins e Henriqueta Zilioli Sanches. É casado com a professora Eucides Paro Rodrigues Sanches com quem tem as filhas Cristina, Luciana, Renata e Márcia e os netos Carolina, Adriana, Isabela, Matheus, Bruno, Gabriela e Lucas.



Iniciou os estudos no Grupo Escolar de Pitangueiras, Estado de São Paulo (1940 a 1943), passando para o Ginásio Estadual de Araraquara (1944 a 1950), Colégio Estadual de Araraquara (1951-1952), concluindo o curso clássico no Colégio Independência, São Paulo (1953).

Fez o curso de bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo de 1954 a 1958.

Possui ainda os seguintes cursos: curso de especialização em Teoria Geral do Processo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1º ano, professor Alfredo Buzaid (1968); curso de especialização em Direito Processual Civil, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2º ano, professor Luiz Eulálio Bueno Vidigal

(1969); curso de mestrado e doutorado em Direito Processual Civil – área complementar de Direito Civil, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, orientador: professor Alfredo Buzaid; curso de extensão universitária sobre Direito Constitucional, Tributário, Penal, Civil, Processual Civil, do Trabalho, Escola Superior de Guerra, problemas brasileiros, etc.

Exerceu a advocacia civil, criminal e trabalhista, de 1959 a 1962, em São Paulo, capital.

Começou a trabalhar aos 11 anos de idade, como fiel, depois datilógrafo, auxiliar e escrevente de cartórios de ofício, tabelionatos e registros de imóveis em Pitangueiras, interior de São Paulo. Em São Paulo, como escrevente, trabalhou no 23º e 24º tabelionatos, de 1953 a 1958, quando concluiu o curso de graduação de Direito.

Ingressou na magistratura no Estado de São Paulo, em 18 de janeiro de 1962, aprovado em concurso público de provas e títulos em 1º lugar. Serviu como juiz substituto nas comarcas de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Guarulhos (1ª Circunscrição). Depois, como juiz de direito da 1ª Entrância, em São Bento do Sapucaí/SP, de 1963 a 1965; juiz de direito da 2ª Entrância, em Guararapes/SP, de 1965 a 1966; juiz de direito da 3ª Entrância em Itapeva/SP, de 1966 a 1967; juiz de direito substituto da capital, 4ª Entrância, de 1967 a 1968; juiz de direito titular (entrância especial), em São Paulo, vara de registros públicos, 1969; juiz de direito titular (entrância especial) da 1ª Vara Cível de São Paulo, de 1969 a 1972; juiz corregedor permanente do 1º Ofício Cível, dos cartórios do depositário público, do distribuidor, do contador e partidor e da portaria dos auditórios (leilões), de 1969 a 1972; juiz auxiliar da Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na direção do fórum cível; juiz substituto de 2ª Instância, de 1972 a 1978.

Em 1978, foi promovido a juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo e removido para o 1º Tribunal de Alçada Cível de São Paulo, onde permaneceu nos anos de 1979 e 1980.

Em 1980, ascendeu, por merecimento ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, que integrou até 1984.

Foi professor de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Processual Penal nas Faculdades de Direito de São Bernardo do

Campo/SP, de Osasco/SP e das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo. Lecionou várias disciplinas em cursos de preparação para a magistratura e Ministério Público.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, em 13 de agosto de 1984, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alfredo Buzaid, tomou posse no cargo em 31 do mesmo mês.

No Supremo Tribunal Federal, integrou a comissão especial em 1984. Como membro efetivo, participou das comissões de Regimento, de Jurisprudência, de Documentação e de Coordenação.

Foi membro também do Conselho Nacional da Magistratura, até o advento da Constituição Federal de 1988, que o extinguiu.

Relator das sugestões do Supremo Tribunal Federal para a Comissão Afonso Arinos – tema Poder Judiciário – quando da elaboração do esboço da nova Constituição e, ainda, relator da comissão composta pelo Tribunal para preparação de Anteprojeto (do STF) do Estatuto da Magistratura Nacional, entregue à Presidência da Câmara dos Deputados, durante sua presidência no Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 1992.

Participou do Tribunal Superior Eleitoral, como juiz substituto, de 19 de março de 1985 a 13 de fevereiro de 1989 e, a partir de 14 de fevereiro de 1989, como membro efetivo.

Assumiu a Vice-Presidência do Tribunal Superior Eleitoral em 4 de abril de 1989 e a Presidência em 5 de abril de 1990, nela permanecendo até 12 de março de 1991.

Exerceu a vice-presidência do Supremo Tribunal Federal, no período de 14 de março de 1991 a 10 de maio do mesmo ano, quando assumiu a Presidência, nela permanecendo até 13 de maio de 1993.

Durante sua gestão, em 1992, presidiu o processo de *impeachment* contra o presidente da República, Fernando Collor de Mello, no qual o Senado Federal atuou como órgão judiciário, na forma do art. 52, I, e seu parágrafo único, da Constituição de 1988.

Novamente ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, empossado em dezembro de 1996 e reconduzido em fevereiro de 1999, ficando até 2000.

Homenagens recebidas: tribunais superiores: Militar e do Trabalho; tribunais de justiça de vários estados; Tribunal de Alçada de São

Paulo; tribunais regionais do trabalho; tribunais regionais eleitorais da Paraíba, Pernambuco e Bahia; câmaras municipais de São Paulo, São Bernardo do Campo, Itapeva, Campinas, Araraquara, Américo Brasiliense, Rincão, Colina e Guararapes (Estado de São Paulo); faculdades de Direito de São Bernardo do Campo, Ribeirão Preto e Marília, no Estado de São Paulo; Associação de Magistrados Federais e de vários estados da Federação; Ordem dos Advogados do Brasil – seção de São Paulo; Instituto dos Advogados de São Paulo; Associação dos Advogados de São Paulo.

Foi diretor-tesoureiro da Associação Paulista de Magistrados, no biênio 1970-1971; 1º vice-presidente da Associação Paulista de Magistrados, eleito para o biênio de 1980-1981 e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, eleito pelo voto direto para o biênio 1982-1983. Reeito para o biênio seguinte (1984-1985).

É nome de rua em Campinas, São Paulo, homenagem dos poderes Executivo e Legislativo municipais e juízes da comarca.

Recebeu, ainda, homenagens de vários juízes e tribunais, por ocasião da presidência dos trabalhos, no Senado Federal, no processo de *impeachment* contra o presidente da República; no Plenário do Senado Federal, de seu presidente, Senador Mauro Benevides, por haver presidido, “com dignidade, lisura, correção e competência” o processo de *impeachment* contra o ex-presidente da República; homenagem especial prestada pelas associações regionais da magistratura do trabalho, ao ensejo do IV Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista, realizado em Belo Horizonte, no período de 12 a 15 de maio de 1993; do Sr. Alcade de la Ciudad de La Antigua Guatemala – Visitante Distinguido –, por ocasião de sua participação no *Primer Encuentro de Tribunales y Salas Constitucionales de América Latina* (1993); no Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao ensejo da última sessão em que atuou como presidente da Corte, prestada pelo Exmo. Sr. Ministro Néri da Silveira, em nome também dos demais ministros, em 7 de maio de 1993; grande homenageado, escolhido pelos formandos do curso de Direito do 1º semestre de 1993, do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) – Turma Ulysses Guimarães; do corpo docente e discente da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (na qual atuou como professor e tendo sido juiz

de direito auxiliar na mesma cidade), por ocasião da realização do Simpósio sobre Processo Civil e Penal, em 1993.

Foi paraninfo e patrono de turmas de bacharelados das Faculdades de Direito Mackenzie e Metropolitanas Unidas, de São Bernardo do Campo, de Piracicaba, de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Também paraninfo dos formandos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa, no Estado de Minas Gerais, turma de 1993.

Possui os seguintes livros publicados: *Do Julgamento Antecipado da Lide*, Ed. Lex, São Paulo, 1970; *Da Nomeação de Peritos*, Ed. Revista D.E.D., Ano II, nº 83, 1971, São Paulo; *Do Litisconsórcio Necessário no Direito Constituendo*, Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ed. LEX, 1971, vol. 18, p. 14; *Poder Cautelar Geral do Juiz no Processo Civil Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais Ltda., 1978 (esgotado); *Execução Específica das Obrigações de Contratar e Prestar Declaração de Vontade*, Ed. Revista dos Tribunais, 1978; *Uniformização da Jurisprudência – Ed. Revista dos Tribunais, 1975; Ação Rescisória por erro de fato do Juiz*, Revista dos Tribunais, v. 501/15; Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 68, p. 13; *Julgados dos Tribunais de Alçada Civil*, São Paulo, Editora Lex, vol. 55, p.11; *Consequências da não denúncia da lide*, Revista Ajuris, vol. 14, p. 94; *Julgados dos Tribunais de Alçada Civil*, vol. 46, p. 183; Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 47, p. 13-38; *Objeto do Processo e Objeto Litigioso do Processo*, Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 55, p. 14; Revista Ajuris, v. 16, p. 133 e seguintes; Revista de Processo, vol. 13, p. 31; resumos em alemão, p. 295; em inglês, p. 300; em francês, p. 308; *Denúnciação da Lide*, Ed. Revista dos Tribunais, 1984 (tese de doutorado, Medalha Pontes de Miranda da Academia Brasileira de Letras Jurídicas como melhor obra jurídica do ano de 1984); *Compromisso de Venda e Compra*, Ed. Revista dos Tribunais.

Trabalhos não publicados: Correção parcial; Procuração em causa própria; Conceito de obrigação (Direito Civil); Conceitos de compromisso – suas analogias com a arbitragem. Princípios que governam o

compromisso; Capacidade testamentária ativa; A reforma judiciária (trabalho apresentado no Curso de Problemas Brasileiros, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 17.12.76).

Trabalhos publicados em revistas de Direito, alguns com resumo em alemão, inglês e francês: Ação rescisória por erro de fato do juiz, Conseqüências da não-denúnciação da lide, Objeto do processo e objeto litigioso do processo, Compromisso de venda e compra, Do litisconsórcio necessário no direito constituendo. Além de sentenças, acórdãos e votos publicados nas inúmeras revistas de jurisprudência de todo o país.

Teve participação nos seguintes congressos e conferências internacionais: em congresso promovido pela Federação Latino-Americana de Magistrados, como presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, em Buenos Aires, 1982; como um dos representantes do Supremo Tribunal Federal, juntamente com o Ministro Presidente José Néri da Silveira, na Reunião de Presidentes de Cortes Supremas e Justiça de Ibero-América-Portugal e Espanha, realizada em Mérida-Espanha, maio de 1990; representante oficial do Supremo Tribunal Federal no Encontro de Cortes Supremas de Justiça do Cone Sul da América-Latina, realizado em Buenos Aires, Argentina, no período de 5 a 10 de agosto de 1991; representante oficial do Supremo Tribunal Federal no I Encontro Hispano-Brasileiro de Direito Público, organizado pelo Centro de Estudos Constitucionais de Madrid – participação em mesa-redonda sobre As Garantias Constitucionais do Cidadão Perante os Poderes Públicos (tema: Ação Direta de Inconstitucionalidade), realizado em Madrid, Espanha, no período de 13 a 15 de janeiro de 1992; presidente da mesa de trabalhos do Simpósio de Estudos Jurídicos para Advogados e Magistrados Brasileiros – realizado na Pontifícia Universidade Urbaniana do Vaticano, em Roma, Itália, 21 a 26 de julho de 1992; coordenador dos trabalhos desenvolvidos no XXXIII Seminário de Estudos Jurídicos para Magistrados e Advogados Brasileiros, realizado no período de 9 a 13 de janeiro de 1993, na Universidade Lusíada, em Lisboa, Portugal; convidado oficial do Governo da República Federal da Alemanha, para viagem de estudos sobre Justiça Constitucional, Justiça Superior e Parlamentarismo, na República Federal da Alemanha, às cidades de

Colônia, Bonn, Berlin, Potsdam, Stuttgart, Karlsruhe e Freiburg, no período de 8 a 20 de março de 1993; convidado oficial do Governo da República da Guatemala, como presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, participou da mesa dos trabalhos realizados no I Encontro Latino-Americano de Tribunais e Câmaras Constitucionais, organizado pela Corte Constitucional da Guatemala, discorrendo sobre competências e atribuições do STF, no período de 30 de março a 4 de abril de 1993; convidado oficial da Corte Constitucional Portuguesa, representou o Supremo Tribunal Federal, na programação comemorativa do X Aniversário de Instalação do Tribunal Constitucional de Portugal, participando de um colóquio sobre A Legitimidade e a Legitimação da Justiça Constitucional, em Lisboa, no período de 27 a 31 de maio de 1993; coordenador da mesa de trabalho do XXXIV Seminário de Estudos Jurídicos para Magistrados e Advogados Brasileiros, realizado na Universidade de Sorbonne, em Paris, França, no período de 21 a 25 de julho de 1993; coordenador da mesa de trabalho de estágio em Direito Civil do XXXVI Seminário de Estudos Jurídicos para Advogados e Magistrados Brasileiros, realizado no panteon da Universidade de Sorbonne, em Paris, França, dias 12 e 13 de julho de 1994; palestra de encerramento da 1ª parte do Seminário Aspectos Jurídicos e Institucionais do Mercosul, promovido pela Escola Nacional da Magistratura, em Buenos Aires, Argentina, dia 20 de abril de 1998.

Exerceu as seguintes atividades: vice-presidente do Centro Cívico Camilo Gavião de Souza Neves, do Ginásio Estadual de Araraquara; diretor-tesoureiro da Associação Paulista de Magistrados – biênio 1970-1971; 1º vice-presidente da Associação Paulista de Magistrados, eleito para o biênio 1980-1981; presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, eleito pelo voto direto para o biênio 1982-1983, e reeleito para o biênio seguinte (1984-1985); acadêmico – titular – fundador da Academia Internacional de Direito e Economia; colaborador da *Revista Jurídica – Revista Jurídica Editora* – Órgão Nacional de Doutrina, Jurisprudência, Legislação e Crítica Judiciária; presidente da comissão dos três poderes da União para estudo de métodos mais eficazes de combate à corrupção, de que tratou a subcomissão de apuração das causas de impunidade do Senado

Federal, em fev.-abr.-maio-1992; participante da reunião de chefes dos três poderes da União para estudo e discussão do anteprojeto de isonomia salarial, elaborado pela comissão técnica integrada por representantes dos três poderes da República e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) – maio de 1992; representante oficial do presidente do Supremo Tribunal Federal na solenidade de apresentação pública da 1ª parte da edição *fac simile* das Atas da Congregação da Academia de Direito de São Paulo entre os anos de 1837 a 1889, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de São Paulo (USP), em 9 de agosto de 1996.

Proferiu, em tribunais, dentre outros, os seguintes discursos publicados: de agradecimento por ocasião de sua posse no cargo de juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, em 20.4.78 (*Revista dos Tribunais*, ano 67, junho/78, vol. 512); em solenidade de posse de novos desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 17.9.80, em nome de todos (*Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*, vol. 67, p. 409-412); de saudação por ocasião da posse dos Senhores Ministros José Carlos Moreira Alves, na Presidência, e Décio Meirelles de Miranda, na Vice-Presidência, do Supremo Tribunal Federal, em 25.2.85 (plaqueta e relatório anual do Supremo Tribunal Federal, exercício de 1985); de homenagem póstuma ao Excelentíssimo Senhor Ministro Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, na Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal, em 28.8.85 (plaqueta e relatório anual do Supremo Tribunal Federal, exercício de 1985); de homenagem ao Excelentíssimo Senhor Ministro João Baptista Cordeiro Guerra, por ocasião de sua aposentadoria, na Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal de 30.4.86 (plaqueta e relatório anual do Supremo Tribunal Federal, exercício de 1986); de saudação ao presidente do Governo Espanhol, Felipe Gonzalez, por ocasião de sua visita ao Brasil, em Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal de 16.6.87 (plaqueta e relatório anual do Supremo Tribunal Federal, exercício de 1987); de saudação por ocasião da posse dos Excelentíssimos Senhores Ministros José Néri da Silveira, na Presidência, e Aldir Guimarães Passarinho, na Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 14.3.89 (plaqueta e relatório anual do Supremo Tribunal Federal, exercício de

1989); de agradecimento por ocasião de sua posse no cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em 5.4.90 (plaqueta e relatório anual do Tribunal Superior Eleitoral, exercício de 1990); de agradecimento por ocasião de sua despedida da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral; de saudação ao presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, por ocasião de sua visita ao Brasil, em Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal de 23.11.93 (relatório anual do Supremo Tribunal Federal, exercício de 1993).

Possui, entre outros os seguintes títulos e condecorações: Colar do Mérito Judiciário, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 1980; Cruz do Mérito Judiciário (insígnia, medalha e diploma), da Associação dos Magistrados Brasileiros, em 1982; Chanceler da Ordem do Mérito Judiciário, da Associação dos Magistrados Brasileiros, pela eleição à presidência, em 1981; admitido no grau Alta Distinção, no Quadro Especial do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Superior Tribunal Militar, em 1982; Comenda do Mérito do Trabalho, Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, em 1983; Colar do Mérito Judiciário, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 1984; Medalha Anchieta e Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo, da Câmara Municipal de São Paulo, em 1984; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Superior Tribunal Militar, em 1985; Medalha do Mérito Judiciário, desembargador Joaquim Nunes Machado, Colar de Alta Distinção, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em 1985; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho, em 1985; títulos de cidadão de São Paulo, Araraquara/SP, Américo Brasiliense/SP, Colina/SP e Santa Cruz do Rio Pardo/SP; Cidadão Benemérito de Rincão/SP; Medalha Mérito Pontes de Miranda, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, pela melhor obra jurídica do ano de 1982 – *Denúnciação da Lide*, Ed. Revista dos Tribunais Ltda., em 1985; admissão na Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, Ministério do Exército, em 1986; Medalha Francisco Xavier dos Reis Lisboa, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em 1987; Moeda de Paris, entregue na Universidade Sorbonne pelo presidente da Corte de Apelação de Rouen; homenagem da Universidade de Ribeirão Preto, com

a inauguração de uma sala com seu nome, em 1988; Professor Emérito, da Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, de Marília/SP, em 1989; Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, grau Grande Oficial, Ministério da Aeronáutica, em 1989; admissão nos quadros da Ordem do Mérito de Brasília, grau Grã-Cruz, Governo do Distrito Federal, em 1990; Admissão na Ordem do Rio Branco, grau Grã-Cruz, Ministério das Relações Exteriores, em 1990; Medalha Centenário, outorgada pelo Tribunal de Contas da União, em reconhecimento pela relevante participação na vida nacional, em 1990; Professor Emérito das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo; Colar do Mérito Judiciário, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; Sócio Honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo; Medalha do Mérito Eleitoral Frei Caneca, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, em 1991; admissão no grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, Ministério da Marinha, em 11 de junho de 1991; Medalha do Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em 1991; Diploma e Medalha Comemorativa do 50º Aniversário de Instalação da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho, em 1º de maio de 1991; Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade Santa Cecília, em Santos/SP; Colar do Mérito Judiciário, concedido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em Goiânia/GO; Doutor *Honoris Causa* – título concedido pela Universidade de Ribeirão Preto/SP; Medalha Santos Dumont, concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, ao ensejo das comemorações da Semana da Asa, em 1991; Medalha do Mérito Presidente Castello Branco, concedida pelo Conselho Diretor da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, em Brasília/DF; Colar do Mérito Judiciário, concedido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; título de Cidadão Benemérito da Cidade de Rincão, concedido pela Câmara Municipal de Rincão/SP, em 1991; Medalha do Mérito Judiciário, concedida pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; Grande Medalha da Inconfidência, concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, ao ensejo da comemoração do Bicentenário da Morte de Tiradentes; título de Cidadão Guararapense, concedido pela Câmara Municipal de Guararapes/SP, em solenidade realizada no dia 27 de março de 1992; admissão no grau de Grã-Cruz

da Ordem do Mérito de Brasília, por decisão unânime do eg. Conselho da Referida Ordem, em 1992; Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ao ensejo do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, em 1992; admissão na Ordem Estrela do Acre, grau Grã-Cruz, conferida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Acre, em 1992; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Jurídico Social, conferida por decisão unânime do eg. Conselho de Honrarias e Méritos do Centro de Estudos de Ciências Jurídicas e Sociais do Brasil; Medalha do Mérito Judiciário, conferida pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em 1992; admissão na Ordem do Mérito Dom Bosco, grau Grã-Cruz, por decisão unânime do eg. Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Ribeirão Preto, como presidente do Supremo Tribunal Federal, em 1993; Sócio Honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo; título de Cidadania Ribeirão-Pretana, outorgado pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto; admissão no quadro suplementar do Conselho da Ordem do Mérito das Forças Armadas, grau Grande Oficial, em 1998; Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais, outorgado pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais; Medalha do Mérito Judiciário no grau Grã-Cruz, conferida pela Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Ministro

Octávio Gallotti

Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti

nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1930. Filho de Luiz Gallotti e Maria Antonieta Pires e Albuquerque Gallotti. Casou-se com Iara Chateaubriand Pereira Diniz



Gallotti, de cuja união nasceram Maria Isabel e Luiz Gallotti Neto.

Seu pai, então deputado estadual catarinense e procurador da República, tornar-se-ia, sucessivamente, interventor federal em Santa Catarina (1945-1946), procurador-geral da República (1947-1949), ministro (1949-1974) e presidente (1966-1968) do Supremo Tribunal Federal, e antes do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1957).

Seu avô paterno, Benjamin Gallotti, comerciante e político em Tijucas, Santa Catarina, entre 1873 e 1913, foi presidente do Conselho Municipal e coronel da Guarda Nacional.

Seu avô materno, Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, foi deputado à primeira constituinte republicana da Bahia, juiz federal (1897-1917), ministro do Supremo Tribunal Federal (1917-1931) e procurador-geral da República (1919-1930).

No Externato São José, dos irmãos maristas, Rio de Janeiro, cursou o primário e o secundário, que viria a concluir, em 1945, no

ginásio catarinense, dirigido pelos padres jesuítas, em Florianópolis. Concluiu o curso clássico no Instituto Lafayete (1946-1948).

Graduou-se, em 1953, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foi estagiário do Ministério Público do antigo Distrito Federal (1950-1953), mas iniciou efetivamente a vida pública como assistente do procurador-geral da República, entre 1954 e 1956.

Em 1956, tornou-se procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, tendo assumido, em 1966, o cargo de procurador-geral.

Simultaneamente, exerceu a advocacia, em todas as instâncias, sucessivamente perante os auditórios do Rio de Janeiro (até 1960) e de Brasília (até 1973). É sócio-fundador do Instituto dos Advogados do Distrito Federal e membro avulso do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Em 19 de junho de 1973, tomou posse no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, do qual foi eleito vice-presidente oito dias depois e presidente, em 15 de dezembro seguinte, cumprindo o mandato durante o ano de 1974.

Foi delegado do Brasil no III e no X Congresso da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), no Rio de Janeiro (1959) e em Nairóbi (1980). Chefe da delegação do Brasil e vice-presidente do VIII congresso da mesma organização, em Madri (1974). Membro do Conselho Dirigente da Intosai, também em 1974, e representante do Brasil na reunião desse Colegiado em Viena (1981). Delegado do Brasil no V Congresso Latino-Americano de Entidades Fiscalizadoras Superiores (ILACIF), Quito, 1978. Delegado do Tribunal de Contas da União no VI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, Brasília, 1970, e no Congresso Extraordinário de São Paulo, em 1972.

Em 20 de novembro de 1984, sendo decano do Tribunal de Contas da União, assumiu o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, para o qual fora nomeado pelo Presidente João Figueiredo, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Soares Muñoz.

Integrou o Conselho Nacional da Magistratura, a partir de 2 de abril de 1986 até a extinção desse órgão pela Constituição de 1988.

Em 17 de outubro de 1985, passou a integrar o Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto. Foi reconduzido ao cargo, eleito em sessão do STF, de 8 de outubro de 1987, tendo sido empossado na mesma data.

Tornou-se membro efetivo em 15 de março de 1989; e foi empossado na 20ª Sessão do TSE no dia seguinte.

Assumiu a Vice-Presidência do Tribunal em 5 de abril de 1990. Foi eleito presidente em sessão do TSE de 12 de março de 1991, sendo empossado em 21 de março do mesmo ano.

Teve sua despedida em 9 de maio de 1991, na 39ª Sessão do TSE, para assumir a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Presidente da Corte de 13 de maio de 1993 até 16 de maio de 1995, houve ocasiões em que lhe coube, por dois breves períodos (de 13 a 15 de junho; e de 4 a 6 de agosto de 1994), exercer a presidência da República, em substituição ao titular.

Em fevereiro de 1999, retorna ao TSE como ministro substituto.

Autor de pareceres, relatórios, votos, conferências e artigos especializados publicados na *Revista de Direito Administrativo*, *Revista de Direito Público*, nas revistas dos tribunais de contas da União e do Rio de Janeiro, na *Revista de Administração Municipal* (IBAM) e revistas do serviço público (Funcep-DASP).

Publicou, igualmente, o relatório e parecer sobre as contas gerais do governo da República, no exercício de 1974 (edição TCU, 1975).

Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Jurídico Militar e o Mérito Judiciário do Trabalho; Medalha do Mérito da Magistratura e a Cruz do Mérito Judiciário, ambas da Associação dos Magistrados Brasileiros; insígnias do Mérito Judiciário dos estados da Bahia, do Rio de Janeiro e de Goiás, outorgadas pelos tribunais de Justiça, e também o Colar do Mérito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Medalha Mascarenhas de Moraes (Associação Nacional dos Veteranos da FEB); Medalha da Vitória (Associação dos Ex-Combatentes do Brasil); Medalha do Mérito Presidente Castello Branco, pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, do Mérito Militar, Naval, Aeronáutico, Forças Armadas e do Mérito de Brasília; Medalha Santos Dumont, conferida pelo Estado de Minas Gerais e Medalha do

Mérito Anita Garibaldi (categoria ouro), do Estado de Santa Catarina. Foi também agraciado com a Grã-Cruz de São José Operário e com a do Mérito de Dom Bosco, respectivamente outorgadas pelos tribunais regionais do trabalho da 23^a e da 10^a regiões.

É Cidadão Honorário do Município de Tijucas (Santa Catarina), por deliberação da Câmara de Vereadores e Comendador da Ordem do Mérito Estácio de Sá (grau máximo), por decreto do prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Atingiu a idade limite para permanência na atividade, em 27 de outubro de 2000, sendo aposentado por decreto de 31 de outubro de 2000. Sua carta de despedida foi lida pelo presidente, Ministro Carlos Velloso, na sessão de homenagem, realizada em 15 de março de 2001, ocasião em que falou, pela Corte, o Ministro Sepúlveda Pertence; pelo Ministério Público Federal, o professor Geraldo Brindeiro; e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o professor Roberto Rosas.

Ministro

Célio Borja

Célio de Oliveira

Borja, filho de Francisco Filinto de Oliveira Borja e Maria Benjamin Borja, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1928. É casado com Helena Maria Beni Carvalho de Oliveira Borja. Tem cinco filhos: Maria Beatriz, Maria Cristina, Maria Teresa, Maria Izabel e Carlos Beni.



Bacharel (1951) e doutor (1957) em Ciências Jurídicas e Sociais e livre-docente de Direito Constitucional, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Estado da Guanabara). Também fez o curso de extensão universitária em Sociologia e Psicologia, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Estado da Guanabara).

Curso básico de administração pública e relações públicas, da Fundação Getúlio Vargas.

Professor catedrático, interino, de Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1959-1970).

Professor do curso de doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Professor catedrático-fundador de Direito Constitucional da Faculdade de Direito Cândido Mendes.

Professor de Direito Constitucional e Administrativo do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores (1961-1964).

Professor de Direito Constitucional dos cursos de doutorado e bacharelado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1967-1970).

Iniciou a atuação parlamentar quando eleito deputado estadual (UDN/GB) – 1963-1967, para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (antigo estado da Guanabara), onde foi vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e líder da maioria (1964).

Elegeu-se deputado federal (Arena), pelo Estado do Rio de Janeiro, para as legislaturas 1971-1975; 1975-1979; e 1979-1983 (PDS).

Na Câmara dos Deputados, foi membro das comissões de Legislação Social e de Constituição e Justiça (1971); membro relator do Grupo de Trabalho para Reforma do Processo Legislativo (1971); relator do projeto de lei Estatuto do Índio; relator-geral da Comissão Especial do Código de Propriedade Industrial (1971); relator-geral da Comissão Especial do Código de Processo Civil (1975); membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça (1971-1973); suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social (1971-1973); líder do governo e da maioria (1974).

Exerceu o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, no biênio 1975-1976.

Presidiu o Grupo Brasileiro da União Interparlamentar de 1975 a 1976.

Foi membro do Comitê Executivo da União Interparlamentar (1976-1980); presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (1977); membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça (1978-1979); suplente da Comissão de Segurança Nacional (1978); membro da Comissão de Relações Exteriores (1979-1983); suplente da Comissão de Constituição e Justiça (1980-1981); presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1979-1981). Foi presidente da CPI destinada a investigar a situação do patrimônio histórico e artístico nacional e avaliar a política do governo federal para sua defesa e conservação (1980-1981).

Desempenhou, em épocas diversas, as seguintes missões no exterior: membro do Movimento Internacional de Intelectuais e Estudantes Católicos (Pax Romana), México (1949); delegado à reunião de peritos da Unesco para redação da Declaração sobre a Raça, Preconceito de Raça, Paris (1967); delegado do Brasil e relator-geral do Seminário da ONU sobre Discriminação Racial, Yaundê, República dos Camarões (1971); membro da delegação brasileira à reunião preparatória da Assembléia Geral da União Interparlamentar, Yaundê, República dos Camarões (1972); membro da delegação brasileira ao VI Congresso Indigenista Interamericano (1972); observador do Congresso Nacional à reunião da União Interparlamentar sobre a paz e a cooperação européias, Helsinque, Finlândia (1973); delegado do Brasil ao Simpósio sobre Novo Sistema de Relações Econômicas Internacionais, Bucareste (1975); chefe da delegação brasileira 62^a na Conferência Interparlamentar, Londres (1975); chefe da delegação brasileira na 63^a Conferência Interparlamentar, Madrid (1976); eleito membro do Comitê Executivo da União Interparlamentar, para o período 1976-1980; delegado brasileiro à reunião do Conselho Interparlamentar, realizada em Camberra, Austrália (1977); delegado na Conferência Interparlamentar realizada em Sofia, Bulgária (1977); delegado na reunião do Conselho Interparlamentar realizada em Praga, República Socialista da Tchecoslováquia (1979); delegado na Conferência Interparlamentar realizada em Caracas, Venezuela (1979); delegado na 67^a Conferência Interparlamentar realizada em Havana, Cuba (1980); membro da delegação parlamentar brasileira que, a convite do Bundestag, visitou a República Federal da Alemanha para discutir assuntos bilaterais (1980); membro da delegação parlamentar brasileira que visitou a União Soviética a convite do Soviete Supremo da URSS (1980); observador do Congresso da Internacional Liberal realizado em Roma, Itália (1981); membro da delegação da Comissão de Relações Exteriores que, a convite dos respectivos parlamentos, visitou a República da China, República da Coréia do Sul e Japão (1982); delegado na 66^a Reunião do Conselho Interparlamentar realizada em Oslo (1983); delegado do Brasil na Conferência sobre Direito Internacional Privado, Togo (1984), e orador na solenidade comemorativa do 40^o Aniversário das Nações Unidas, organizada pelo

governo português no Palácio da Ajuda, em Lisboa (1985). Por nomeação do Papa João Paulo II, foi membro do Pontifício Conselho de Cultura.

No âmbito do Poder Executivo, foi assessor jurídico da Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1959); secretário de estado do Governo do Estado do Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara (1964-1965); diretor da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, carteira de habitação e hipotecas (1967-1970); membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais nomeada pelo presidente da República (1985) e assessor-chefe da Assessoria Especial do presidente da República (1985-1986).

Desempenhou outras atividades como membro do Comitê Internacional do Pontifício Conselho da Cultura da Santa Sé (1989-1994); membro do Conselho Consultivo dos Museus Raymundo de Castro Maia; diretor do Centro D. Vital; membro do Núcleo de Informática da Comissão Pastoral de Cultura da Arquidiocese do Rio de Janeiro; membro do Conselho Deliberativo da Imperial Sociedade Amante da Instrução; membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (1976-1985); presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (1983-1985); diretor vice-presidente e membro do Conselho de Administração da BRJ – Participações S/A (1983-1985) e membro do Conselho de Administração do Banco BRJ S/A (1983-1985).

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 7 de abril de 1986, do Presidente José Sarney, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cordeiro Guerra, tomando posse em 17 do mesmo mês.

Escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, integrou o Tribunal Superior Eleitoral, como juiz substituto, desde 13 de março de 1989, passando a efetivo em 29 de março de 1990, exercendo a vice-presidência de 13 de março a 20 de maio de 1991, e sendo eleito para o cargo de presidente em 21 de maio de 1991, exercendo-o até 1º de abril de 1992.

Foi aposentado por decreto de 1º de abril de 1992, sendo lida a sua carta de despedida em sessão do Supremo Tribunal Federal de 20

de maio seguinte, pelo presidente, Ministro Sydney Sanches. Recebeu homenagem em sessão de 29 de junho de 1992, quando falou, em nome da Corte, o Ministro Octávio Gallotti; pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Marcelo Lavanère Machado.

Nomeado, por decreto de 2 de abril de 1992, para o cargo de ministro de estado da Justiça, desempenhou as respectivas funções até 2 de outubro de 1992.

Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Competência Privativa do Chefe do Estado no Ato Adicional*, Rio de Janeiro: Laemmert Editores, 1963; *A Federação na Constituição do Brasil*, in *Estudos sobre a Constituição Brasileira*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968; *Intellectual Property and Peace*, in *Celebration of the International Year of the Peace*, by The World Intellectual Property Organization; *The right to health in Brazil*, in *The Right to Health in The Americas; A comparative constitutional study*, Panamerican Health Organization; *O mandado de injunção e o habeas data*, *Revista Forense*, vol. 306, p. 43-48, abr.-jun., 1989; *O controle jurisdicional da constitucionalidade*, *Arquivos do Ministério da Justiça*, vol. 45, n. 180, p. 111-123, jul.-dez., 1992; *Alcance e limites da revisão constitucional*, *Revista da Indústria*, vol. 2, n. 6, p. 37-41, abr.-jun., 1993; *Digesto Econômico*, vol. 49, n. 363, p. 28-30, nov.-dez., 1993; *O juízo arbitral*, *Revista de Informação Legislativa do Senado*, 1984; *Energia elétrica – transferência de usina – Congresso Nacional*, *Revista de Direito Administrativo*, vol. 207, p. 339-345, 1996; e *O poder de emenda do Congresso Nacional e das assembleias legislativas em matéria de proventos e pensões*, *Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro*, vol. 1, n. 1, p. 21-27. Também teve divulgados conferências, estudos e artigos em várias revistas especializadas.

Foi agraciado com as seguintes condecorações: Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco; Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique (Portugal); Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília; Grã-Cruz do

Mérito Judiciário Militar; Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Trabalho; Ordem do Mérito 23 de Agosto (Romênia); Comendador da Légion d'Honneur (França); Medalha do Mérito da Magistratura; Medalha do Mérito Tamandaré; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Grande Oficial da Ordem das Forças Armadas; Medalha Anchieta; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha do Mérito Industrial do Rio de Janeiro; Medalha do Mérito Eleitoral Moyses Vianna, Estado do Rio Grande do Sul.

Após retornar à atividade privada, passou a integrar o Conselho de Administração da Souza Cruz S/A (desde 1994) e foi escolhido vice-presidente do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1997-1999). É membro do Conselho Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. É vice-provedor da Imperial e Venerável Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro.

Exerceu o cargo de reitor da Universidade Santa Úrsula, de 16 de dezembro de 1999 a 1º de outubro de 2000, passando a integrar o Conselho de Administração da Associação Universitária Santa Úrsula, a partir de 2 de outubro de 2000.

É membro efetivo do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Ministro

Paulo Brossard

Paulo Brossard de Souza Pinto, filho de Francisco de Souza Pinto e Alila Brossard de Souza Pinto, nasceu em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, em 23 de outubro de 1924.

É casado, desde 1950, com a Dra. Lúcia Alves Brossard de Souza Pinto, com quem tem três filhos: Magda, Rita e Francisco.



Realizou os estudos primários no Colégio Espírito Santo, das Irmãs Franciscanas, e o curso ginásial no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dos Padres Salesianos, ambos em Bagé.

Transferiu-se, posteriormente, para Porto Alegre onde cursou o pré-jurídico (1941-1942) e ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, hoje integrante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, colando grau em 1947.

Foi solicitador nos dois últimos anos do curso de Direito, 1946 e 1947, passando a advogar a partir de 1948. Essa atividade foi exercida cumulativamente com o magistério e com a ação político-partidária, sem que abandonasse sua atração pela agricultura e pecuária.

Na área do magistério foi professor de Direito Civil (1952) e Direito Constitucional (1966) na Faculdade de Direito da Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul; regente-substituto da cadeira de Teoria Geral do Estado na mesma faculdade (1961) e professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul (1965), concorrendo para esta vaga com a dissertação *O impeachment* – aspectos da responsabilidade política do presidente da República, obra que se tornou referência obrigatória sobre o assunto. Em 1972, o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul determinou ao diretor da Faculdade de Direito fizesse cessar o magistério que, “segundo consta” (*sic*), Paulo Brossard de Souza Pinto vinha exercendo, pela manhã e à noite, por designação do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade, na condição de candidato à cátedra regularmente inscrito em concurso. Desde então, jamais voltou a lecionar naquela faculdade.

A política atraiu-o desde muito cedo, tanto que, em seu discurso de posse na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, a 4 de junho de 1992, declarou: “Desde estudante, até o dia em que me vi coberto pela toga, exerci a atividade política”.

Foi eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em três legislaturas, 1955 a 1967, pelo Partido Libertador. Foi líder do PL na Assembléia Legislativa e membro da Comissão de Constituição e Justiça, onde elaborou pareceres de elevado valor científico. Deputado federal em uma legislatura, 1967 a 1971, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Exerceu o cargo de secretário do Interior e Justiça de seu estado natal em 1964, a convite do então governador Ildo Meneghetti.

Defendeu arduamente o parlamentarismo e a fidelidade partidária, a ponto de, diante da extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, declarar ser seu mandato intocável.

Em novembro de 1966, foi eleito em sublegenda deputado federal pelo MDB, mantendo, contudo, uma postura de independência na ação parlamentar (1967-1971).

Findo o mandato, retornou a Porto Alegre, reiniciando as atividades de advogado e professor de Direito a que sempre se dedicara.

Eleito senador federal, 1975 a 1983, pelo Movimento Democrático Brasileiro, depois Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi escolhido líder da oposição no Senado, presidente

da Comissão de Finanças do Senado, vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Nesse período, envolveu-se na luta pela reforma constitucional, a abolição do AI-5 e redemocratização do país. Em 1978, quando das eleições presidenciais, foi candidato pelo MDB a vice-presidente da República na chapa de Euler Bentes.

Em 1985, integrou a Comissão Afonso Arinos, que elaborou anteprojeto constitucional, como subsídio à Assembléia Nacional Constituinte, 1985.

Consultor-geral da República, de 28 de agosto de 1985 a 14 de fevereiro de 1986.

Ministro da Justiça, de 15 de fevereiro de 1986 a 18 de janeiro de 1989.

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal pelo Presidente José Sarney, por decreto de 13 de março de 1989, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Djaci Falcão. Tomou posse em 5 de abril seguinte.

Em 17 de outubro de 1989, foi eleito juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral, passando a efetivo a partir de 9 de abril de 1991, sendo empossado como vice-presidente em 21 de maio de 1991 e assumindo a Presidência em 4 de junho de 1992, permanecendo até 11 de maio do ano seguinte.

No Supremo Tribunal Federal, tomou posse no cargo de vice-presidente em 13 de maio de 1993, eleito por seus pares na sessão de 14 de abril anterior.

Proferiu discursos na sessão comemorativa do Centenário da Proclamação da República, em 9 de novembro de 1989; na sessão de homenagem póstuma ao Ministro Soares Muñoz, em 20 de maio de 1992, e por ocasião da visita do presidente da República da Argentina, Carlos Saul Menem, em sessão solene realizada a 23 de agosto de 1989.

Aposentou-se em 23 de outubro de 1994, depois de mais de cinco anos e meio de atuação, deixando significativa e brilhante contribuição para a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. A carta de despedida foi lida pelo presidente, Ministro Octávio Gallotti, em sessão de 26 de outubro de 1994.

O Tribunal homenageou-o em sessão realizada a 9 de maio de 1996, quando falou, pela Corte, o Ministro Néri da Silveira; pelo Ministério Público Federal, o Dr. Geraldo Brindeiro, procurador-geral da República; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Luiz Carlos Madeira.

É membro das seguintes entidades culturais e profissionais: Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Sul, inscrição nº 1.403; Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, desde 1948; Instituto dos Advogados do Brasil, na qualidade de sócio correspondente; Sociedade Henri Capitant para o Desenvolvimento da Ciência Jurídica; Academia Riograndense de Letras; Academia Mineira de Letras, sócio correspondente; e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, também sócio correspondente. É presidente de honra do Instituto Pimenta Bueno, da Associação Brasileira de Constitucionalistas, com sede em São Paulo.

No exercício das suas várias atividades, desde quando terminou o curso de Direito, participou dos seguintes congressos: Congresso de Direito Constitucional da Bahia, 1949; Congresso Jurídico Nacional de Porto Alegre, 1950; Congresso Jurídico Nacional de Fortaleza, 1959; X Conferência da União Internacional de Advogados, Rio de Janeiro, 1951; VII Conferência Interamericana de Advogados, Montevideú, 1951; IX Conferência Interamericana de Advogados, Buenos Aires, 1957; Jornada de Direito Processual, Montevideú, 1957; Conferências da Ordem dos Advogados do Brasil, Recife, Rio de Janeiro, Bahia e Florianópolis; II Conferência Interparlamentar do Parlamento Europeu e do Parlamento Latino-americano, Luxemburgo, 1975; 8ª Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, Curaçao, 1977; 34ª Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1979; 3ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo, Torremolinos, 1979; 10ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Nova York, 1981; Reunião Conjunta das Comissões de Integração Política e Integração Econômica do Parlamento Latino-Americano, México, 1981; 130ª Reunião do Conselho Interparlamentar da União Interparlamentar, Nigéria, 1982.

Em 1977, sendo senador, foi escolhido patrono da Turma do Sesquicentenário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Advogado, professor, ruralista, político, jurista, juiz, além de outras múltiplas facetas, o ministro Paulo Brossard constitui um “espírito poliédrico” que sempre se destacou pelo saber jurídico, pela oratória brilhante e inflamada, pelo ardor com que defendeu as causas que abraçou.

Sua produção editorial engloba artigos, pareceres, discursos, teses, votos e obras, como: *O impeachment*, tese de concurso; *Presidencialismo e parlamentarismo na ideologia de Ruy Barbosa*; *O advogado Ruy Barbosa*; *Rui e o presidencialismo*; *Assis Brasil*; *Raul Pilla*; *O Judiciário como Poder*; *O Tribunal de Justiça e sua estrutura*; *Servidão por destinação do proprietário*; *Imposto de Indústrias e Profissões*; *Oposição*; *Ballet Proibido*; *Ainda é tempo*; *Chega de Arbítrio*; 14 discursos proferidos na Câmara dos Deputados e publicadas em opúsculos; 92 discursos proferidos no Senado e publicados em opúsculos. *No Senado*, 2 volumes; *Pareceres na Consultoria-Geral da República*, vol. 96, e Seleção dos textos e Introdução à obra *Idéias Políticas de Assis Brasil*, 23 volumes, edição do Senado Federal.

A Editora Globo dedicou a 4ª edição de *Os Thibault* a Paulo Brossard de Souza Pinto e a toda uma geração que, nos idos de 1943, leu a primeira edição da obra de Roger Martin du Gard.

Colaborou ativamente nas seguintes revistas especializadas: *Revista Forense*; *Revista do Direito Administrativo*; *Justiça*, de Porto Alegre; *Revista Jurídica*, de Porto Alegre; *Revista de Informação Legislativa*; *Revista da Faculdade de Direito da Porto Alegre*; *Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia*; *Ajuris*; e com artigos publicados nos *Anais da Conferência Nacional dos Advogados*, do Recife, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Florianópolis.

Foi correspondente de *O Estado de São Paulo* e redator do *Estado do Rio Grande*, colaborador da *Folha de São Paulo* e do *Correio Braziliense*. Desde 1983, escreve, semanalmente, no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre.

Como parlamentar, visitou, convidado oficialmente, a Alemanha Ocidental, a Alemanha Oriental, a Grã-Bretanha, a França, a Polônia, a Tchecoslováquia e Israel.

Como ministro da Justiça, e ainda a convite, visitou Cuba e Hungria, em 1987, e a Alemanha Ocidental, em 1988.

Representou o presidente da República na posse do Presidente Oscar Arias Sanchez, da Costa Rica, em 1986, e acompanhou-o em visitas oficiais à Argentina, em 1986, e à Bolívia, em 1988.

Chefiou a delegação brasileira e presidiu a Conferência Interamericana sobre o Tráfico de Entorpecentes, Rio de Janeiro, abril de 1986.

Em Buenos Aires e em Brasília, manteve reuniões com os ministros do interior da Argentina e do Uruguai, em 1987, para tratar de problemas relacionados com o narcotráfico.

Chefiou as delegações brasileiras na VIII Reunião Plenária da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Hispano-luso-americanos, reunidas em Acapulco, México, em outubro de 1988, e nas conferências de 1987 e 1988 das Nações Unidas para a adoção de uma convenção contra o tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, reunidas em Viena.

Como plenipotenciário do Brasil, na sessão de 20 de dezembro de 1988, em Viena, assinou a convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas.

Ministrou aulas e proferiu palestras: na Faculdade de Direito de Montevideú, sobre mandado de segurança, em 1952; na Universidade John Hopkins, em Washington, em abril de 1987, sobre a problemática constitucional brasileira; em São Luís do Maranhão, Teresina, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Aracaju, Bahia, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Alegrete, Bagé, Cruz Alta, Passo Fundo, Caxias do Sul, Belo Horizonte, Goiânia e Campo Grande.

Recebeu o título de cidadão de São João del Rey, em 1987, e de Porto Alegre, em 2000.

Em 1999, a cidade de Bagé, em monumento erigido na Praça da Catedral, a mais antiga da cidade, inscreveu o nome de cem pessoas que teriam contribuído para o engrandecimento da sua terra, tendo incluído o de Paulo Brossard de Souza Pinto.

Tendo sido juiz do Supremo Tribunal Federal, juiz e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ao ser aposentado, decidiu não retornar

à atividade política. Voltou à advocacia, emitindo pareceres e exercendo outros trabalhos forenses. Seus pareceres têm sido publicados na *Revista Forense*, *Revista dos Tribunais*, *Revista Trimestral de Direito Público*, *Revista Dialética de Direito Tributário*, *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política da Revista Jurídica* e *Revista Jurídica de Osasco*.

Ministro

Sepúlveda Pertence

José Paulo Sepúlveda Pertence

nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 21 de novembro de 1937, filho de José Pertence e Carmen Sepúlveda Pertence. Casou-se com Suely Castello Branco Pertence, nascendo dessa união: Pedro Paulo, Evandro Luiz e Eduardo José.



Fez o curso secundário (ginasial e clássico), no Colégio Estadual de Minas Gerais, de 1949 a 1955. Tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1960, conquistando a medalha Rio Branco, destinada ao melhor estudante da turma, além de vários outros prêmios correspondentes a disciplinas específicas do curso. Durante o curso secundário e o bacharelado, dedicou-se intensamente ao movimento estudantil, ocupando postos de representação e de direção em diversas entidades, sendo inclusive o 1º vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), no biênio 1959-1960.

Fez curso de mestrado, na Universidade de Brasília, obtidos os créditos e aprovado o plano de dissertação de mestrado, não a apresentou, em virtude da demissão.

Foi instrutor e professor auxiliar, na Universidade de Brasília, da abertura dos cursos, em abril de 1962, até outubro de 1965, quando dispensado. Reintegrado, em 1985, por força da anistia, como professor adjunto, está licenciado.

De 1962 a 1965, na Universidade de Brasília, participou, como auxiliar docente, dos cursos de Introdução à Ciência do Direito, dirigido pelos professores Hermes Lima e A.L. Machado Neto; Direito Constitucional, de responsabilidade dos professores Victor Nunes Leal e Waldir Pires; e Direito Penal, sob a direção do professor Roberto Lyra Filho. Em 1965, época em que foi dispensado, ministrava, como responsável, o primeiro Curso de Teoria Geral do Direito Público.

Em 1973, lecionou Teoria Geral do Processo, no curso de Direito da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF).

Após a prática como solicitador, no foro de Belo Horizonte (1959-1960), iniciou a advocacia, em Brasília, em 1961 (com interrupção de 1963 a 1967).

Ocupou o cargo de assistente jurídico da Prefeitura do Distrito Federal (1961).

Aprovado e classificado em primeiro lugar no concurso público para membro do Ministério Público do Distrito Federal, em setembro de 1963, exerceu as respectivas funções até outubro de 1969, quando foi aposentado pela Junta Militar, com base no AI-5. Anistiado, foi promovido, na inatividade, a procurador de Justiça do Distrito Federal.

De 1965 a 1967, desempenhou o cargo de secretário jurídico no Supremo Tribunal Federal, no gabinete do Ministro Evandro Lins e Silva.

Classificado em primeiro lugar, em 1969, nas provas escritas para procurador adjunto do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dele desistiu em razão de sua aposentadoria, fundada no Ato Institucional nº 5.

Em 1969, fundou, com o Ministro Victor Nunes Leal, que então fora aposentado no Supremo Tribunal Federal, e os advogados Claudio Lacombe, José Guilherme Villela e Pedro Gordilho, a Sociedade de Advogados Nunes Leal, em Brasília.

De 1969 a 1985, dedicou-se integralmente à advocacia, em Brasília, Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro.

Foi conselheiro da OAB, seção do Distrito Federal, de 1969 a 1975; membro do Conselho Federal da OAB, como delegado do Distrito Federal, de 1967 a 1985; e vice-presidente da OAB (Conselho Federal), de 1977 a 1981.

Foi nomeado procurador-geral da República, em 15 de março de 1985. Exercendo cumulativamente as funções de procurador-geral eleitoral e de membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Integrou a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos), tendo sido relator dos textos referentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Integrou também a Comissão de Sistematização Final. Na Assembléia Nacional Constituinte, como convidado, prestou depoimento na Subcomissão de Garantias da Constituição.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, em decreto de 4 de maio de 1989, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Oscar Corrêa, tomou posse em 17 do mesmo mês.

Indicado pelo Supremo Tribunal Federal para juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral (8 de maio de 1990 a 20 de maio de 1991) e juiz efetivo (21 de maio de 1991 a 3 de junho de 1992), assumiu a Vice-Presidência (4 de junho de 1992 a 14 de junho de 1993). Eleito em 1º de junho de 1993 e empossado em 15 de junho de 1993, exerceu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral até 15 de novembro de 1994.

Em 9 de novembro de 1994, foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal. Ascendeu à Presidência, mediante eleição, em 19 de abril de 1995, e foi empossado no cargo em 17 de maio seguinte, nele permanecendo até 20 de maio de 1997.

Escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, retornou ao Tribunal Superior Eleitoral, como juiz substituto, em 16 de dezembro de 1999, sendo eleito juiz efetivo, em sessão de 7 de março de 2001. Assumiu a Vice-Presidência da Corte Eleitoral em 11 de junho de 2001.

Compôs a banca examinadora, como representante da OAB, dos concursos de provas e títulos para: juiz federal dos territórios (1974-1975); juiz substituto do Distrito Federal (1978); procurador da República (1978-1979); juiz federal, em 1982; juiz federal, em

1983-1984. Presidiu, como procurador-geral, a comissão examinadora dos concursos para procurador da República, em 1986 e 1988.

Contam-se, entre as conferências e palestras proferidas e as intervenções em painéis e seminários, as seguintes:

1. Liberdade e Direito de Asilo (defesa de tese). VIII Conferência Nacional da OAB, Manaus, 18 a 22.5.80.

2. Estado de Direito Democrático e Constituinte. Chapecó, Encontro dos Advogados de Santa Catarina, agosto de 1980.

3. Anistia e Democratização. Centro acadêmico Hugo Simas – Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Curitiba, 1979.

4. Os Territórios na Estrutura Constitucional Brasileira, Boa Vista, Roraima, 1980.

5. Assembléia Constituinte ou Reforma Constitucional (debate com o Deputado Bonifácio de Andrada). OAB/GO (Semana da Constituinte), 1982.

6. O Compromisso Político dos Advogados. Congresso Nehemias Gueiros, OAB/RJ, Rio, 1983.

7. O Problema do Ensino Jurídico. Centro Acadêmico Afonso Pena, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

8. A Crise Institucional Brasileira (painel com os professores J.J. Calmon de Passos e Celso Antônio Bandeira de Mello). OAB/RJ, 1984.

9. A Soberania Nacional no Contexto Internacional. Presidência de painel do Congresso Nacional dos Advogados Pró-Constituinte, OAB, São Paulo, 2.8.83.

10. O Advogado e a Defesa dos Direitos Sociais. XII Encontro dos Advogados de Pernambuco, Recife, 11.11.83.

11. A Advocacia na Conjuntura da Crise Institucional Brasileira. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 16.3.84.

12. O Ministério Público. Escola Superior de Guerra, Rio, 30.5.85.

13. Atualidades e Perspectivas Constitucionais do Ministério Público. Conferência inaugural da Escola Superior de Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, 17.6.85.

14. A Nova República e suas Relações com os Empresários. Seminário do Encontro de Empresários, Fundação Dom Cabral (Universidade Católica de Minas Gerais), 11.7.85.
15. O Bacharel em Direito: Formação e Perspectivas Profissionais. Universidade Gama Filho, Rio, 30.8.85.
16. O MP e a Criminalidade Econômica. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 6.9.85.
17. OAB, Sociedade Civil e Processo de Democratização. Reunião dos presidentes da OAB, Maceió, 16.3.84.
18. A Advocacia em Tempo de Crise. II Encontro dos Advogados do Estado de São Paulo, OAB/SP, 4.9.84.
19. Constituição e Constituinte. Escola Superior de Guerra, Rio, 9.6.86.
20. Constituinte e Poder Judiciário (painel com o Ministro Miguel Seabra Facundes). Semana da Constituinte, OAB/Paraíba, Campina Grande, 1986.
21. A Representação por Inconstitucionalidade. Escola Superior de Advocacia da OAB/RS, Porto Alegre, abril de 1986.
22. A Democratização do Poder Judiciário. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 6.4.87.
23. O Controle de Constitucionalidade das Leis. Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Rio, 24.7.87.
24. A Corte Constitucional no Brasil: Avanço ou Retrocesso. Ciclo de Estudos do Governo da Paraíba, João Pessoa, 1987.
25. Perspectivas do Controle de Constitucionalidade no Brasil. Ciclo de Estudos da Secretaria de Justiça do Estado do Maranhão, São Luís, 21.11.87.
26. Inovações do Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade. Semana do Advogado, OAB/MG, Belo Horizonte, 11.8.88.
27. Em Defesa do Sistema Misto de Controle da Constitucionalidade no Brasil. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e Instituto dos Advogados do Paraná, Curitiba, 1988.
28. O Ministério Público. II Fórum Jurídico Brasileiro, Fundação Dom Cabral (Universidade Católica de Minas Gerais), Belo Horizonte, 20.9.88.

29. O Estado-Membro na Nova Constituição. Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, 18.11.88.

30. A Criminalidade Econômica e Financeira. Palestra em Seminário sobre o Mercado de Capitais para Magistratura e Membros do Ministério Público, patrocinados pela Comissão Nacional das Bolsas de Valores (CNVB), Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, 1985-1987.

31. Judiciário, Ministério Público e Advocacia. Painel, semana da Constituição, OAB/PI, Teresina, 21.10.88.

Representação do Brasil no Convegno Internazionale sobre L'Avvocatura nel principali ordinamenti contemporanei, patrocinado pela Avvocatura Generale dello Stato da República Italiana, em Roma, maio de 1987, onde apresentou comunicação sobre II Sistema Brasileiro del Controllo della Costituzionalità delle Leggi: una Simbiosi Istituzionale da Preservare.

Desde 1995, tem dedicado dezenas de palestras aos temas da reforma do Poder Judiciário – particularmente a defesa da proposta da “súmula vinculante” – e aos problemas da convivência dos sistemas concentrado e difuso de controle da constitucionalidade de normas no Brasil.

Tem publicados os trabalhos jurídicos:

Da competência na Teoria do Ordenamento Jurídico (Mimeo, UNE, 1965); Contribuição à Teoria do Distrito Federal (Doutrina e Jurisprudência, *Rev. do TJDF*, nº 2/17, *Rev. Forense*, 224-365); *Liberdade de Direito e Asilo* (Anais da VII Conferência Nacional da OAB); *A OAB e a Anistia* (parecer da OAB, 1979, em Anistia, Senado Federal, 1980, 2º vol.); Victor Nunes Leal (homenagem póstuma no STF, *Revista de Direito Público*, 77-21); A Crise Institucional Brasileira (painel com os professores J.J. Calmon dos Passos e Celso Antônio Bandeira de Mello), OAB/RJ, 1984; *Princípio da maioria absoluta* (art. 75, CF); Eleições de governadores e prefeitos, parecer (*Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral*, v. 1/115); Inelegibilidade – Crime contra a administração pública – Prescrição retroativa (*Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral*, v. 1/115); Propaganda Eleitoral – Isonomia, parecer (*Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral*, v. 3/48); Eleitoral – Possibilidade de os meios

de comunicação divulgarem, a qualquer tempo, pesquisas eleitorais. Constituição de 1988. Parecer, 26 de outubro de 1988; *Pareceres do procurador-geral da República* (1985-1987), Ministério da Justiça – DIN, Brasília, 1988, 601 p.

Possui as seguintes condecorações: Ordem Rio Branco (Grã-Cruz); Ordem do Mérito das Forças Armadas (Grande Oficial); Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial); Medalha da Inconfidência (Grã-Cruz); Ordem do Mérito de Brasília (Grã-cruz); Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã-Cruz).

Ministro

Carlos Velloso

Carlos Mário da Silva Velloso nasceu na cidade de Entre Rios de Minas, Minas Gerais, em 19 de janeiro de 1936, filho do juiz Achilles Teixeira Velloso e de Maria Olga da Silva Velloso. É casado com a professora Maria Ângela Penna Velloso e tem quatro filhos: Rita de Cássia Velloso Rocha, Carlos Mário da Silva Velloso Filho, Rosa Maria Velloso da Costa e Silva e Ana Flávia Penna Velloso.



Concluiu o curso ginásial no Colégio Santo Antônio de São João del Rei, Minas Gerais (1953) e o curso clássico no Colégio Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte (1957), diplomando-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 1963. Exerceu a advocacia em Belo Horizonte e, no ano de 1964, prestou concurso público de provas e títulos e foi aprovado, em terceiro lugar, para o cargo de promotor de Justiça do Estado de Minas. Em 1966, foi aprovado, em segundo lugar, no concurso público de provas e títulos para o cargo de juiz seccional do Estado de Minas Gerais; no mesmo ano, foi aprovado, em quinto lugar, no concurso público de provas e títulos para o cargo de juiz de direito do Estado de Minas Gerais.

Foi nomeado, em março de 1967, juiz federal em Minas Gerais, sendo empossado no cargo em abril do mesmo ano. No biênio 1970-1971, exerceu o cargo de diretor do foro e corregedor da Seção Judiciária Federal de Minas Gerais. Foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, no biênio 1969-1971 e 1973-1975, tendo presidido, em 1974, a Comissão Apuradora das Eleições Parlamentares no Estado, apuração feita, pioneiramente, pelo computador.

Em dezembro de 1977, foi nomeado e empossado no cargo de ministro do Tribunal Federal de Recursos, tomando posse no mesmo dia, 19 de dezembro de 1977. Anteriormente, no mesmo ano, integrou o Tribunal, como juiz convocado.

Com a criação do Superior Tribunal de Justiça (Constituição de 1988, art. 27, § 2º, I, do ADCT), e a instalação deste, em 7 de abril de 1989, passou a integrá-lo. Exerceu, a partir desta data, o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (Constituição, art. 104), tendo integrado a sua 1ª Seção, especializada em direito público, e a sua 2ª Turma, da qual foi o seu presidente. Foi nomeado, por decreto de 28.5.90, publicado no *DO* de 29.5.90, do presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, ministro do Supremo Tribunal Federal. Tomou posse em 13.6.90. Integrou a Comissão de Regimento e a Comissão de Coordenação do Supremo Tribunal Federal.

No antigo Tribunal Federal de Recursos, foi o presidente da 6ª Turma, de 1985 a 1989. Ainda no TFR, integrou a Comissão de Jurisprudência e Regimento (1978-1980), que elaborou o Regimento Interno do Tribunal e que criou a Súmula da Jurisprudência do TFR. Foi eleito diretor da *Revista do Tribunal*, cargo que exerceu no biênio junho/78 a junho/91. Designado membro efetivo da Comissão de Jurisprudência, na nova fase desta, em setembro de 1980, passou a ocupar a sua presidência, até o ano de 1983. Foi membro suplente e membro efetivo do Conselho da Justiça Federal (1980-1981; 1981-1983). Integrou as seguintes comissões de concurso de juiz federal: 1ª Comissão, 1972-1974 (membro ainda da condição de juiz federal); 2ª Comissão, 1975 (membro, idem, idem); 3ª Comissão, 1977-1979 (membro); 4ª Comissão, 1980-1981 (presidente da comissão); 5ª Comissão, 1983-1984 (idem, idem). Presidiu, a partir de 1983, a Comissão de Regimento do Tribunal Federal de Recursos.

Em razão de convocação do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 40 do seu regimento interno, e indicação do Tribunal Federal de Recursos, integrou a Corte Suprema no julgamento do Mandado de Segurança nº 20.555-5/DF, julgamento ocorrido nos dias 20, 21 e 27.5.87.

Em outubro de 1983, assumiu o cargo de ministro substituto do TSE, tendo sido eleito, na Sessão Plenária do dia 5 de setembro de 1985, do Tribunal Federal de Recursos, ministro efetivo daquele Tribunal (TSE). Foi empossado no cargo em 24 de setembro de 1985. Em 7 de novembro de 1985, foi eleito e empossado corregedor-geral da Justiça Eleitoral, encerrando seu mandato em 24 de setembro de 1987, ocasião em que deixou o cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto do presidente da República, 28 de maio de 1990, publicado no *Diário Oficial* do dia seguinte, após aprovação pelo Senado Federal, para a vaga decorrente do pedido de exoneração do Ministro Francisco Rezek. Tomou posse em 13 de junho de 1990. Integrou a Comissão de Regimento e a Comissão de Coordenação do Supremo Tribunal Federal.

Voltou a integrar, na representação do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, como ministro substituto, assumindo no cargo no dia 30 de abril de 1991. Em 19 de maio de 1992, foi empossado no cargo de ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, na representação do Supremo Tribunal Federal. Eleito, tomou posse no cargo de vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral em 15 de junho de 1993. Em 6 de dezembro de 1994, após eleição, foi empossado no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral, encerrando-se o seu mandato em 19 de maio de 1996.

Escolhido pelos seus pares, tomou posse em 22 de maio de 1997, no cargo de vice-presidente do Supremo Tribunal Federal. Em 27 de maio de 1999, assumiu a Presidência para o biênio 1999-2001.

Exerceu e exerce, em resumo, os seguintes cargos e funções na magistratura: juiz federal no Estado de Minas Gerais, de 1967 a 1977; diretor do foro e corregedor da Seção Judiciária Federal de Minas Gerais, no biênio 1970-1971; juiz do Tribunal Regional Eleitoral de

Minas Gerais, 1969-1971 e 1973-1975 – nessa condição, presidiu, em 1974, a Comissão Apuradora das Eleições Parlamentares no Estado, apuração feita, pioneiramente, pelo computador; ministro do Tribunal Federal de Recursos, de 19.12.77 a 7.4.89, data em que foi instalado o Superior Tribunal de Justiça; membro suplente e membro efetivo do Conselho da Justiça Federal, 1980-1981, 1981-1983; ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, 1983-1985; ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, 1985-1987; corregedor-geral da Justiça Eleitoral, 1985-1987; i) ministro convocado no Supremo Tribunal Federal, para composição de *quorum*, no julgamento do MS nº 20.555-5/DF (Regimento Interno do STF, art. 40); ministro do Superior Tribunal de Justiça, de 7.4.89 a 12.6.90; ministro do Supremo Tribunal Federal, a partir de 13.6.90; ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (30.4.91 a 19.5.92), na representação do Supremo Tribunal Federal; ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, *idem*, *idem*, a partir de 19.5.92; vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a partir de 15.6.93 a 5.12.94; presidente do Tribunal Superior Eleitoral, de 6.12.94 a 19.5.96; vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir de 22.5.97; presidente do Supremo Tribunal Federal, de 27.5.99 a 31.5.2001.

É professor titular da Universidade de Brasília (UnB), departamento de Direito, nos cursos de graduação e pós-graduação, regendo as cadeiras de Teoria Geral do Direito Público e Direito Constitucional. Lecionou, nessa universidade, desde o ano de 1979. Aposentou-se, em abril de 1998. A Universidade de Brasília conferiu-lhe, em 1999, o título de Professor Emérito.

Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Craiova, Romênia, por decisão de sua congregação e ato do Magnífico Reitor, em 25 de abril de 2001.

Exerceu, a partir de 1968, o magistério superior em seu estado natal, Minas Gerais, como professor de Direito Constitucional nas Faculdades de Direito das Universidades Católica (PUC/MG) e Federal de Minas Gerais (UFMG), nesta última, após aprovação em concurso público. Quando de sua investidura no TFR, ocupava, mediante inclusão em lista tríplice, pela congregação, e nomeação do reitor, o cargo de diretor da Faculdade de Direito da PUC/MG. É professor titular,

licenciado, de Ciência das Finanças e Direito Tributário, da faculdade de Ciências Administrativas da UNA/MG. Foi convidado, no ano de 1978, a integrar o corpo docente da Escola de Administração Fazendária (ESAF), do Ministério da Fazenda, a fim de lecionar Direito Constitucional no curso de mestrado em Política Fiscal. Em fevereiro de 1979, regeu a cadeira de Direito Constitucional no Curso de Especialização em Legislação de Direitos Autorais, em nível de pós-graduação, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura – Conselho Nacional de Direito Autoral e Universidade Federal de Goiás. A PUC/MG conferiu-lhe o título de Professor Emérito, em solenidade acadêmica realizada em março de 2000.

Integrou comissões de concurso tanto para áreas acadêmicas – Universidade de Brasília (UnB), em nível de pós-graduação e no curso de mestrado; Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, concurso de livre-docente –, quanto para ingresso na magistratura, no Ministério Público e no serviço jurídico, como, por exemplo, concursos para o cargo de juiz federal (cinco concursos), advogado de ofício e juiz auditor da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (dois concursos), procurador da República (três concursos), auditor do Tribunal de Contas do Distrito Federal, auditor do Tribunal de Contas da União e consultor jurídico do Município de Belo Horizonte. Nos anos de 1974, 1975 e 1976, integrou a Comissão Julgadora de Trabalhos Jurídicos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Minas Gerais.

É autor do livro *Temas de Direito Público*, Del Rey Editora, Belo Horizonte, 1994, 2ª tiragem, 1997.

É co-autor dos seguintes livros: *O Direito na década de 1980*, com o trabalho Da retrocessão nas desapropriações, Ed. Rev. dos Tribunais, São Paulo, 1985, editado em homenagem a Hely Lopes Meirelles; *Curso de mandado de segurança*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1986; *O Poder Judiciário e a nova Constituição*, Ed. Ajuris, Porto Alegre, 1985; *A Constituição brasileira de 1988 – interpretações*, coletânea de trabalhos sobre a Constituição de 1988, com o trabalho, Tribunais federais e a Justiça Federal, Fundação Dom Cabral, Academia Internacional de Direito e Economia e

Editora Forense, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, 1988; *Processo do Trabalho*, estudos em memória de Coqueijo Costa, com o trabalho, Princípios constitucionais de processo, Ed. Ltr., São Paulo, 1989; *Mandados de segurança e de injunção*, com o trabalho, Do mandado de segurança e institutos afins na Constituição de 1988, Ed. Saraiva, São Paulo, 1990; *Recursos no Superior Tribunal de Justiça*, com o trabalho O Superior Tribunal de Justiça: competências originária e recursal, Ed. Saraiva, São Paulo, 1991; *La Nouvelle République Brésilienne*, livro que integra a *Collection Droit Public Positif*, dirigida pelo prof. Louis Favoreu, Ed. Economica, Paris, França, 1991, com os trabalhos *Le Controle de Constitutionnalité* e *Les Nouvelles Garanties Constitutionnelles*; *Antologia Luso-Brasileira de Direito Constitucional*, organizada pelo prof. Paulo Lopo Saraiva, com o trabalho: Mandado de segurança – conceito de direito líquido e certo, Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1992; *Atualidades Jurídicas*, 2 volumes, Editora Del Rey, II Volume, 1993, com o trabalho; *As Novas Garantias Constitucionais. O Judiciário e a Constituição*, Ed. Saraiva, São Paulo, 1994, com o trabalho Problemas e soluções na prestação da Justiça; *Perspectivas do Direito Público*, livro em homenagem a Miguel Seabra Fagundes, com o trabalho Do Poder Judiciário: organização e competência, Ed. Del Rey, Belo Horizonte/MG, 1995, p. 219-244; Anais do III Congresso Jurídico Brasil-Alemanha, promovido pela Sociedade de Estudos Jurídicos Brasil-Alemanha, em alemão e português, com o trabalho A delegação legislativa – a legislação por associações no Brasil; *Direito Econômico*, que reproduz os trabalhos produzidos no II Fórum de Direito Econômico, realizado em Foz do Iguaçu, de 16 a 19.3.95. CEDEP, Tribunal de Alçada do Paraná, Instituto dos Advogados de São Paulo e IBCB, Instituto Brasileiro de Ciência Bancária, 1995, com o trabalho Poder Judiciário, propostas de modernização, a súmula vinculante, p. 195-205; *Direito Eleitoral*, Ed. Del Rey, Belo Horizonte/MG, 1996, com o trabalho A reforma eleitoral e os rumos da democracia no Brasil, p. 11-29; *Justiça: promessa e realidade* – o acesso à Justiça em países ibero-americanos, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1996, com o trabalho O Poder Judiciário do século XXI: perspectivas, experiências, problemas e soluções, p. 13-32; *Estudos em homenagem ao prof. Caio Tácito*,

Ed. Renovar, Rio de Janeiro, 732 p., com o trabalho O Supremo Tribunal Federal e o controle de constitucionalidade: resenha de decisões, p. 135-162; *Curso de Direito Coletivo do Trabalho*, estudos em homenagem ao ministro e professor Orlando Teixeira da Costa, Ed. LTr., 1997, São Paulo, 711 p., com trabalho de doutrina A greve no serviço público; *The role of the judiciary in the protection of Human Rights*, University of London, Kluwer Law International, London, The Hague, Boston, 456 p., com o trabalho de doutrina *Jurisdictional Protection of Fundamental Rights in the Brazilian Juridical Order*, p. 257-276; estudos em homenagem ao professor Geraldo Ataliba, Ed. Malheiros, São Paulo/SP, com o trabalho de doutrina Reforma constitucional, cláusulas pétreas, especialmente a dos direitos fundamentais e reforma tributária; *Ética, Sociedad y Política en el Contexto Latinoamericano*, seminário internacional, Fundação Konrad Adenauer, Caracas, Venezuela, 1997, com o artigo de doutrina *Ética y Cosa Pública*, p. 149-154; *Direito Constitucional*, Ed. Consulex, Brasília/DF, 1998, coordenação do prof. José Janguiê Bezerra Diniz, com o trabalho A reforma eleitoral e os recursos da democracia no Brasil, p. 517-523; *Estudos Constitucionais – 10 anos de Constituição: uma análise*, publicação do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC), Celso Bastos Editor, São Paulo, 1998, com o Trabalho É possível a revisão da Constituição de 1988?, p. 223-238; *Direito Contemporâneo, Estudos em Homenagem a Oscar Corrêa*, coordenação de Ives Gandra da Silva Martins, com o trabalho A arguição de descumprimento de preceito fundamental, Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2001; *Dimensões do Direito Contemporâneo, Estudos em Homenagem a Geraldo de Camargo Vidigal*, coordenação de Ives Gandra Martins e José Renato Nalini, com o trabalho A Justiça e o seu problema maior: a lentidão; *A Tripeça em que se Assenta a Segurança Pública: Justiça, Ministério Público e Polícia – o juizado de instrução*, Ed. IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda., São Paulo, 2001.

Principais trabalhos jurídicos publicados: Do contrato individual de trabalho, *Rev. Plural*, Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, MG, 1962; A legislação trabalhista brasileira – do Império à Revolução de 1930, *Rev. TRT 3ª Região*, Belo Horizonte/MG, 1969, nº 7/8,

p. 21; O imposto único sobre minerais e as empresas de construção civil, *Rev. Jurídica Lemi*, Belo Horizonte/MG, 1969, nº 19; Observações a respeito da Constituição de 1967, *Rev. Jur. Lemi*, Belo Horizonte/MG, 1971, nº 43; Funcionários Públicos – Aposentadoria – Direito Adquirido, *Rev. de Dir. Público*, São Paulo, 1972, 21/184, *Rev. de Informação Legislativa*, Senado Federal, Brasília/DF, 1973, 37/109; Desapropriação para fins de reforma agrária – apontamentos, *Rev. de Dir. Público*, São Paulo, 1975, 34/11, *Rev. de Informação Legislativa*, Senado Federal, Brasília/DF, 1976, 49/265; Uma visão histórica da Constituição e do constitucionalismo brasileiro, *Rev. Jur. Lemi*, Belo Horizonte/MG, 1975, nº 96; Palavras aos jovens, discurso de paraninfo dos bacharéis em Direito, Fac. de Direito da PUC/MG, 1975; Cheques falsos – responsabilidade pelos prejuízos, *Rev. Jur. Lemi*, Belo Horizonte/MG, 1976, nº 106, p. 205; Ruy Barbosa e o controle jurisdicional da constitucionalidade das leis, *Rev. Jur. Lemi*, Belo Horizonte/MG, agosto/1976, nº 100; A argüição de relevância da questão federal em matéria tributária, *Rev. Jur. Lemi*, Belo Horizonte, agosto/1979, p. 25, e *Rev. de Dir. Tributário*, São Paulo, 1979, 9/10, p. 32; A decadência e a prescrição do crédito tributário – as constituições previdenciárias – a Lei nº 6.830, de 1980: disposições inovadoras, *Rev. de Dir. Tributário*, São Paulo, 1979, 9/10, p. 181; Do mandado de segurança, *Rev. de Processo*, São Paulo, 1980, nº 18, p. 167, RDP, 55-56, p. 333; *Rev. da OAB/DF*, Brasília/DF, 1979, nº 8; Do poder regulamentar, *Rev. de Dir. Público/SP*, 1983, nº 65, p. 39, e *Rev. do Serviço Público*, Brasília/DF, v. 110, nº 2, jun./82; O princípio da anterioridade: uma visão da jurisprudência, *Rev. de Dir. Tributário/SP*, 1985, nº 31, p. 111; O Poder Judiciário na Constituição: uma proposta de reforma, *Revista de Direito Administrativo*, Rio, 1985, nº 160, p. 32; *Rev. de Dir. Público/SP*, 1985, nº 74, p. 117; *Rev. da OAB/Bahia*, Salvador/BA, nº 1, jan./87, p. 31; Contribuição ao debate constitucional, discurso de paraninfo dos bacharéis em Direito da Universidade de Brasília, jan./86, *Estado de Minas*, Belo Horizonte/MG, 4.5 e 6.3.86; *Correio Braziliense*, Brasília/DF, 24.2.86; *Regime jurídico das empresas estatais*, livro em co-autoria com outros juristas, Associação dos Dirigentes de Empresas Públicas (ADEP), São Paulo, mar./87, nº 2; Responsabilidade civil do Estado, *Rev. de*

Informação Legislativa, Senado Federal, Brasília/DF, out.-dez.-87, nº 96; O arbitramento em matéria tributária, *Rev. Jurídica Mineira*, 42/20; *Rev. de Dir. Trib.*, 40/198; Empresas estatais: responsabilidade e controle, *Rev. de Dir. Público*, 1988, nº 85, p. 81; *Rev. Dir. Comparado Luso-Brasileiro*, Forense, 1988, 7/91; A irretroatividade da Lei Tributária, artigo de doutrina, publicado, na *Rev. Jurídica*, Porto Alegre/RS, nov./88, nº 133, p. 5; Princípios constitucionais de processo, *Rev. da Amagis*, jun./89, nº 18, p. 20; O Superior Tribunal de Justiça na Constituição, *Rev. de Dir. Público*, nº 90, p. 79; *Boletim de Dir. Administrativo*, São Paulo; 1989, nº 5; *Rev. de Dir. Administrativo*, nº 175, p. 9-27; *Rev. do Tribunal de Alçada de Minas Gerais*, nºs 34/37, p. 13; Delegação legislativa – a legislação por associações, *Rev. de Dir. Público*, nº 90, p. 179; e *Rev. de Dir. Público*, nº 92, p. 150-159; Controle de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988, *Rev. de Dir. Público*, São Paulo, nº 92, p. 43-54; *Rev. de Dir. Administrativo*, Rio, nº 178, p. 6-17; As novas garantias constitucionais, *Rev. de Dir. Administrativo*, Rio, nº 177, p. 14-28; Competência originária do Superior Tribunal de Justiça, *Rev. de Dir. Público*, São Paulo, nº 93, p. 171-176; Os recursos especial e extraordinário na Constituição, *Rev. da Associação dos Advogados de São Paulo*, jul./91, nº 34, p. 49-61; Problemas e soluções na prestação da Justiça, *Arquivos do Min. da Justiça*, Brasília/DF, jan.-jun./1991, nº 177, p. 61-90; *Rev. dos Tribunais*, São Paulo, fev./91, nº 664, p. 215-235, *Rev. da AJUFE*, São Paulo, mar./91, nº 28, p. 14-24; A nova feição do mandado de injunção, *Rev. de Dir. Público*, São Paulo, nº 100 (out-dez/91), p. 169-174; Estado federal e estados federados na Constituição de 1988 – do equilíbrio federativo; Jurisprudência Brasileira, Ed. Juruá, Curitiba/PR, vol. 165, p. 17-39; *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBET), nº 74/75, jan.-jul. de 1992, UFMG, Belo Horizonte/MG, p. 41-89; *Revista de Direito Administrativo*, Rio, jan-mar./92, nº 187, p. 1-36; A nova feição do mandado de injunção, *Revista Trimestral de Direito Público*, 1993, nº 2, p. 277-292; O Supremo Tribunal Federal, Corte Constitucional, *Rev. de Direito Administrativo*, Rio, abril-jun./93, nº 192, p. 1-28; Controle externo do Poder Judiciário e controle de qualidade do Judiciário e da magistratura: uma proposta, *Rev. de Direito Administrativo*, Rio, jan.-mar. de 1994,

nº 195, p. 9-23, e *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, jan.-mar. de 1994, nº 121, p. 13-24; Do Poder Judiciário: organização e competência, *Revista da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco* (ESMAP), vol. 2, nº 4, abril-jun./1997, p. 69-100; A Convenção nº 158, da OIT: constitucionalidade, *Revista LTr.*, vol. 61, set./97, nº 9, p. 1.161-1.169; Por um Judiciário melhor, discurso proferido como paraninfo dos bacharéis em Direito da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, em 19.12.96; Cadernos de Direito Tributário e finanças públicas, *Rev. dos Tribunais*, nº 19, abril-jun./97, p. 294-298; O princípio da irretroatividade da Lei Tributária, *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, 1996, nº 15, p. 13-23; Do Poder Judiciário: como torná-lo mais ágil e dinâmico. Efeito vinculante e outros temas, *Revista de Informação Legislativa*, Senado Federal, nº 138, abril-jun./98, p. 75-87; As comissões parlamentares de inquérito e o sigilo das comunicações telefônicas, in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, nº 24, out.-dez./98, p. 125-143; A Justiça e seu problema maior: a lentidão. Justiça, Ministério Público e polícia e os juizados de instrução, na *Revista Jurídica Consulex*, nº 100, 15.3.2001, p. 40-44; O Poder Judiciário como poder político no Brasil do Século XXI, na *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, vol. 65, nº 1, out./dez. de 1999, p. 17-31; O Judiciário como poder político de governo: uma introdução à experiência brasileira, discurso pronunciado na Universidade de Craiova, Romênia, em 25.4.2001, na solenidade em que lhe foi conferido o título de Doutor *Honoris Causa*, *Revista Direito Mackenzie*, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001, nº 2, p. 189-196.

A convite de instituições culturais e universidades, tem proferido conferências, no Brasil e no estrangeiro. Tem participado de congressos jurídicos no Brasil e no exterior. Participou, em Paris, a convite da Association Française des Constitutionnalistes, no período de 3 a 7 de outubro de 1989, de Simpósio de Direito Constitucional Comparado, em que se discutiu A Nova República Brasileira – A Constituição de 1988, proferindo duas palestras: O Controle de Constitucionalidade na Constituição de 1988 e As Novas Garantias Constitucionais. Participou, como conferencista, do I Encuentro Hispano-Brasileño de

Derecho Publico, realizado em Madri, Espanha, de 13 a 15 de janeiro de 1992, patrocinado pelo Centro de Estudios Constitucionales-Madrid, Universidade Complutense de Madrid e Ed. Juruá, tendo proferido conferência a respeito do tema Estado Federal e Estados Federados na Constituição Brasileira de 1988: do Equilíbrio Federativo.

Participou, em Lisboa, Portugal, de 18 a 23 de janeiro de 1993, do colóquio de Direito Constitucional patrocinado pelo Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial (Idepe), com sede em São Paulo, Brasil, e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou da II Conferência de la Unión Interamericana de Organismos Electorales e da VIII Conferência del Protocolo de Tikal, na Cidade de Panamá, no Panamá, de 20 a 24.3.93. Participou, em Washington, DC, EUA, da Conferência Internacional sobre a Justiça no Continente Americano, promovida pelo Banco Mundial, em jun./94. Participou, no Cairo, Egito, em dezembro de 1996 e dezembro de 1997, das conferências sobre The Role of the Judiciary in the Protection of Human Rights e Democracy and Rule of Law, promovidas pela Suprema Corte Constitucional do Egito, Conselho Britânico e Universidade de Alexandria. Participou, em Manágua, Nicarágua, de 8 a 11.9.97, do V Encuentro de Presidentes de Salas y Tribunales Constitucionales de America Latina, representando o Supremo Tribunal Federal. Participou da Cumbre Iberoamericana de Presidentes de Cortes y Tribunales Supremos de Justicia, em Caracas, Venezuela, de 4 a 6.3.98, e no mês de abril de 1999, representando o Supremo Tribunal Federal. Participou, a convite do Poder Judiciário norte-americano, do Brazil – U.S. Law Initiative, realizado na Universidade de Baltimore, Maryland, e em Washington, DC, Estados Unidos da América, de 28.6.98 a 4.7.98. Participou, como convidado de honra do I Encontro Jurídico realizado na Harvard Law School, em Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos, promoção da Harvard Law School Association of Brazil e Harvard Brazilian Organization, em 19 e 20.5.2000, tendo proferido a palestra magna sobre O Poder Judiciário Brasileiro, em 20.5.2000, seguindo-se debates com o juiz Peter Messitte, U.S. District Court of Maryland, e os professores Joaquim de Arruda Falcão Neto, LL.M.'68 e Max Fontes, LL. M'.2000. Participou, representando o Supremo Tribunal Federal, da 8th International

Judicial Conference (Courts of Ultimate Appeal VIII: Issues of Judicial Independence), nos dias 25, 26 e 27.5.2000, em São Francisco, Estados Unidos da América, sob o patrocínio do The Center for Democracy, Washington, DC, EUA, The Council of Europe e The European Court of Human Rights. A convite da Universidade de Craiova, Romênia, em solenidade acadêmica realizada em 25.4.2001, dissertou sobre o tema O Poder Judiciário como poder político de governo – uma introdução à experiência brasileira, ocasião em que lhe foi conferido o título, pela mencionada Universidade de Craiova, de Doutor *Honoris Causa*.

Integrou e integra diversas instituições culturais e jurídicas, nacionais e internacionais: é membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, com sede no Rio de Janeiro; é membro da Association Française des Constitutionnalistes, com sede em Aix-en Provence, França; é membro da Academia Internacional de Direito Econômico e Economia, com sede em São Paulo, Brasil. Foi vice-presidente do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, Belo Horizonte/MG (1975-1979). É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, tendo sido diretor do seu departamento de Direito Constitucional. É membro da Associação dos Magistrados Brasileiros; da Associação dos Juízes Federais do Brasil; do Instituto dos Magistrados do Brasil; da Associação Brasileira de Direito Financeiro, filiada à International Fiscal Assoc. (IFA), sediada em Haia, Holanda; da Asociación Latinoamericana de Metodología de la Enseñanza del Derecho (ALMMED), com sede em Buenos Aires, Argentina; da Société Internationale de Droit Pénal Militaire et Droit de la Guerre, com sede em Bruxelas, Bélgica; da Fundação Brasileira de Direito Econômico, com sede em Belo Horizonte/MG; da Associação Ibero-americana de Derecho del Trabajo, seção Brasil, do Centro Brasileiro de Direito Tributário, com sede em Belo Horizonte/MG; do Centro de Estudos Processuais de Goiás, com sede em Goiânia/GO; do Instituto Internacional de Direito Público e Empresarial (Idepe), com sede em São Paulo/SP; do Instituto de Estudos Políticos, com sede em Brasília/DF, integrando o seu Conselho Curador; do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro, e

do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, com sede em São Paulo. É membro do corpo consultivo (colaboradores) da *Revista Jurídica Lemi*, Belo Horizonte/MG. É membro do Conselho Editorial da *Revista de Direito Tributário*, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo/SP. Integra o corpo de colaboradores do Centro de Estudos Superiores (Coab), que edita *Seleções Jurídicas*, com sede no Rio de Janeiro/RJ. É membro do Conselho Editorial da *Revista de Direito Público*, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo/SP. É sócio honorário da Academia Brasileira de Direito Tributário, São Paulo/SP; sócio honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo; membro do Instituto de Direito Processual de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG; membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, São Paulo/SP; sócio honorário do Instituto de Estudos Tributários do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 16.11.98); membro honorário do Instituto Latino-Americano, da Universidade de Craiova, Romênia, título outorgado em 25.4.2001.

Tem as seguintes condecorações:

Do Poder Legislativo: membro da Ordem do Congresso Nacional, agraciado com a Grã-Cruz da ordem, conforme Ato nº 1, de 2001, e sessão da ordem realizada em 30.1.2001; Medalha do Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais, grau Grande Mérito, que lhe foi conferida pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 12.9.90; Medalha da Constituição que lhe foi conferida pela Assembléia Constituinte do Estado de Rondônia, por ocasião da promulgação da Constituição do Estado, em 6.8.83; Medalha da Ordem do Mérito Cabanagem, grau Mérito Especial, que lhe foi conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 24.6.91; Medalha da Ordem do Mérito Legislativo Municipal, grau Grande Mérito, que lhe foi conferida pela Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG, em 20.12.90; Medalha do Mérito Legislativo, que lhe foi conferida pela Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, em agosto de 1993; Medalha Tiradentes, que lhe foi conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 21.3.2000, conforme Resolução nº 221, de 22.2.2000; Comenda Vasco Fernandes Coutinho, que lhe foi conferida pelo Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, pelo Decreto Legislativo nº 1.013, de 10.5.96.

Do Poder Executivo: A) Civis: Grande Medalha da Inconfidência, por decreto de 21.4.80, do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais; Medalha Santos Dumont, grau Ouro, que lhe foi conferida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em 23.10.90, na forma da Lei nº 1.493, de 16.10.56; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Rio Branco, conforme decreto de 10.4.92, do Sr. Presidente da República; Medalha do Mérito Cassiano Antônio Campolina, que lhe foi outorgada, em 13.11.98, pelo Executivo Municipal da Cidade de Entre Rios de Minas, sua terra natal, por serviços prestados à comunidade local; Grã-Cruz da Ordem do Mérito da Bahia, que lhe foi conferida por decreto do governador do Estado da Bahia, de 28.6.2000; Grã-Cruz da Ordem Estadual do Mérito Jerônimo Monteiro, criada pelo Decreto nº 230-N, de 19.4.72, do Governo do Estado do Espírito Santo, em 17.3.2001; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília/ DF, por decreto do Sr. Governador do Distrito Federal, de 27.4.2000; B) Militares: Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito das Forças Armadas, por decreto de 14.7.95, do Sr. Presidente da República; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, por decreto de 23.7.79, do Sr. Presidente da República; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aero-náutico, por decreto de 20.9.83, do Sr. presidente da República; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, por decreto do Sr. Presidente da República, de 2.5.95; Medalha Alferes Tiradentes, que lhe foi conferida pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, pelo Decreto nº 18.005, de 27.7.76, do Senhor Governador do Estado de Minas Gerais; Medalha Bicentenário da Morte do Alferes Tiradentes, que lhe foi conferida pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, em 9.6.92, conforme Decreto nº 33.576, de 13.5.92, do comandante-geral; Medalha Imperador D. Pedro II, que lhe foi conferida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em 29.6.95; Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que lhe foi conferida pela Polícia Militar do Distrito Federal, por decreto do governador do Distrito Federal, de 11.5.2000.

Do Poder Judiciário: Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, que lhe foi conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 11.8.84; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, que lhe foi conferida em 12.8.91 pelo Tribunal Superior do Trabalho

(promoção); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Dom Bosco, que lhe foi conferida em 9.3.92, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; Medalha do Mérito Judiciário do Estado da Bahia, que lhe foi conferida em 13.8.93, pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; Colar do Mérito Judiciário, que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, em 1º.2.94; Colar do Mérito Judiciário, que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 23.11.94; Colar do Mérito Judiciário, que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 8.12.94; Colar do Mérito Judiciário, que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em 1996; Medalha Moysés Vianna, Mérito Eleitoral, que lhe foi conferida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, em 1996; Colar do Mérito Judiciário, que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em 1997; Colar do Mérito Eleitoral Des. Jorge de Moraes Jardim, que lhe foi conferido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, em 9.2.98; Grã-Cruz da Ordem Capixaba do Mérito Judiciário do Trabalho, que lhe foi conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, estado do Espírito Santo, em 18.9.98; Colar do Mérito Judiciário, que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em 17.5.99; Grã-Cruz do Mérito Judiciário, que lhe foi conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, em 26.8.99; Colar do Mérito Judiciário, que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 19.11.99; Medalha do Mérito Eleitoral Des. Vaz de Mello, que lhe foi conferida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, em 18.3.2000; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios, em 21.3.2000; Medalha do Mérito *Just et Labor*, que lhe foi conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Estado do Pará), grau Serviços Relevantes, em 24.10.2000; Colar do Mérito Judiciário Militar, que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, em 9.11.2000; Medalha Des. Hélio Costa, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que lhe foi conferida pela Comarca de Entre Rios de Minas/MG, sua terra natal, em 8.12.2000; Medalha do Mérito Judiciário Des. Antônio Rodrigues Velloso, do Estado do Maranhão, que lhe foi conferida pelo Tribunal

de Justiça do Estado do Maranhão, em 14.5.2001; Medalha do Mérito Judiciário que lhe foi conferida pelo Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 4.6.2001; Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, que lhe foi outorgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 20.8.2001; Grã-Cruz da Ordem Anhanguera do Mérito Judiciário do Trabalho, que lhe foi outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Goiânia, Goiás, em 29 de novembro de 2001.

Do Ministério Público: Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, que lhe foi conferida pelo Ministério Público Militar Federal, em 27.10.99; Colar do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que lhe foi conferido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 15.12.2000; Medalha do Mérito do Ministério Público de Minas Gerais, que lhe foi conferida em 16.3.2001, na forma do Decreto nº 33.198, de 17.12.91; Colar do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que lhe foi outorgado, em 25.10.2001.

De instituições culturais, universitárias e de entidades de classe: Medalha de Honra ex-aluno da UFMG – Destaque 2000, que lhe foi conferida pela Universidade Federal de Minas Gerais, mediante resolução da Congregação da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte/MG, em 6.12.2000; Medalha João Mangabeira, que lhe foi conferida pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (Resolução nº 12, de 29.11.84); Medalha do Mérito Judiciário, que lhe foi conferida em 14.11.91, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, na conformidade do Decreto nº 35.839, de 14.7.54; Medalha do Mérito Coronel Fulgêncio, grau Ouro, que lhe foi conferida pela União dos Reformados da Polícia Militar de Minas Gerais, conforme Decreto nº 24.973, de 26.9.85, e ato de 27.5.92, do presidente da URPM/MG; iploma de Construtor do Progresso, categoria Personalidade Jurídica, que lhe foi conferido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, em maio de 1993; Medalha Inconfidente Cláudio Manoel da Costa, que lhe foi conferida pelo Clube dos Advogados de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no dia 20.4.95; Comenda Professor Gerson Boson, que lhe foi conferida pela Associação dos Advogados de Minas Gerais, em 18.10.96; Medalha do Mérito Cultural da Magistratura, que lhe foi

conferida pelo Instituto dos Magistrados do Brasil, em 15.12.97; Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais, que lhe foi conferido pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, em 24.8.98; Cruz do Mérito Judiciário, que lhe foi conferida, em 27.9.99, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de conformidade com o Decreto nº 35.839, de 14.7.54; Medalha Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, que lhe foi conferida em 25.11.99; Medalha de Honra ao Mérito Austregésilo de Athayde, que lhe foi conferida em 25.11.99, pela Academia Brasileira de Letras e pela B'NAI B'RITH, por ter-se destacado na defesa dos direitos humanos, no ano de 1999; Medalha Visconde de Mauá, grau Ouro, que lhe foi conferida pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 26.1.2001.

Estrangeiras: Colar da Ordem Bicentenária del Colegio de Abogados de Caracas, Distrito Federal, Venezuela, em 6.3.98; Diploma de Excelência, que lhe foi conferido pela Câmara Municipal da cidade de Cluj-Napoca, Romênia, em 26.4.2001, por sua contribuição ao desenvolvimento das relações judiciais, em plano internacional, e da sustentação da cooperação entre o Brasil e a Romênia; Grã-Cruz da Ordem Nacional Estrela da Romênia, a mais alta condecoração do Governo da Romênia, que lhe foi outorgada pelo presidente da República da Romênia, em Bucareste, em 24.4.2001.

Títulos de Cidadania Honorária: Cidadão Honorário de Belo Horizonte, que lhe foi outorgado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG; Cidadão Honorário do Estado do Espírito Santo, que lhe foi outorgado pela Lei nº 5.088, de 16.8.95, do Estado do Espírito Santo; Cidadão Honorário do Município de Serra, Estado do Espírito Santo, que lhe foi conferido pela Câmara Municipal do Município da Serra; Cidadão Honorário de Araguari/MG, em virtude do Decreto nº 86/2001, da Câmara Municipal daquele município, cidadania outorgada em 4.5.2001.

Ministro

Marco Aurélio

Marco Aurélio Mendes de Farias

Mello nasceu na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1946. Filho de Plínio Affonso de Farias Mello e Eunice Mendes de Farias Mello. É casado com Sandra de Santis Mendes de Farias



Mello, juíza de direito do Distrito Federal. Tem quatro filhos: Letícia, Renata, Cristiana e Eduardo Affonso.

Fez os cursos primário e médio nos colégios Souza Marques, Cardeal Arcoverde e Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, e o curso científico nos colégios Primeiro de Setembro e Pedro II, também no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973. Fez o mestrado em direito privado na mesma faculdade, obtendo o certificado de capacitação em 1982.

Participou dos seguintes cursos de extensão e aperfeiçoamento: Curso Superior de Guerra, realizado pela Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro/RJ, 1983; Seminário Internacional sobre Negociação e Relações de Trabalho, promovido pela Confederação Nacional de Indústria e pelo Instituto Euvaldo Lodi, Rio de Janeiro/RJ, 1991;

Seminário de Atualização em Processo de Execução, promovido pela Escola Superior da Magistratura Nacional e Associação dos Magistrados Brasileiros em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 1980; Curso In Collective Bargaining in the United States, University of Wisconsin, Madison, EUA, 1984; Curso de Direito Imobiliário, promovido pela Ed. Sugestões Literárias S/A, São Paulo/SP, 1978; I Ciclo de Estudos de Normas Internacionais do Trabalho, promovido pela OIT e Academia Nacional de Direito do Trabalho, tendo sido escolhido orador, Brasília/DF, 1980; Seminário de Direito Judiciário Civil, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 1980; Prevenção de Acidentes do Trabalho, realizado pela Fundacentro, São Paulo/SP, 1974; Curso de Direito do Seguro, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 1970; Curso Intensivo de Aperfeiçoamento Profissional, promovido pela Câmara de Comércio dos Países Latino-Americanos. Rio de Janeiro/RJ, 1969; III Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro/RJ, 1978; Curso de Direito Processual do Trabalho, realizado pelo Instituto dos Advogados do Brasil, Rio de Janeiro/RJ, 1974; Curso de Disciplina da Navegação Marítima no Brasil, promovido na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 1973.

Estagiou no gabinete do então MM. Dr. Juiz Ederson Mello Serra, titular da 11^a Vara Cível do Estado da Guanabara, depois desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; no escritório de advocacia Professor Joaquim Gomes de Norões e Souza e Carlos Figueiredo Forbes; na Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo prestado assistência judiciária junto a varas de órfãos e sucessões e varas criminais; na assessoria jurídica do então Banco de Minas Gerais; no serviço jurídico do Sindicato dos Representantes Comerciais no Rio de Janeiro; no serviço jurídico da Federação dos Agentes Autônomos do Comércio da Guanabara; no serviço judiciário do Conselho Federal dos Representantes Comerciais no Rio de Janeiro; e no serviço jurídico do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro.

Advogou no foro do Estado do Rio de Janeiro, chefiou o departamento de assistência jurídica e judiciária do Conselho Federal dos Representantes Comerciais e o departamento de assistência jurídica e judiciária do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro, sendo também advogado da Federação dos Agentes Autônomos do Comércio do Estado da Guanabara.

Integrou o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho da 1ª Região, no período de 1975 a 1978.

Foi juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no período de 1978 a 1981, quando presidiu a Segunda Turma (1979-1980).

Foi ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho no período de setembro de 1981 a junho de 1990, sendo corregedor-geral da Justiça do Trabalho no período de dezembro de 1988 a junho de 1990; presidiu a Primeira Turma, no biênio 1985-1986, tendo sido reeleito para o biênio 1987/1988; membro do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; membro da comissão encarregada das comemorações do centenário de nascimento do Ministro Lindolfo Collor.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 28 de maio de 1990, para a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Madeira. Tomou posse em 13 junho de 1990.

Escolhido pelo STF, participou do Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto no período de 13 de agosto de 1991 a 31 de maio de 1993, passou a efetivo, sendo empossado em 1º de junho de 1993, para o biênio 1993-1994. Eleito vice-presidente, em sessão de 29 de novembro de 1994, desempenhou as funções de 6 de dezembro de 1994 a 31 de maio de 1995 e foi reconduzido para o período de 1º de junho de 1995 a 19 de maio de 1996. Foi presidente em exercício de 20 de maio de 1996 a 12 de junho de 1996, quando tomou posse no cargo de presidente efetivo, exercendo-o de 13 de junho de 1996 até 1º de junho de 1997.

Foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 14 de abril de 1999, para o biênio 1999-2001, tomando posse em 27 de maio de 1999. Escolhido por seus pares para a Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 18 de abril de 2001, assumiu o cargo em sessão solene realizada em 31 de maio seguinte.

Ocupou o cargo de presidente da República, no período de 15 a 20 de maio de 2002, durante a viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao exterior. Nessa oportunidade, sancionou, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, a Lei nº 10.461, que criou a TV Justiça, destinada a divulgar notícias do Judiciário, Ministério Público, defensoria pública e advocacia, administrada pelo Supremo, com contornos pedagógicos, voltada para servir o cidadão comum.

Voltou a ocupar interinamente a Presidência da República nos dias 4, 5 e, posteriormente, 25 a 27 de julho, pelo mesmo motivo anterior.

Em 2 de agosto de 2002, o Ministro Marco Aurélio inaugurou o estúdio da TV Justiça, cuja programação entrou no ar no dia 11 do mesmo mês, data em que se comemora a criação dos cursos jurídicos no Brasil.

Representou o governo brasileiro na posse dos presidentes da Bolívia, Gonzalo Sanchez, e da Colômbia, Alvaro Uribe Velez, em 5 e 7 de agosto de 2002, respectivamente.

Professor universitário, integrante do quadro docente do departamento de Direito da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, admitido em setembro de 1982, e professor do curso de pós-graduação *latu sensu* em Direito Processual Civil do Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

Exerceu, ainda, as seguintes atividades didáticas: professor do curso para dirigentes sindicais sobre Prevenção de Acidentes do Trabalho, realizado pela Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, mediante convênio com o Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, 1974; professor de Direito Imobiliário do curso para corretores de imóveis, realizado pela Câmara de Comércio dos Países Latino-Americanos, em convênio com o sindicato da respectiva categoria profissional, Rio de Janeiro/RJ, 1976; Conferencista no Congresso Nacional de Direito do Trabalho – Rumos Pós-Constituinte, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho, Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – tema: Rumos do Direito Processual do Trabalho – Jurisdição e Competência, Recife/PE, outubro de 1988; conferencista no III Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho e II

Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho e pela Ltr. – tema: Prescrição, São Paulo/SP, novembro de 1988; conferencista no Seminário sobre Direito Processual do Trabalho na Nova Constituição, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho e Universidade de Brasília – tema: Prequestionamento de Matéria Apresentada em Recurso – Embargos Declaratórios e Pedido de Nulidade de Decisão Recorrida, Brasília/DF, novembro de 1988; conferencista no Seminário de Direito e Processo do Trabalho, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região e pela Associação dos Juizes Classistas da 10ª Região – tema: O Processo do Trabalho e a Nova Constituição Federal, Brasília/DF, novembro de 1988; membro da mesa e debatedor na conferência proferida pelo professor Amaury Mascaro Nascimento, no X Seminário do Serviço Jurídico da Petrobrás, promovido pela Petrobras S/A – tema: O Direito do Trabalho na Nova Constituição, Rio de Janeiro/RJ, outubro de 1988; conferencista no Seminário A Crise Econômica e o Direito do Trabalho, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho na Universidade de Brasília, Brasília/DF, maio de 1988; painelistas no III Fórum Brasileiro da Justiça do Trabalho, promovido pelo Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e de Peças e Acessórios para Veículos no Estado do Rio Grande do Sul – tema: Justiça do Trabalho como Poder Normativo, Gramado/RS, maio de 1988; conferencista na Associação dos Magistrados do Trabalho da 3ª Região – tema: Os Enunciados da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, Belo Horizonte/MG, abril de 1988; conferencista na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) – tema: A Nova Constituição e a Justiça do Trabalho, Porto Alegre/RS, abril de 1988; conferencista no II Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e no I Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho – tema: Dissídios Coletivos, São Paulo/SP, outubro de 1987; conferencista na reunião de trabalho do subcomitê jurídico, promovido pelo Comitê de Gestão Empresarial, Setor de Energia Elétrica – tema: Os Recursos Trabalhistas – Prequestionamento, Porto Alegre/RS, novembro de 1988; conferencista no III Encontro Nacional de Advogados do BNCC – tema: Embargos de Declaração –

Prequestionamento, Brasília/DF, junho de 1987; conferencista no II Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e no I Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho – tema: Sindicato e Justiça do Trabalho, São Paulo/SP, outubro de 1987; conferencista no I Encontro Goiano de Direito do Trabalho, promovido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás – tema: O Sistema Recursal Trabalhista, Goiânia/GO, novembro de 1987; aula magna do segundo período letivo de 1986, na Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Direito – tema: Constituição – Reivindicação Básica dos Trabalhadores, Rio de Janeiro/RJ, setembro de 1986; painelistas no I Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho, promovido pela Ed. Ltr. – tema: Negociação e Contratos Coletivos, São Paulo/SP, novembro de 1986; professor dos cursos de especialização em Recursos Humanos, nível de pós-graduação, promovidos pela Fundação Getúlio Vargas, Brasília/DF, nos anos de 1985 e 1986; conferencista no XI Encontro dos Corregedores da Justiça do Trabalho, promovido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – tema: Uniformização de Jurisprudência nos Tribunais Regionais do Trabalho, Foz do Iguaçu/PR, setembro de 1985; conferencista na Rede Ferroviária Federal S/A – tema: A Prescrição como Instituto Suficiente a Levantar à Segurança e Paz nas Relações entre Empregadores e Empregados, Rio de Janeiro/RJ, novembro de 1982; conferencista na Petrobras S/A – tema: A Exploração do Petróleo – Repercussões Trabalhistas – Lei nº 5.811/72, Rio de Janeiro/RJ, setembro de 1982; conferencista sobre legislação do trabalho e fiscal, no curso promovido pela Faculdade de Odontologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para alunos dos cursos de especialização, Rio de Janeiro/RJ, 1981; conferencista na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Distrito Federal – tema: Jornada de Trabalho dos Bancários, Brasília/DF, setembro de 1982; conferencista na Faculdade Cândido Mendes no V Curso de Especialização em Direito do Trabalho, Processo e Previdência Social, promovido pelo Instituto de Direito do Trabalho e Previdência Social (IDTP) – tema: Processo Civil e Processo Trabalhista, Rio de Janeiro/RJ, outubro de 1979; conferencista no Seminário de Negociações Coletivas, promovido pela Seres Treinamento de Executivos S/A,

Rio de Janeiro/RJ; conferencista no curso de advocacia do estado, promovido pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Brasília/DF, outubro de 1985; conferencista sobre O Direito do Trabalho na Constituição nas 5^{as} jornadas brasileiras de Direito Bancário em conjunto com o IV Congresso Nacional de Advogados de Bancos e demais Instituições Financeiras, promovido pela Federação Brasileira das Associações de Bancos, Rio de Janeiro/RJ, março de 1989; conferencista no Painel Nacional de Direito do Trabalho, promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e pela Faculdade de Direito da Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes – tema: A Justiça do Trabalho e a Nova Constituição, Santos/SP, abril de 1989; conferencista no Seminário de Direito do Trabalho, em homenagem ao Ministro Lindolfo Collor, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – tema: Sistemática dos Recursos Trabalhistas, Belo Horizonte/MG, maio de 1989; conferencista no IV Seminário da Superintendência Jurídica da Companhia Vale do Rio Doce – tema: Aspectos Relevantes do Direito do Trabalho na Constituição Federal de 1988 – o Poder Normativo da Justiça do Trabalho; O Direito de Greve e suas Limitações; A Flexibilização de Direitos e Prescrição, Itaipava/RJ, maio de 1989; conferencista no Congresso Regional de Direito do Trabalho à Luz da Nova Constituição, promovido pelo Instituto dos Advogados do Estado do Espírito Santo – tema: Prescrição, Vitória/ES, junho de 1989; conferencista no Seminário sobre Alterações Substanciais do Direito do Trabalho após a Constituição Federal de 1988, promovido pela Academia Nacional do Direito do Trabalho e pela Universidade de Brasília – tema: A Possibilidade de Fixação de Novas Condições de Trabalho através de Convenções Coletivas e Sentenças Normativas, para as Pessoas Jurídicas de Direito Público e o Problema da Dotação Orçamentária, Brasília/DF, junho de 1989; conferencista no I Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, promovido pela Ed. Ltr. e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – tema: O Sistema Recursal Frente à Nova Constituição, São Paulo/SP, julho de 1989; conferencista na sessão ordinária do I Encontro Semestral de Diretores Gerais dos Tribunais Regionais do Trabalho – tema: A Administração na Justiça do Trabalho, Brasília/DF, setembro de 1989; conferencista no III

Fórum Jurídico – A Nova Ordem – Aspectos Polêmicos, promovido pela Fundação Dom Cabral em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e a Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, com apoio da Academia Internacional de Direito e Economia – tema: O Poder Normativo na Justiça do Trabalho, Belo Horizonte/MG; conferencista no V Encontro de Magistrados Trabalhistas da 2ª Região, promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região – tema: Princípios do Processo do Trabalho, São Paulo/SP, outubro de 1989; conferencista no III Encontro de Magistrados Trabalhistas da 1ª Região, promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região – tema: O Processo Trabalhista e a Celeridade Processual, Rio de Janeiro/RJ, outubro de 1989; palestra no Seminário de Direito Sindical à Luz da Constituição de 1988, promovido pela Universidade do Amazonas – sub-reitoria para extensão – tema: Organização do Sindicalismo Nacional à Luz da Constituição de 1988, Manaus/AM, outubro de 1989; painelistas no Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho e o Servidor Público, promovido pela Procuradoria-Geral do Estado da Bahia e pelo Sindicato dos Advogados no Estado da Bahia – tema: O Poder Normativo e o Servidor Público, Salvador/BA, novembro de 1989; conferencista no I Seminário Nacional de Relações Capital X Trabalho, promovido pelo Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre – tema: Direitos dos Trabalhadores – Perspectivas para as Empresas Face a dos Encargos Trabalhistas na Nova Constituição (o que está regulamentado e o que falta regulamentar), Porto Alegre/RS, novembro de 1989; debatedor no encontro sobre Arbitragem na Solução dos Conflitos Coletivos do Trabalho, promovido pelo Ministério do Trabalho e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), Brasília/DF, dezembro de 1989; professor no curso de pós-graduação *latu sensu* em Direito Processual Civil, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual e organizado pelo Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa (Ibep), Brasília/DF, dezembro de 1989; conferencista no I Conamat – Congresso Nacional de Magistratura Trabalhista, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho

(Anamatra) e pela Associação dos Magistrados Trabalhistas da 5ª Região – tema: Sistematização da Justiça do Trabalho, Salvador/BA, março de 1990; conferencista no I Congresso Internacional de Direito Constitucional do Trabalho, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Academia Nacional de Direito do Trabalho – tema: Competência Constitucional em Matéria Trabalhista, Natal/RN, abril de 1990; palestra no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina – tema: Competência da Justiça do Trabalho frente à Constituição de 1988, Florianópolis/SC, abril de 1990; palestra no Curso sobre Direito Constitucional promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo – tema: O Poder Normativo da Justiça do Trabalho na Constituição, São Paulo/SP, julho de 1990; conferencista no II Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, promovido pela Ed. Ltr. e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) – tema: Controle de Constitucionalidade das Sentenças Normativas, São Paulo/SP, julho de 1990; participação na mesa-redonda sobre o tema A Constituição de 1988 – Alguns Temas Polêmicos, dentro da programação da semana universitária promovida pela Universidade de Brasília, Brasília, abril de 1991; palestra no primeiro ciclo de palestras de Direito do Trabalho de Cuiabá – tema: Competência – Servidor Público – Regime Único, Cuiabá/MT, abril de 1991; painelistas no II Congresso Brasileiro de Advocacia, Encontro Nacional sobre Ensino Jurídico e Salão Nacional do Livro Jurídico, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Ceará – tema: Dissídio Coletivo, Fortaleza/CE, maio de 1991; painelistas no evento Semana Universitária – UnB 30 Anos, promovido pelo decanato de extensão e departamento de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Brasília, Brasília/DF, maio de 1991; conferencista no Simpósio de Relações do Trabalho, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Gramado/RS, junho de 1992; palestra do Curso de Reparação e Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas – em nível de especialização a bacharéis de Direito –, promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal – tema: Os Direitos Sociais na Constituição: Reflexos e Repercussões, Brasília, agosto de 1992; conferencista de

encerramento do IV Congresso Estadual de Advogados da Bahia, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional da Bahia – tema: A Constituição de 1988 e o Judiciário Trabalhista, Porto Seguro/BA, setembro de 1992; palestra no Curso de Preparação e Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas – em nível de especialização a bacharéis de Direito –, promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal – tema: Jurisdição Constitucional e Jurisdição Extraordinária, Brasília/DF, maio de 1993; conferência no Seminário de Direito do Trabalho, promovido pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) – tema: Os Direitos Sociais e a Carta de 1988, Brasília, novembro de 1993; conferencista no II Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, promovido pelo Instituto Goiano de Direito do Trabalho – tema: A Garantia do Emprego em face do art. 7º da Constituição Federal de 1988, realizado em 12 de junho de 1993; conferencista no II Ciclo de Estudos de Direito Econômico, promovido pela Escola Nacional de Magistratura e pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, Angra dos Reis/RJ, junho de 1994; conferencista no I Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, promovido pela Escola Nacional de Magistratura e pelo Instituto dos Advogados de São Paulo – tema: Recurso Extraordinário no Processo Trabalhista, Salvador/BA, novembro de 1994; painelistas no V Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho – tema: Pacificação Jurisprudencial: Avocatória e Efeito Vinculante das Súmulas, promovido pelo Instituto Goiano de Direito do Trabalho, Goiânia/GO, junho de 1996; conferencista no I Seminário em Direito Eleitoral, promovido pelo Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, do Centro de Ensino Unificado de Brasília (ICDP/Cesape/Ceub) – tema: Direito Eleitoral e Eleição Municipal de 1996, realizado no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, agosto de 1996; palestrante no I Seminário de Direito Eleitoral, promovido pelo IDE/DF, Fiesp/Ciesp, Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Santo Amaro/SP, na categoria Curso de Extensão – Direito Eleitoral, realizado no dia 1º de outubro de 1996; presidente da mesa na XVI Conferência Nacional dos Advogados, promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Fortaleza/CE, setembro de 1996; palestrante na solenidade de comemoração dos 10 anos de Fundação

da Associação Brasileira dos Consultores Tributários (ABCT), São Paulo/SP, maio de 1997; painelista no I Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Judiciário – tema: O Judiciário: Como Deve Ser?, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça e o Conselho de Justiça Federal, em junho de 1997; conferencista no VI Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho – tema: Ilicitude dos Contratos de Trabalho, promovido pelo Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT) – Goiânia/GO, realizado no período de 12 a 14 de junho de 1997; palestrante no Seminário do Curso de Direito Processual Civil – tema: Poder Normativo das Medidas Provisórias, promovido pelo Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (Cesap), do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub), realizado no dia 18 de junho de 1997; expositor no II Fórum de Debates do Contrato com o Brasil – tema: Reforma no Sistema Judiciário – na sua Estrutura e no seu Processo, realizado no auditório da Embratel no Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1997; conferencista no IX Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, em conferência projetada em telão na abertura do congresso, promovido por Ed. Ltr Ltda., realizado no Centro de Convenções Rebouças, em 29 de julho de 1997; conferencista no Seminário sobre Direito Processual e Prestação Jurisdicional, Boa Vista/RR, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de Roraima e pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, na categoria curso jurídico de extensão, com o tema Recurso Extraordinário – Prequestionamento, realizado nos dias 14 e 15 de agosto de 1997; presidente da comissão do II Concurso Nacional de Monografias, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cujo edital foi veiculado no *Diário da Justiça* de 1º de agosto de 1997; conferencista no VII Congresso Brasileiro de Advocacia, VII Salão Nacional do Livro Jurídico, I Convenção dos Jovens Advogados, todos promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Ceará, e Fundação Escola Superior de Advocacia (Fesac), no período de 20 a 22 de agosto de 1997, no Imperial Othon Palace Hotel, Fortaleza/CE; palestrante no Seminário de Direito e Processo do Trabalho, promovido pela Ordem dos Advogados do Paraná, subseção de Londrina, realizado no Anfiteatro do Hotel Crystal, Londrina/PR, de 9 a 12 de setembro de 1997 – tema: Súmula Vinculante e outras

Medidas de Agilização Processual; palestrante no VII Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, promovido pelo Instituto Goiano de Direito do Trabalho, em junho de 1998, no Centro de Convenções do Castro's Park Hotel, Goiânia/GO – tema: Substituição Processual Trabalhista na Ótica do Supremo Tribunal Federal; palestrante no III Congresso de Magistrados Del Mercosur, promovido pela Asociación de Magistrados Judiciales del Paraguay – Corte Suprema de Justicia Fiscalia General del Estado, em julho de 1998, Assunção, Paraguai – tema: Mercosur y Derecho Penal: Una Visión Humanitaria; palestrante no I Congresso de Direito Penal do Mercosul, promovido pela Associação Catarinense dos Advogados Criminais (Acrimesc), em agosto de 1998, em Blumenau/SC – tema: Direito Penal no Mercosul – Atualidades e Diretrizes; conferencista no IV Ciclo Internacional de Conferências Vira o Século, Evolui o Direito, promovido pela Escola Judicial do TRT da 23ª Região e Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região, em agosto de 1998, Cuiabá/MT – tema: A Reforma do Judiciário; palestrante no congresso O Novo Direito do Trabalho, promovido pela Jurídica 98, no Othon Palace Hotel/SP, em outubro de 1998 – tema: A Flexibilização do Direito do Trabalho; palestrante no XV Encontro Nacional dos Juízes Federais, promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil, em outubro de 1998, no Hotel Sofitel Rio – tema: A Reforma do Poder Judiciário; painalista no I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional, promovido pelo Programa de Incentivo à Cultura Jurídica da *Revista Consulex* (Projur/Consulex), no Auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília/DF, em outubro de 1998 – tema: Meios de Realização da Constituição – Interpretação Constitucional – Jurisdição Constitucional; painalista no Seminário A Constituição de 1998 é ainda a Constituição Cidadã?, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal, Brasília/DF, em outubro de 1998, no auditório da OAB/DF – tema: Jurisdição Constitucional – A Ampliação do Controle de Constitucionalidade: um balanço de dez anos; conferencista no Simpósio Jurídico de Previdência Complementar, promovido pelo Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa (Ibep), em novembro de 1998, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal – tema: Os Planos Econômicos e suas Repercussões no Supremo

Tribunal Federal; conferencista no Simpósio Constituição Federal: Dez Anos, promovido pela Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), em novembro de 1998 – tema: A Reforma do Poder Judiciário; participante no II Simpósio Temas Relevantes nas Relações de Trabalho, promovido pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo (SETPESP), em novembro de 1998, Campinas/SP – tema: CLT – Modernização, Projetos e Medidas Objetivas; palestrante no Simpósio Aspectos Jurídicos e Econômicos da Crise dos Países Emergentes, promovido pela Academia Internacional de Direito e Economia, em dezembro de 1998, no 4º Painel – tema: O Sistema Financeiro e a Crise Mundial: Aspectos Jurídicos e Econômicos; curso Recursos de Natureza Extraordinária, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Brasília/DF, março de 1999; conferencista no Simpósio sobre Grandes Questões Trabalhistas, realizado pela Mission Desenvolvimento Profissional, São Paulo/SP, março de 1999 – tema: Medidas Provisórias para Tratar de Aspectos Trabalhistas; curso Recursos de Natureza Extraordinária, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Brasília/DF, junho de 1999; palestrante de abertura no I Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho da 15ª Região, realizado pelo TRT da 15ª Região, Campinas/SP, junho de 1999 – tema: A Flexibilização do Direito do Trabalho; palestrante na Fundação Atílio Fontana, realizada em junho de 1999, em Joinville/SC – tema: A Reforma do Judiciário; palestrante no Seminário Questões Processuais junto aos Tribunais Superiores, realizado pela Petrobrás em setembro de 1999, no Rio de Janeiro/RJ – tema: Recorribilidade Extraordinária; presidente de painel no Seminário Reformas Constitucionais, realizado pela Academia Internacional de Direito e Economia, São Paulo/SP, em setembro de 1999 – tema: Reforma Tributária; conferencista na abertura do XIII Congresso Brasileiro de Direito Tributário, realizado pelo Instituto Geraldo Ataliba, em setembro de 1999, São Paulo/SP – tema: Reforma Tributária; coordenador do painel judiciário e imprensa no XVI Congresso Brasileiro de Magistrados, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em setembro de 1999, Gramado/RS; curso Recursos de Natureza Extraordinária, realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP),

em outubro de 1999, Brasília/DF; presidente do painel Hermenêutica Constitucional e Jurisdição Constitucional no II Congresso Brasileiro de Direito Público, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), em outubro de 1999, Brasília/DF; palestrante no III Simpósio Temas Relevantes nas Relações de Trabalho, realizado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo (SETPESP), em novembro de 1999, São Paulo/SP – tema: Importância da Justiça do Trabalho como Segmento Especializado do Poder Judiciário; II Conferência de Abertura – Bureau Jurídico – Complexo Educacional de Ensino e Pesquisa, realizado em novembro de 1999, em Recife/PE – tema: Controle de Constitucionalidade e Garantia do Estado de Direito; participante no fórum de debates do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), realizado em dezembro de 1999, em São Paulo/SP – tema: Reforma Tributária – Visão do Poder Judiciário; participante no Encontro de Assessorias Jurídicas das Instituições de Ensino Superior, realizado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Porto Alegre/RS, dezembro de 1999; conferência magna Uma Justiça para o Próximo Milênio, iniciando o semestre letivo da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj), Rio de Janeiro/RJ, fevereiro de 2000; palestrante no Centro Superior de Vila Velha, na inauguração do ano letivo de 2000 do curso de Direito, em Vila Velha/ES – tema: Crise atual do Estado; presidente da mesa no Seminário Aspectos Penais em 500 Anos, realizado em março de 2000, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília/DF; discurso de paraninfo na formatura dos alunos de Direito da Universidade Católica de Goiás, em março de 2000; pronunciamento na solenidade de abertura do I Congresso Psicossocial Jurídico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, realizado em março de 2000 no salão planalto do Hotel Nacional, Brasília/DF – tema: As Interfaces entre o Direito, a Psicologia e o Serviço Social; palestrante no IV Encontro Nacional de Procuradores da Advocacia-Geral da União (AGU), Brasília/DF, abril de 2000; palestrante na inauguração do novo auditório do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – tema: Justiça do Terceiro Milênio – Brasília/DF, abril de 2000; participante no VI Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, realizado pela Escola Nacional de Magistratura, Cabo de Santo Agostinho/PE,

maio de 2000; palestrante na VI Semana Jurídica – A Realização Democrática e o Acesso à Justiça, promovida pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – tema: O Acesso ao STF – Brasília/DF, maio de 2000; presidente e conferencista do I Congresso das Américas de Ciências Criminais (Penal, Processo Penal, Criminologia e Vitimologia), realizado em maio de 2000, no Centro de Convenções de Pernambuco, na cidade de Recife – tema: As Ciências Criminais e a Realidade Social do Terceiro Milênio; palestrante no VII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, realizado em maio de 2000, na cidade de Gramado/RS – tema: Respeito à Constituição como Instrumento de Cidadania; Simpósio Jurídico-Tributário, realizado pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), nos dias 18 e 19 de maio de 2000 – tema: Poder Judiciário: A Atuação do Supremo Tribunal Federal; presidente de honra e de painel no congresso O Código de Defesa do Contribuinte – Direitos, Garantias e Deveres, realizado pela Academia Internacional de Direito e Economia, nos dias 4 e 5 de setembro de 2000, no Centro de Convenções do Gran Meliá Hotel, São Paulo/SP; palestrante de abertura do I Encontro de Profissionais de Direitos Autorais, realizado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), Brasília/DF, outubro de 2000; participante no IV Simpósio Temas Relevantes nas Relações de Trabalho, promovido pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo (SETPESP), São José do Rio Preto/SP, outubro de 2000 – tema: Visão Geral e Crítica da Reforma e Necessidade de Fortalecimento do Poder Judiciário; palestrante no III Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e I Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Direito Público, no período de 25 a 27 de outubro de 2000 – tema: Os Direitos Fundamentais e sua Proteção; aula magna na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – tema: O Judiciário e a Instabilidade Normativa, em 2 de março de 2001.

Participou na realização de concursos públicos: presidente da banca examinadora nas provas de Direito do Trabalho, Processo Civil, Processo de Trabalho e Previdência Social no concurso para provimento de cargos de juiz do trabalho substituto da 1ª Região, realizado em 1979; coordenador do concurso realizado em 1980 e 1981

para provimento de cargos de juiz de trabalho substituto da 1ª Região; membro da banca examinadora do concurso para provimento de cargos de procurador da Fazenda Nacional, realizado em 1986; membro da comissão julgadora para concursos de monografia do Tribunal Superior do Trabalho – anos 1986 e 1987; membro da banca examinadora do processo seletivo de ascensão funcional para a categoria de assistente jurídico do Ministério da Previdência e Assistência Social, realizado em 1987; membro da banca examinadora do III concurso para provimento de cargos de juiz do trabalho substituto da 10ª Região, realizado em 1988; membro da banca examinadora do IV concurso para provimento de cargos de juiz do trabalho substituto da 10ª Região, realizada em 1989; membro da banca examinadora do V concurso público para ingresso na magistratura do trabalho da 10ª Região, realizado no mês de outubro de 1989; membro da Banca Examinadora do X concurso para provimento de cargos de procurador da República; membro da banca examinadora do I concurso público para provimento de cargos de juiz do trabalho substituto da 18ª Região, na condição de presidente da comissão examinadora da prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil e Direito Civil – parte geral e obrigações; membro da banca examinadora do concurso público para provimento de cargos de procurador do Distrito Federal, realizado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR), no ano de 1998.

Pertence às seguintes instituições: membro do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário; membro titular do Instituto Latino-Americano del Derecho del Trabajo e de la Seguridad Social; sócio do Instituto Brasileiro de Direito Social; membro da Academia Nacional do Direito do Trabalho, com assento na Cadeira nº 119; membro da Academia Internacional de Direito e Economia; título de Conselheiro Emérito, pelo Conselho de Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diploma expedido em 19 de março de 2000.

É colaborador do *Periódico ADT*, do Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (Coad), e da *Revista LTr*.

Foram publicados os seguintes trabalhos de sua autoria: Coletânea de pareceres jurídicos (emitidos quando membro do Ministério Público, 1977); Da fraude que o art. 9º da Lei nº 6.708/79 visa coibir

e dos efeitos da integração do aviso prévio ao tempo de serviço do empregado (*Revista LTr*, nº 34/81, Suplemento Trabalhista); O juízo universal da falência, a reclamação e a execução trabalhista (*Revista LTr*, julho de 1981); Honorários advocatícios – atuação do sindicato como substituto (*Revista LTr*, junho de 1982 – *Revista do Trabalho*, abril de 1985 – *Jornal Trabalhista* nº 146, de 27.4.87); A prescrição e as prestações de trato sucessivo (*Revista LTr*, janeiro de 1983); Conflitos de leis do trabalho no espaço – cômputo do tempo de serviço prestado no estrangeiro (*Revista Trabalhista Brasileira*, abril de 1984 – *Revista LTr*, ano 48, setembro de 1984); Empregador, insalubridade e a segurança do trabalho (*Diário do Comércio & Indústria*, 11.5.85); O mercado de trabalho e a contratação do serviço suplementar (*Jornal Trabalhista*, 27.5.85 – *Revista LTr*, Suplemento Trabalhista, ano XXI, nº 63/85 – *Revista de Direito do Trabalho*, nº 59, ano 11, janeiro/fevereiro de 1986); A questão da insalubridade (matéria publicada no *Correio Braziliense*, 14.6.85); A responsabilidade pelos honorários periciais na Justiça do Trabalho (*Revista LTr* – Suplemento Trabalhista, ano XXI, nº 65/85 – *Revista do Trabalho*, nº 35, julho de 1985 – *Jornal Trabalhista*, junho de 1985 – *Revista de Direito do Trabalho*, nº 58, março de 1986 – *Jornal Trabalhista*, fevereiro de 1987); Prescrição: momento propício à articulação (*Revista do Trabalho*, nºs 36 e 72, respectivamente, julho de 1985 e março/abril de 1988); Uniformização da jurisprudência no âmbito dos tribunais regionais do trabalho (*Revista LTr* – Suplemento Trabalhista, ano XXI, nº 91/85 – *Revista LTr*, São Paulo, ano 49, setembro de 1985 – *Coad – ADT*, nº 26, ano II, 1987 – *Coad – ADT* (edição especial), 1987 – *Revista de Direito do Trabalho*, nº 68, ano 12, p. 92-97, julho/agosto de 1987); O alcance da sentença normativa (*Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Paraná, janeiro e junho de 1985); A morosidade no julgamento dos dissídios em geral e especialmente dos coletivos (*Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Paraná, janeiro e junho de 1985); Em prol da celeridade no julgamento dos dissídios coletivos (*Revista LTr* – Suplemento Trabalhista, nº 28/85); Constituinte – reivindicação básica dos trabalhadores (*Jornal Trabalhista*, ano III, nº 118/119 – *Coad – ADT* (número especial), 193 – *Revista de Direito do Trabalho*,

nº 65, janeiro e fevereiro de 1987 – *Revista LTr*, nº 51, janeiro de 1987 – *Jornal dos Trabalhadores no Comércio do Brasil*, março de 1987 – Coad – ADT (número especial), abril de 1987 – *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, 1986); Segurança do trabalho – insalubridade – amplitude da responsabilidade do trabalhador (Coad – ADT, nº 36/86 – *Revista Orientadora Trabalhista*, vol. IV, julho e agosto de 1987 – *Revista da Inspeção do Trabalho*, ano II, nº 2, Brasília, julho de 1989); Ação rescisória – legitimidade – substituição processual trabalhista – intervenção dos substituídos (*Revista LTr*, vol. 51 – Coad – ADT, nºs 14 e 22, ano II, 1987 – Coad – ADT (número especial), julho de 1987 – *Revista de Direito do Trabalho*, nº 67, ano 12, maio e junho de 1987 – *Revista Synthesis do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região*, nº 5, 1987); O prequestionamento e o recurso de revista (*Digesto Econômico*, maio e junho de 1987 – Coad – ADT, nº 34, ano II, 1987 – *Revista LTr*, ano 51, setembro de 1987 – *Revista Synthesis do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região*, nº 6, 1988); Contrato de trabalho – rescisão – ônus da prova – Enunciado nº 212 da súmula do Tribunal Superior do Trabalho (*Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região*, vol. 20, nº 39, julho a dezembro de 1987 – *Jornal Trabalhista*, ano IV, nº 175 – *Revista de Direito do Trabalho*, nº 69, ano 12, setembro e outubro de 1987 – *Revista LTr*, ano 52, janeiro de 1986 – *Revista Orientador Trabalhista*, vol. V, p. 23-27, setembro-outubro de 1987); A Justiça do Trabalho deve legislar? (*Gazeta Mercantil*, 26.11.87 – *Correio Braziliense*, 6.11.87 – *Jornal da Tarde*, 6.11.87 – *Revista Synthesis do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região*, nº 6, 1988); A competência do Tribunal Superior do Trabalho e a Constituição (Coad – ADT, novembro de 1987 – *Registro Econômico*, ano XLIII, nº 327, 1987 – *Revista LTr*, ano 51, dezembro de 1987); Radiologistas – piso salarial – alcance do art. 16 da Lei nº 7.394/85 (Coad – ADT, novembro de 1988); Mandado de segurança – liminar – cassação (Coad – ADT, outubro de 1988 – *Jornal Trabalhista*, ano VI, nº 262 – *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, vol. XIII, nº 2, julho-dezembro de 1988); O recurso de embargos no Tribunal Superior do Trabalho (Coad – ADT, março de 1988 – Processo do trabalho – Estudos em memória de Coqueijo Costa, Ed. LTr, 1989);

Mandado de segurança – recorribilidade e suspensão dos efeitos da liminar ou sentença proferida (*Revista LTr*, nº 1, ano 53, janeiro de 1989 – *Jornal Trabalhista*, ano VI, nº 260 – *Jurisprudência Trabalhista e Previdenciária*, publicação do Centro de Assessoria Trabalhista, julho de 1989 – Coad – ADT, setembro de 1989 – *Revista LTr*, nº 8, ano 53, agosto de 1989); Estabilidade no emprego de dirigentes e representantes sindicais (Coad – ADT, nº 31, ano XXIII, agosto de 1989 – *Revista LTr* – Suplemento Trabalhista, ano XXV, nº 87/89 – *Relações coletivas de trabalho – estudos em homenagem ao Ministro Arnaldo Sussekind* – Ed. LTr, 1989); Os crimes hediondos e o regime de cumprimento da pena (suplemento Direito & Justiça, publicado pelo jornal *Correio Braziliense*, na edição de 7.12.92); Temas de Direito Penal. 1. Nosso direito positivo e a tortura; 2. Da inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25.7.90 (*Revista Brasileira de Ciências Criminais* – publicação oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – Ed. Revista dos Tribunais, ano 2, nº 8, outubro/dezembro de 1994); Eleições e tropas (artigo publicado no jornal *O Globo* de 18.9.96); Vitória da democracia (artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* de 29.9.96 – no *Jornal de Brasília* de 1º.10.96, sob o título Eleições informatizadas, vitória da democracia); Sonhar é preciso (artigo publicado no jornal *Estado de São Paulo* de 11.10.96, no jornal *Correio Braziliense* do mesmo dia e sob o mesmo título); Voto: direito ou obrigação? (artigo publicado no jornal *Correio Braziliense* de 3.11.96); A eficácia dos precatórios (artigo publicado na ADU – Advocacia Dinâmica (Coad), abril de 1997 – no suplemento Direito & Justiça do jornal *Correio Braziliense* de 5.5.97, matéria de abertura da *Revista do Foro do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba*, nº 96); Uma Justiça para o terceiro milênio (artigo publicado na *Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro* (Emerj), vol. 3, nº 10, ano 2000).

Mereceu as seguintes distinções: do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a admissão na Ordem do Mérito do Trabalho, grau Grã-Cruz, 1987; do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a admissão na Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador, publicado no *Diário Oficial* de 13 de novembro de 1984, seção I; do Senado da República, pela posse como juiz do

Tribunal Regional da 1ª Região, com transcrição, nos anais da Casa, do discurso proferido, 1978; do Ministério da Educação e Cultura, por relevantes serviços prestados ao Projeto Minerva em seus 10 anos de existência; da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Rio de Janeiro, ao ser escolhido paraninfo da turma de advogados e estagiários do ano de 1980; do Tribunal Superior do Trabalho, ao aprovar, em Sessão Plenária de 11 de junho de 1981, inclusão na Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador; do Tribunal Superior do Trabalho, com a concessão de Medalha Comemorativa do 40º Aniversário da Justiça do Trabalho; do Tribunal Superior do Trabalho, com promoção na Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau Grã-Cruz; do Superior Tribunal Militar, com admissão na Ordem do Mérito Judiciário Militar, grau Alta Distinção; do Distrito Federal, com admissão na Ordem do Mérito de Brasília, grau Grande Oficial; do Estado de Minas Gerais, condecoração com a Grande Medalha da Inconfidência; do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, agraciado com a Medalha Epitácio Pessoa, na Resolução Administrativa nº 67/67; do Comando Naval de Brasília, com a concessão da Medalha Amigo da Marinha, por relevante colaboração prestada à Marinha do Brasil, 1984; do Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto, com a concessão da Medalha Roquete Pinto, 1981; patrono dos formandos em Direito pela Universidade de Brasília, Turma Professor Paulo Laitano Távora, 2º Semestre de 1987; Professor Homenageado pelos formandos em Direito da Universidade de Brasília, Turma Orlando Gomes, 2º Semestre de 1988; Professor Homenageado pelos formandos em Direito da Universidade de Brasília, Turma Professor Coqueijo Costa, 1º semestre de 1988; placa de prata pela participação no Congresso Nacional de Direito do Trabalho – Rumos Pós-Constituinte, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho, pelo Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, realizado de 25 a 28 de outubro de 1988, em Recife; placa de prata pela participação no Painel Nacional de Direito do Trabalho, promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes, Santos/SP, abril de 1989; homenagem da Faculdade de Direito da Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes, com a placa

Mens Agitat Molem, Santos/SP, abril de 1989; paraninfo dos formandos em Direito pela Universidade de Brasília, Turma Heitor Serrão Borges de Sampaio, 1º Semestre de 1989; homenagem da Federação dos Empregados do Comércio dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com entrega de medalha comemorativa, Rio de Janeiro, 1980; placa de prata do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, junho de 1989; placa de prata do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, março de 1990; Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, na categoria de Mérito Judiciário, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Recife/PE, maio de 1990; Medalha Comemorativa da Inauguração da Sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília/DF, novembro de 1990; do Superior Tribunal Militar, com a promoção na Ordem do Mérito Judiciário Militar, grau Grã-Cruz; do Tribunal Superior do Trabalho, com o recebimento da Medalha Comemorativa dos Cinquenta Anos da Justiça do Trabalho, como homenageado especial; Professor Homenageado pelos formandos em Direito da Universidade de Brasília, Turma Cláudio Lemos Fonteles, 1º semestre de 1991; Professor Homenageado pelos formandos em Direito da Universidade de Brasília, Turma Miguel Seabra Fagundes, 2º semestre de 1991; do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com a Medalha da Ordem do Mérito de Dom Bosco, grau Grã-Cruz; do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com admissão na Ordem do Rio Branco, grau Grã-Cruz; do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com placa fixada no prédio da sede daquela Corte; da Justiça Federal de Primeira Instância – Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com o Diploma de Honra ao Mérito, quando da Comemoração do Jubileu de Prata daquela seção; da Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Ajucla-1) com a Medalha de Mérito do Juiz Classista da Justiça do Trabalho da 1ª Região; Professor Homenageado pelos formandos em Direito da Universidade de Brasília, Turma Ulisses Guimarães, 2º semestre de 1992; da Câmara Municipal de Fortaleza, em Ata de Moção de Congratulações, outubro de 1993; Professor Homenageado pelos formandos em Direito da Universidade de Brasília, Turma Herbert de Souza, 2º semestre de 1993; do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, com a admissão na Ordem Alencarina do

Mérito Judiciário do Trabalho, grau Grã-Cruz; do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com a admissão na Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, grau Grã-Cruz, conforme resoluções nºs de 2.7.93 e 24.1.94; Professor Homenageado pelos formandos em Direito da Universidade de Brasília, Turma Hermes Lima, 1º semestre de 1994; patrono dos formandos em Direito da Universidade de Brasília, Turma Victor Nunes Leal, 2º semestre de 1994; patrono dos formandos em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2º semestre de 1994; Comenda Ruy Barbosa do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional da Bahia, Salvador/BA, novembro de 1994; da Associação Nacional dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho, com a Comenda da Ordem do Mérito Juiz Classista, novembro de 1994; do Instituto dos Advogados de São Paulo, com a concessão do título de Sócio Honorário; paraninfo dos formandos em Direito pela Universidade de Brasília, Turma Ministro Victor Nunes Leal, 1º semestre de 1996; do Tribunal Superior do Trabalho, com a concessão da Medalha Comemorativa dos 55 anos da Instalação da Justiça do Trabalho e dos 50 anos de sua Integração no Poder Judiciário, Brasília/DF, setembro de 1996; da Câmara Municipal de Brusque/SC, com a concessão do título de Cidadão Benemérito; do Conselho da Ordem do Mérito Aeronáutico, com a admissão na Ordem do Mérito Aeronáutico, grau Grande Oficial, outubro de 1996; do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com a concessão do Colar do Mérito Judiciário; do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com a admissão na Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho, grau Grã-Cruz, em 4 de abril de 1997; da Associação dos Magistrados Piauienses, com a concessão da Medalha Conselheiro Saraiva, Teresina/PI, 24 de abril de 1997; do Governo do Estado do Piauí, com a concessão da Medalha Mérito Renascença do Piauí, Teresina/PI, 24 de abril de 1997; do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, com a concessão do Diploma do Mérito Judiciário, Teresina/PI, 25 de abril de 1997; do Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, com a concessão da Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier, Brasília/DF, 13 de maio de 1997; da Diretoria-Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, com a concessão da Comenda Polícia Civil, Goiânia/GO, em 26 de junho de 1997; patrono dos formandos em

Direito da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, Turma Ruy Barbosa, 1º semestre de 1997; paraninfo dos formandos em Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central, Turma Direito, Luta e Justiça, 1º semestre de 1997; título de Cidadão Cearense, concedido pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em 21 de agosto de 1997; Ministro Homenageado nas solenidades comemorativas ao 51º aniversário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, realizadas na semana de 8 a 12 de setembro de 1997; o título de Cidadão Araruamense, em janeiro de 1998, pela Câmara Municipal de Araruama, Estado do Rio de Janeiro; Medalha do Mérito Eleitoral Moysés Vianna, em março de 1998, homenagem prestada pelo Tribunal Eleitoral do Rio Grande do Sul; Medalha do Mérito Eleitoral da Bahia com Palma, em junho de 1998; Conselheiro Emérito do Conselho de Minerva, do Conselho dos Antigos Alunos e Diplomados da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Universidade do Brasil; homenagem do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, Rio de Janeiro/RJ, março de 1999; homenagem do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Rio Grande do Sul, 1999/2000; Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios – Admissão no grau de Grã-Cruz, pelos relevantes serviços prestados à cultura jurídica e ao Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios, Brasília/DF, em março de 2000; Comenda Jurista Tobias Barreto na categoria Alta Distinção da Cultura Jurídica, no Instituto Brasileiro de Estudos de Direito (Ibed), Recife/PE, maio de 2000; Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado no grau de Grão-Colar, comenda concedida pelo Poder Judiciário do Estado de Pernambuco em 14 de agosto de 2000, no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça, em Recife/PE; do Ministério Público Militar, com a concessão da Medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar, grau Grã-Cruz, do Quadro Especial da aludida Ordem, outubro de 2000; do Tribunal Superior do Trabalho da 8ª Região, com a concessão da Medalha do Mérito *Jus et Labor*, grau Serviços Relevantes, outubro de 2000; do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com a concessão da Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, em 31 de outubro de 2000; da Câmara Municipal de Porto Seguro, Estado da Bahia, com a concessão do título de Cidadão Porto-

Segurense, mediante a Resolução nº 33, de 22 de novembro de 2000; título de acadêmico *Honoris Causa* da Academia Paulista de Magistratura, entregue em Brasília no dia 19.2.2002.

Participou dos seguintes congressos: Reunião Anual da Organização Internacional do Trabalho, 75^a Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 1988; Seminário Seis Constituições – Uma visão comparada (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Portugal e Espanha), promovido pelo Instituto Tancredo Neves e Fundação Friedrich Naumann, Brasília/DF, 1987; Congresso Internacional sobre Justiça do Trabalho, comemorativo do 40º aniversário de instalação da Justiça do Trabalho brasileira, organizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Brasília/DF, 1986; VI Encontro de Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, coordenado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Rio de Janeiro/RJ, 1986; Congresso Internacional e Brasileiro de Direito do Trabalho e Previdência Social, organizado pela Asociación Ibero-Americana de Derecho del Trabajo, realizado em Foz do Iguaçu/PR, 1984; I Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, organizado pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Academia Nacional de Direito do Trabalho, Brasília/DF, 1984; Seminário de Direito do Trabalho, promovido pela Academia Nacional do Direito do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho, em comemoração ao 40º aniversário da Consolidação das Leis do Trabalho, Brasília/DF, 1983; Congresso Internacional de Direito do Trabalho, promovido pela Academia Ibero-Americana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social – Madrid – e pelo Instituto Latino-Americano del Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social – Buenos Aires, Fortaleza/CE, 1979; XIII Jornada Ibero-Americana sobre El Trabajo, promovido por El Programa Academico de Relaciones Industriales da Universidade Particular San Martin de Porres, Lima (Peru), 1979; Simpósio sobre Direito do Trabalho e Previdência Social, promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisas do Direito Empresarial e Instituto dos Advogados do Brasil, Rio de Janeiro/RJ, 1979; III Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho, organizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, Brasília/DF, 1980; II Ciclo de Estudos de Direito Econômico, promovido pela Escola Nacional de Magistratura e pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, Angra dos Reis/RJ, 1994.

Ministro

Ilmar Galvão

Ilmar Nascimento Galvão nasceu em Jaguaquãra, Bahia, em 2 de maio de 1933. Filho de Ananias Leal Galvão e Otilia Nascimento Galvão. Casado com Terezinha Silva Lavocat Galvão. Tem 5 filhos: Clarice, Marcelo, Ludmila, Candice e Jorge Otávio.



Fez os estudos de primeiro grau no Ginásio Taylor-Egídio (1940-1947), em sua terra natal, e o, de segundo grau na Escola Técnica de Comércio de Jequié (1954-1956), na cidade do mesmo nome, ainda na Bahia.

Fez o curso superior de Direito na Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, onde tornou-se bacharel na turma de 1963. Realizou cursos de extensão e especialização sobre Direito Penal (1973), Organização do Trabalho Intelectual (1973), Novo Código de Processo Civil (1974) e Direito Agrário (1976).

Foi funcionário do Banco do Brasil S/A, de 1955 a 1967, havendo desempenhado os cargos de diretor da organização e controle da Secretaria de Planejamento do Estado do Acre (1964-1965), diretor da carteira de crédito geral do Banco do Estado do Acre (1965-1966) e presidente do Banco do Estado do Acre (1966-1967).

Integrou a diretoria do Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Acre (1964), e presidiu o Conselho Penitenciário do mesmo estado (1966-1967). Participou do Conselho Regional de Desportos do Acre (1965); do Conselho Estadual de Cultura do mesmo estado (1970-1974); das comissões incumbidas do Programa de Bolsas de Trabalho no Estado do Acre (1971); do levantamento contábil do Estado do Acre (1974); Organizadora Regional da Conferência Nacional de Abastecimento (Confenab) (1975); e da elaboração dos estatutos da Universidade do Acre (1975).

Ingressou na magistratura como juiz federal da Seção Judiciária do Acre em 1967, permanecendo até 1979. Exerceu as funções de diretor do foro e corregedor da seção judiciária. Foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no período de 11 de agosto de 1975 a 31 de dezembro de 1982.

De 1979 a 1985, foi juiz federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, havendo desempenhado as funções de diretor do foro e corregedor da Seção Judiciária do Distrito Federal, em 1984-1985. No período de 1979 a 1985, continuou respondendo pelas funções de juiz federal, diretor do foro e corregedor da Seção Judiciária do Estado do Acre. No período de 1982-1984, também respondeu pelas funções de juiz federal, diretor do foro e corregedor da Seção Judiciária de Rondônia. Foi juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1985).

Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos, por decreto de 16 de outubro de 1985, tomou posse e entrou em exercício a 29 de outubro de 1985. Com o advento da Constituição Federal de 1988 e a instalação do Superior Tribunal de Justiça, passou a fazer parte da composição deste Tribunal, no qual permaneceu até 13 de junho de 1991.

Por decreto de 12 de junho de 1991, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldir Guimarães Passarinho, tomando posse em 26 de junho de 1991.

Escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, foi juiz substituto, de 9 de junho de 1992 a 28 de novembro de 1994, e efetivo, de 29 de novembro de 1994 a 19 de maio de 1996, do Tribunal Superior

Eleitoral. Exerceu a Vice-Presidência desse órgão, de 13 de junho de 1996 a 28 de maio de 1997, e ascendeu à Presidência, em 19 de junho de 1997, exercendo-a até 2 de fevereiro de 1999.

Na área do magistério, foi professor titular de Direito Civil no Departamento de Direito da Universidade Federal do Acre (1965-1979), havendo ocupado, ainda, os seguintes cargos: vice-diretor e diretor da Faculdade de Direito do Estado do Acre (1974-1977); chefe do departamento de Direito da Universidade do Acre (1978-1979); reitor, em exercício, da Universidade Federal do Acre (1975, 1976 e 1978); membro do Conselho Estadual de Educação do Estado do Acre (1973-1977); e membro do Conselho Universitário da Universidade Federal do Acre (1974). Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, de 1981 a 1999.

Além de participação em encontros, seminários e bancas examinadoras, integrou comissões para os concursos públicos destinados ao provimento de cargos do magistério superior (1971); procurador do Estado do Acre (1977); procurador da Fazenda Nacional (1986); vestibular da Universidade do Acre (1971, 1974 e 1977). Também fez parte das comissões de concursos sobre monografia comemorativa do Centenário de Plácido de Castro (1973) e do Livro Didático sobre a História do Acre (1971).

É membro honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo.

Foi contemplado com as seguintes distinções: Ordem do Mérito Militar, Ministério do Exército; Ordem da Estrela do Acre; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho; Ordem do Mérito Judiciário Militar, Superior Tribunal Militar; Ordem do Mérito do Estado da Bahia; Ordem do Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça do Acre; Ordem do Mérito do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores; Ordem do Mérito de Brasília, Governo do Distrito Federal; Ordem do Mérito de Belas Artes, Rio de Janeiro; Ordem de Seringueira, Prefeitura do Rio Branco, capital do Acre; Grande Medalha da Inconfidência do Governo de Minas Gerais; Ordem do Mérito Alvorada, Governo do Distrito Federal; Ordem do Mérito das Forças Armadas, EMFA; Ordem do Mérito Aeronáutico, Ministério da Aeronáutica; Ordem do Mérito Naval, Ministério da Marinha; Ordem do Mérito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;

Ordem do Mérito Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro; Ordem do Mérito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Ordem do Mérito Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Goiás; Ordem do Mérito do Estado do Tocantins; Ordem do Mérito do Estado do Piauí; Ordem do Mérito San Martín, República do Chile.

Ministro

Maurício Corrêa

Maurício José Corrêa nasceu em São João do Manhuaçu, Minas Gerais, em 9 de maio de 1934. Filho de Arthur Aarão Corrêa e Maria Garcia Corrêa. É casado com Alda Gontijo Corrêa.

Tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, na turma de 1960.

A partir de 1961, foi advogado militante em Brasília, com escritório especializado em Direito Comercial e Direito Civil. No período de 1961 até 1986, exerceu o cargo de procurador autárquico (Iapas e IAPM).

Membro do Instituto dos Advogados do Brasil, Instituto dos Advogados do Estado de Goiás e Instituto dos Advogados do Distrito Federal.

De 1975 a 1986, foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – seção do Distrito Federal, ocupando a vice-presidência da entidade, no período de 1977 a 1979, e exercendo a presidência, por quatro mandatos, de 1979 a 1986.

Durante a sua gestão, foi fundador e presidente da primeira Comissão de Direitos Humanos da OAB, instituiu a Fundação de Assistência Judiciária, dedicada ao atendimento dos carentes, implantou



a Caixa de Assistência dos Advogados e construiu a sede definitiva da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal.

Presidiu a Comissão de Exame de Ordem da OAB/DF, integrou bancas examinadoras de candidatos à magistratura no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Promoveu a realização de diversos congressos, na área de Direito, durante o período em que presidiu a OAB/DF. Foi conferencista em ciclos de estudos da Adeg/DF, sendo escolhido paraninfo e patrono de várias turmas das faculdades de Direito sediadas em Brasília.

Em 1987, foi eleito senador, pelo Distrito Federal, para um mandato de oito anos, iniciado em 1º de fevereiro de 1987, havendo participado dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Apresentou 459 emendas, das quais 144 foram aprovadas. Como senador constituinte, participou das comissões e subcomissões da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Posicionou-se contrariamente à criação da Corte Constitucional, defendendo os textos que vieram integrar a Constituição de 1988, relativos aos órgãos do Poder Judiciário, bem assim à composição e competência do Supremo Tribunal Federal.

Foi vice-presidente da comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as denúncias feitas pelo Sr. Pedro Collor contra o Sr. Paulo César Farias. Ainda no âmbito dessa mesma comissão, participou da subcomissão que investigou o envolvimento do Sr. Paulo César Farias com empresas empreiteiras. Integrou a comissão parlamentar de inquérito instituída pela Resolução nº 22/88, do Senado Federal, para apurar, em profundidade, as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção, na administração pública.

Exerceu a vice-presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, durante o biênio 1991-1992.

Fez parte, como membro titular, no período de fevereiro de 1987 a outubro de 1992, das comissões de Assuntos Econômicos; Infraestrutura; Constituição, Justiça e Cidadania; Educação; e, como membro suplente, das comissões de Assuntos Sociais, Educação e Infraestrutura. Integrou a Comissão do Distrito Federal, extinta com a promulgação da Constituição de 1988.

Participou, como titular ou suplente, de diversas Comissões Especiais Mistas destinadas a apreciar medidas provisórias e examinar o PLC nº 118/84, que institui o Código Civil. Fez parte de várias delegações de parlamentares brasileiros em missões internacionais.

Desempenhou o cargo de ministro de estado da Justiça, durante o governo do Presidente Itamar Franco, de 5 de outubro de 1992 a 30 de março de 1994.

No período em que foi titular da pasta da Justiça, constituiu seis comissões de juristas para revisão do Código Eleitoral, do Código de Processo Penal, do Código de Processo Civil, do Código Penal (parte especial), da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, da Lei de Falências e Concordatas, além da Lei de Execução Penal.

Promoveu e presidiu, nos meses de setembro e novembro de 1993, a Primeira e a Segunda Jornadas de Debates sobre Violência e Criminalidade, com a participação de diversas representações de segmentos da sociedade, oportunidades em que foi elaborado o Programa Nacional dos Direitos da Cidadania (Pacote contra a Violência), propondo medidas de aperfeiçoamento legislativo.

Encaminhou à Presidência da República as seguintes proposições vinculadas ao pacote contra a violência: 1. projetos de lei: “Introduz modificações no art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”; “Institui Programa de Atenção Integral a Menores de Rua e dá outras providências”; “Acrescenta parágrafo único ao art. 66 e dá nova redação ao art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal” (encaminhados ao Congresso Nacional); 2. projetos de decreto que “institui a Carteira Nacional de Identidade” e que “dispõe sobre priorização de atendimento do idoso em órgãos públicos e privados”; 3. projetos substitutivos aos anteprojetos de lei que “Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dá outras providências”; que “Dá nova redação aos arts. 20 e 22 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983”; que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores, e dá outras providências”; que “Define os crimes de tortura e dá outras

providências”; 4. anteprojeto de lei que “Cria, por transformação, a Secretaria Federal de Segurança Pública e o Cadastro Nacional de Informações Criminais e dá outras providências”; e que “Dispõe sobre a proteção, auxílio e assistência às vítimas de infrações penais e dá outras providências”. Também procedeu à remessa de várias proposições modificando a legislação processual penal e alterando o Código de Processo Civil.

Sob a sua orientação, foram ainda apresentados os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 3.710/93 – “institui o Código de Trânsito Brasileiro”; Projeto de Lei nº 3.713/93 – “cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes e dá outras providências”, transformado na Lei nº 8.764/93; Projeto de Lei Complementar nº 146/93 – “cria o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e dá outras providências”, transformado na Lei Complementar nº 79/94; Projeto de Lei Complementar nº 145/93 – “organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos estados e dá outras providências”, transformado na Lei Complementar nº 80/94; Projeto de Lei nº 3.465/92 – “cria cargos na carreira da Polícia Federal”, transformado na Lei nº 8.633/93; Projeto de Lei nº 3.499/93 – “cria cargos de Patrulheiro Rodoviário Federal e dá outras providências”, transformado na Lei nº 8.702/93; Projeto de Lei Complementar nº 168/93 – “dá nova redação às alíneas *d*, *e*, e *h*, do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cassação, e determina outras providências”; Projeto de Lei Complementar nº 172/93 – “institui o Fundo de Reestruturação, Reparelhamento, Modernização e Manutenção das Atividades da Polícia Federal (Funrepol) – e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 3.714/93 – “dispõe sobre a estrutura e competência da Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 4.275/93 – “dispõe sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, de que trata o § 4º do art. 32 da Constituição Federal, e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 4.287/93 – “dispõe sobre a renovação de locação de imóveis, para fins empresariais”; Projeto de Lei nº 4.296/93 – “institui a Lei Orgânica Nacional das

Polícias Civis, dispõe sobre normas gerais para o seu funcionamento e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 4.376/93 – “regula a falência, a concordata preventiva e a recuperação das empresas que exercem atividade econômica regida pelas leis comerciais e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 3.712/93 – “dispõe sobre a repressão ao abuso do poder econômico e a defesa da concorrência, autorizando a transformação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em autarquia”, transformado na Lei nº 8.884/94; Projeto de Lei nº 4.146/93 – “dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências”, transformado na Lei nº 8.930/94 .

Em setembro de 1993, reuniu, em Brasília, entidades públicas e privadas de proteção e defesa do consumidor, no seminário que discutiu o esforço nacional de melhoria da qualidade de bens e serviços. Lançou a *Cartilha do Consumidor Organizado*, que estimula a auto-organização dos consumidores e a criação de entidades de defesa do consumidor. Presidiu o Segundo Congresso Brasileiro do Direito do Consumidor, realizado em Brasília, no mês de março de 1994.

Instituiu a comissão provisória destinada a receber e investigar denúncias de irregularidades na administração pública federal, até a instalação da Ouvidoria-Geral da União.

Em maio de 1993, representando o governo brasileiro, assinou a Convenção Internacional de Adoção, proclamada em Haia, na Holanda. Em junho do mesmo ano, chefiou a delegação brasileira que participou, em Viena, na Áustria, da Conferência Mundial dos Direitos Humanos.

Presidiu, em julho de 1993, a primeira reunião do governo, por intermédio do Ministério da Justiça, com organizações não-governamentais de Direitos Humanos, visando harmonizar uma colaboração conjunta na vigília dos direitos humanos no Brasil.

Criou a Secretaria de Trânsito e a Secretaria Nacional de Entorpecentes.

Presidiu, em outubro de 1993, a Terceira Cimeira dos Ministros dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que reuniu, em Brasília, os ministros da Justiça de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Coordenou os trabalhos de sistematização das propostas do governo à Assembléia Revisora da Constituição Federal e o Seminário Plebiscito e Revisão Constitucional, realizado no Senado Federal.

Como advogado, senador e ministro da Justiça, realizou conferências em quase todas as seções regionais da Ordem dos Advogados do Brasil, foi palestrante em diversas universidades brasileiras, entidades da sociedade civil e fóruns oficiais nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Participou como conferencista no Congresso Nacional de Magistratura, Belo Horizonte, 1991; conferencista no Encontro Nacional de Mulheres – Os Programas Sociais e a Reforma Fiscal, Brasília/DF, mar./94; conferencista sobre o tema Garantias Constitucionais, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nov./92; conferencista no Seminário A Proteção Humana no Direito Internacional Contemporâneo, Brasília/DF, nov./92; conferencista no Seminário O Papel do Poder Legislativo no DF e a Lei Orgânica, Brasília/DF, nov./92; conferencista no II Encontro Brasileiro sobre Violência e Segurança Pública, Senado Federal, Brasília/DF, mar./93; conferencista no Congresso de Direitos Ético-Difusos e Cidadania – A Sociedade Democrática e Mudanças Processuais, Universidade Estadual de Campinas/SP; conferencista e chefe da delegação brasileira na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena/Áustria, jun./93; conferencista no I Seminário de Política, Prevenção e Combate às Drogas no Brasil, Câmara dos Deputados, Brasília/DF, jun./93; conferencista na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, set./93; conferencista no Seminário sobre Direitos Indígenas, Senado Federal, Brasília/DF, set./93.

Foi palestrante no I Simpósio Nacional sobre Execuções Penais e Privatizações de Presídios, Joinville, SC, mar./93; palestrante no I Encontro Nacional de Procuradores do Ministério Público, Tribunal de Contas, no Auditório da OAB/DF, Brasília/DF, abril/93; palestrante no II Encontro Nacional de Peritos Oficiais, Brasília/DF, maio/93; palestrante no Terceiro Encontro Inter-Regional Regiões Centro-Oeste e Sudeste, Associação de Mulheres de Negócios de Brasília, Brasília/DF, maio/93; palestrante no Ciclo de Palestras da Semana do Aniversário do Ministério da Justiça, Brasília/DF, jul./93; palestrante no Seminário das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos

Humanos no Direito Brasileiro, Senado Federal, Brasília/DF, nov./93; palestrante no encontro Autonomia Política do DF, Federação das Indústrias de Brasília, Brasília/DF, fev./94; palestrante na reunião ordinária da comissão especial, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para a defesa dos interesses do Distrito Federal na revisão constitucional, Câmara Legislativa, Brasília/DF, mar./94; palestrante no II Encontro Nacional do Ministério Público junto aos tribunais de contas, Belém/PA, out./94.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, em 27 de outubro de 1994, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Brossard, tomou posse em 15 de dezembro de 1994.

Escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, passou a integrar o Tribunal Superior Eleitoral como juiz efetivo (10 de junho de 1997 a 2 de fevereiro de 1999). Foi eleito vice-presidente, em 2 de março de 1999. Em 6 de março de 2001, tomou posse no cargo de presidente, que exerceu até 10 de junho do mesmo ano.

É autor de artigos, ensaios e estudos publicados em jornais e revistas especializadas. Divulgou, ainda, os seguintes trabalhos: *Despoluição do Lago Paranoá*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 50 p.; *O regime de acumulação de cargos públicos*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1990. 15 p.; *Telecomunicações: garantia da soberania nacional*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. 80 p.; *A presença do Estado nos setores estratégicos*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. 9 p.; *Em defesa da Embrapa*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. 14 p.; *Centenário do nascimento de Pontes de Miranda. Esboço bibliográfico sobre Pontes de Miranda*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992. 20 p.; *Avocatória*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992. 61 p.; *Senado, Personagem & Instituição: crônica e ensaio ilustrado de Ciência Política; Direito público e história parlamentar*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993. 136 p.; *Manual do mutirão na execução penal – assistência jurídica ao preso brasileiro*. Brasília, 1993. 48 p.; *Relatório de atividades – gestão do Ministro Maurício Corrêa: outubro de 1992 a março de 1994*. Brasília: Imprensa Nacional, 1994; além de vários artigos, ensaios e estudos publicados em revistas e jornais.

Foi agraciado com as seguintes distinções: título de Presidente de Honra — Fundação de Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, nov./87; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau Oficial, ago./88; diploma de Honra ao Mérito – Ass. dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho, 1ª Região, 1992; Ordem do Mérito de Dom Bosco, grau Grande Oficial – TRT 10ª Região, mar./92; Medalha do Mérito Policial Civil, mar./92; Ordem do Mérito Judiciário Militar, grau Grã-Cruz, abril/93; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Eptácio Pessôa, TRT 13ª Região, grau Grã-Cruz, out./93; Ordem do Rio Branco, grau Grã-Cruz, abril/93; Ordem do Mérito de Brasília, grau Grã-Cruz, abril/93; diploma por sua efetiva colaboração no Programa de Comemorações do Ano do Bicentenário da Morte de Tiradentes, abril/93; Ordem do Mérito Naval, grau Grande Oficial, jun./93; Ordem do Mérito Forças Armadas, grau Grande Oficial, jul./93; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau Grã-Cruz, Tribunal Superior do Trabalho, ago./93; Ordem do Mérito Militar, grau Grande Oficial, ago./93; Ordem do Mérito Aeronáutico, grau Grande Oficial, out./93; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau Grã-Cruz, TRT/MT, mar./94; Vice-Presidente de Honra do XV Congresso Internacional de Direito Penal, realizado no Rio de Janeiro/RJ, período de 4 a 10 de setembro de 1994.

Ministro

Nelson Jobim

Nelson Azevedo Jobim nasceu em 12 de abril de 1946, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Filho de Hέλvio Jobim e Namy Azevedo Jobim.

Obteve o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (1964-1968), na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Após a formatura, dedicou-se ao exercício da advocacia, foi presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Maria/RS, no biênio 1977-1978, e vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Sul, no biênio 1985-1986. Também foi membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e do Instituto dos Advogados Brasileiros, sediado no Rio de Janeiro.

Professor adjunto do Departamento de Direito da UFSM/RS em Direito Processual Civil, Introdução ao Direito e Filosofia do Direito.

No magistério, foi professor da Escola Superior de Magistratura da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, lecionando Direito Processual Civil, Introdução ao Direito e Filosofia do Direito (1980-1986). Também lecionou na Escola Superior do Ministério Público da



Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul até 1986. É professor adjunto da Fundação Universidade de Brasília.

Foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul, no período de 1987 a 1991. Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, foi relator-substituto na elaboração do Regimento Interno da ANC; suplente da Subcomissão do Poder Legislativo; suplente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo; membro titular da Comissão de Sistematização; relator adjunto da Comissão de Sistematização. Exerceu as funções de vice-líder e, posteriormente, líder do PMDB. Presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara dos Deputados em 1989.

Reeleito deputado federal para a legislatura seguinte (1991-1995), foi relator da Comissão de Reestruturação da Câmara dos Deputados (1991); relator da comissão especial relativa à denúncia contra o ex-presidente da República, Sr. Fernando Collor de Mello, pela prática de crime de responsabilidade (1992); e relator da revisão constitucional (1993-1994).

Exerceu o cargo de ministro de estado da Justiça, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante o período de 1º de janeiro de 1995 a 7 de abril de 1997.

Desempenhou, então, as seguintes missões oficiais: chefe da delegação brasileira na Conferência Ministerial sobre Lavagem de Dinheiro e Produtos da Atividade Criminosa, realizada em Buenos Aires, Argentina, em 1º de dezembro de 1995; palestrante no Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável, Floresta Amazônica e o Papel do Direito, realizado na Universidade do Texas/EUA, em 29 de fevereiro de 1996; membro da delegação brasileira na 52ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, realizada em Genebra, Suíça, em 25 de março de 1996; chefe da delegação brasileira na V Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, realizada em Maputo, Moçambique, em 10 de maio de 1996; chefe da delegação brasileira na III Reunião Ministerial Americana sobre Infância e Política Social, realizada em Santiago do Chile, em 8 de agosto de 1996; integrante da comitiva presidencial em viagem à república italiana, ocasião

em que foi firmado o acordo para combate às drogas e ao crime organizado, em Roma, Itália, em 12 de fevereiro de 1997.

Participou, ainda, já como integrante do Supremo Tribunal Federal, da Comisión Binacional sobre Medidas de Confianza Mutua y Seguridad e Acuerdo para la Fijación de Medidas para Asegurar el Funcionamiento Eficaz del Canal de Zoramilla, 8 de outubro de 1998, Peru/Equador.

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 6 de fevereiro de 1997, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Francisco Rezek, havendo tomado posse em 15 de abril de 1997.

Escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, integrou o Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto (1º de julho de 1997 a 8 de fevereiro de 1999), passando a efetivo, em 9 de fevereiro de 1999. Em 6 de março de 2001, tomou posse no cargo de vice-presidente.

Proferiu as seguintes conferências e palestras: palestra proferida em evento promovido pela Associação do Ministério Público – Núcleo 7, OAB – subseção de Alegrete e Fundação Educacional de Alegrete, no mês de agosto de 1978; conferência na aula inaugural no Semestre I/90, na Escola Superior do Magistério Público, Porto Alegre, março de 1990; palestra Estatuto da Magistratura Nacional, 5 de junho de 1992; As Tendências do Direito e do Poder Judiciário no Brasil e no Mundo, no Conselho da Justiça Federal, Brasília, 1995; V Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Maputo, 7 a 10 de maio de 1996; conferência sobre a Política do Ministério da Justiça, na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1996; Aula Magna Universidade Estácio de Sá, proferida em 3 de setembro de 1996; conferência do 1º Ciclo de Estudos de Política e Estratégia da Adesg, Tocantins, 22 de setembro de 1997; palestra Organização Judiciária Brasileira, na Universidade de Franca, Franca/SP, 19 de junho de 1998; palestra sobre Lavagem de Dinheiro, Iasp, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP, 25 de setembro de 1998; palestra no I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional – Os 10 Anos da Constituição Federal em Debate: Balanço e Perspectivas, no Instituto Brasileiro de Direito Público, 22 a 24 de outubro de 1998; Escola

Nacional de Magistratura/Instituto dos Advogados de São Paulo, 30 de outubro a 2 de novembro de 1998; palestra O Papel do Supremo Tribunal Federal no Processo Decisório Nacional, no curso de formação em inteligência na Casa Militar da Presidência da República, em Brasília, 5 de abril de 1999; conferência Lavagem de Dinheiro, Grupo Mission, São Paulo, 30 de abril de 1999; palestra Globalização e o Poder Judiciário, no V Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, em Mangaratiba/RJ, no IBCB, 1999; palestra As Reformas Constitucionais Frente à Atualidade Brasileira; Decreto nº 1.691/99 declara o Ministro Nelson Jobim Hóspede Oficial do Município de Tupanciretã; V Simpósio Intersindical de Relações do Trabalho, FIERGS/Contrab, em Canela/RS, 3 a 5 de junho de 1999; conferência no XI Encontro Nacional de Procuradores de Assembléias Legislativas, ANPAL, em Gramado/RS, 8 e 9 de maio de 2000; palestra de abertura do Seminário Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação no Mercado de Trabalho – Tema: Introdução à Ação Afirmativa no Brasil, no Auditório do MPDFT, em Brasília, 15 de maio de 2000; palestra Direitos Humanos, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Minas Gerais, 9 de junho de 2000; palestra Ação de Investigação Judicial Eleitoral para Apuração de Abuso de Poder, UFBA, II Simpósio Nacional de Direito Eleitoral – Eleições 2000 – Salvador/BA, 28 de julho de 2000; palestra Abuso nas Campanhas Eleitorais e Cassação de Registro, na Faculdade Cândido Mendes, em Nova Friburgo/Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2000; IX Encontro Nacional de Direito Constitucional & I Congresso de Constitucionalistas do Mercosul, 24, 25 e 26 de agosto de 2000, USP, na Associação Brasileira dos Constitucionalistas – Instituto Pimenta Bueno; presidente das mesas de trabalhos – O Poder Judiciário Laboral, no I Encontro de Escolas de Magistratura do Trabalho – O Direito do Trabalho na Sociedade Contemporânea, no Hotel Intercontinental, São Paulo, 27 de agosto de 2000; palestra de encerramento do Congresso da Academia Internacional de Direito e Economia, Projeto de Lei do Código de Defesa do Contribuinte, 4 de setembro de 2000, no Centro de Convenções do Gran Meliá Hotel, São Paulo.

Participou dos seguintes seminários: A Reforma do Poder Judiciário, 1997, no Ceub; Aspectos Jurídicos e Econômicos do Sistema

de Financiamento Imobiliário, na Escola Nacional da Magistratura, Bahia, 13 de março de 1999; Mercosul e Planos de Saúde, na Escola Nacional da Magistratura, Santiago do Chile, 6 de setembro de 1999; O Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira – seminário internacional – (presidente da mesa), no Conselho da Justiça Federal, em Brasília, 1º de outubro de 1999; Lavagem de Dinheiro – seminário internacional –, em Brasília, 29 a 30 de novembro de 1999; I Seminário Nacional de Perícia Contábil, na Associação dos Peritos Criminais Federais (APCF), em Brasília, 22 de março de 2000.

Teve participação nos seguintes congressos, convenções e simpósios: 1ª Semana Jurídica de São Gabriel, 16 a 20 de setembro de 1977; V Congresso Latino-Americano de Magistrados, em Porto Alegre, 24 de abril de 1987; 4ª Semana Jurídica de São Gabriel, 17 de setembro de 1989; 2ª Jornada de Estudos Contábeis e Jurídicos no Centro de Ensino Superior de Erechim, maio de 1990; III Congresso Nacional das Justiças Militares Estaduais, no Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 19 de junho de 1993; 34ª Convenção Nacional do Comércio Lojista e 45º Seminário Nacional dos Serviços de Proteção ao Crédito, em Natal/RN, 24 a 27 de outubro de 1993; Simpósio Internacional sobre *Formación Judicial, Poder Judicial de Salta, Escuela de La Magistratura*, Ciudad de Salta, 14, 15 e 16 de agosto de 1997; Orientador do trabalho: A Defesa do Consumidor no Âmbito do Mercosul, apresentado no V Congresso de Iniciação Científica da UnB, 26 e 27 de agosto de 1999; VIII Encontro Nacional de Direito Constitucional, Associação Brasileira dos Constitucionalistas, na USP, 26 a 28 de agosto de 1999; V Congresso de Estudos Jurídicos e III Encontro dos Advogados do Estado do Tocantins, 19 a 22 de outubro de 1999; VI Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, Escola Nacional de Magistratura e Instituto dos Advogados de São Paulo, em Recife, 28 de abril a 1º de maio de 2000; curso Direito e Economia para Magistrados, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo/RS, 25 a 28 de maio de 2000; AEI World Forum, Beaver Creek, Colorado/EUA, 15 a 18 de junho de 2000.

Publicou a monografia *As tendências do Direito e do Poder Judiciário no Brasil e no mundo*. Conselho da Justiça Federal, Centro

de Estudos Judiciários. Brasília: CJP, 1997, vol. 14; e os seguintes artigos: Penas alternativas: pontos para reflexão. In *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Ed. Forense, 10ª edição, 1988, p. 40; Mais uma década perdida? *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1993; A revisão é indispensável. *O Estado de São Paulo*, 24 de setembro de 1993; Revisão deve buscar rapidez e qualidade. *O Estado de São Paulo*, 1º de outubro de 1993; Crise e disputa de poderes. *O Estado de São Paulo*, 9 de outubro de 1993; As dúvidas do rito sumário. *O Estado de São Paulo*, 15 de outubro de 1993; O regimento da revisão constitucional. *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1993; CPI e revisão devem andar juntas. *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1993; CPI não absolve nem condena: investiga. *O Estado de São Paulo*, 5 de novembro de 1993; CPI do Orçamento x Eleições de 1994. *O Estado de São Paulo*, 18 de novembro de 1993; Federação x República. *O Estado de São Paulo*, 23 de novembro de 1993; Acusados devem ser afastados. *O Estado de São Paulo*, 30 de novembro de 1993; Distorções no sistema eleitoral. *O Estado de São Paulo*, 7 de dezembro de 1993; A incoerência da nossa Federação. *O Estado de São Paulo*, 14 de dezembro de 1993; Da disputa dos poderes. *O Estado de São Paulo*, 21 de dezembro de 1993; Controle externo do Judiciário. *O Estado de São Paulo*, 28 de dezembro de 1993; PMDB: falta unidade para 94. *O Estado de São Paulo*, 4 de janeiro de 1994; Da legislação eficaz e da governabilidade. *O Estado de São Paulo*, 11 de janeiro de 1994; Reeleição com limites é avanço. *O Estado de São Paulo*, 26 de janeiro de 1994; Em torno de um sistema eleitoral misto. *O Estado de São Paulo*, 1º de fevereiro de 1994; No caminho da revisão, as eleições. *O Estado de São Paulo*, 31 de maio de 1994. Publicou, ainda, *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias* – Organizadores: Nelson Jobim e Walter Costa Porto, Senado Federal, subsecretaria de Biblioteca, 1996.

Mereceu as seguintes homenagens: Diploma de Cidadania por participar da campanha da Constituinte 86; Defensor da Liberdade e da Justiça Social, Prefeitura Municipal de Cuiabá, outubro de 1988; homenagem dos advogados de Goiás, Anápolis, 22 de outubro de 1988, Felicíssimo José de Sena, presidente da OAB/GO; reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no Congresso Nacional, julho de

1989, PMDB de Santa Maria, 7 de maio de 1991, Ver, Elias Pacheco, presidente; Elaboração da Lei Orgânica do Município de Santo Ângelo, 2 de agosto de 1991, Poder Legislativo, Ver, Juarez Alves Lemos, presidente; homenagem dos acadêmicos, Faculdade de Direito, 1992, Santo Ângelo/RS, 4º ano de Direito; colaboração prestada ao CPEAEX/Eceme no apoio às atividades de ensino, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 31 de maio de 1993; relator da revisão constitucional (1993 e 1994); homenagem da FMU – Faculdade de Direito; homenagem da Polícia Rodoviária Federal, Formatura da Turma I/94; pela magnânima e brilhante participação como parlamentar na Câmara dos Deputados, oficiais da BM, Santa Maria, junho de 1994; homenagem da Escola de Comando Estado-Maior do Exército, 31 de março de 1995; homenagem e agradecimento da Prefeitura Municipal e Associação Comercial e Industrial de Faxinal do Soturno/RS, 10 de julho de 1995; título de Cidadão Valenciano, Seminário Internacional e Capacitação nos Sistemas Penitenciários, Valença/RJ, 31 de agosto de 1995; participação do ministro da Justiça no 1º Fórum Nacional sobre Polícia Interativa, Guaçuí/ES, 30 de agosto de 1995, Prefeitura Municipal; homenagem ao ministro da Justiça, presidente de honra do II ENAC, setembro de 1995; agradecimento dos delegados da Polícia Federal ao ministro da Justiça, São Paulo, 3 de outubro de 1995; homenagem ao ministro da Justiça da Turma Galeno Lacerda – Direito noturno – Ceub, dezembro de 1995; Ministro da Justiça, patrono dos formandos de Direito diurno do Ceub, 2º semestre de 1996; agradecimento pela colaboração prestada aos estudos da escola em 1996, Escola Superior de Guerra, 1996; Certificate of Appreciation United States Coast Guard, International Training Seminar, Rio de Janeiro, 29nd day of March 1996; congratulações pelo lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 13 de maio de 1996; instalação da Câmara de Arbitragem e Associação Comercial do Paraná (Arbitac) – ministro da Justiça, Curitiba, 18 de junho de 1996; homenagem pela visita à cidade de Goiás, Prefeitura Municipal, julho de 1996; agradecimento pela participação na Semana do Advogado, OAB/MG, 13 de agosto de 1996; ministro da Justiça, paraninfo dos formandos de Direito da UFSC, 17 de agosto de 1996; SICREDI/RS, pelo apoio institucional ao desenvolvimento do

cooperativismo de crédito, Porto Alegre, 6 de dezembro de 1996; título de Professor *Honoris Causa*, concedido pelo Conselho Superior das Faculdades Integradas da Sociedade Educacional Tuiuti, Curitiba/PR, em 11 de março de 1997; título de Irmão Honorário, Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Pelotas/RS, 6 de dezembro de 1997; Dante de Oliveira; Diploma de Acadêmico, Academia Internacional de Direito e Economia, 4 de dezembro de 1998; Homenagem do Tribunal Constitucional em Madrid, 1998; Diploma de Honra ao Mérito pelos serviços prestados às populações negras, Cedine/MS, Campo Grande, 21 de março de 2000; patrono da Turma Nelson Jobim, turma de Direito da Fiplac, 2º Semestre de 1999, 19 de maio de 2000; patrono dos bacharelados em Administração – Comércio Exterior, 1º Semestre/2000, Uneb, Brasília, julho de 2000.

Foi agraciado com as seguintes medalhas: II Ministero Dell’Interno (Itália); Brigada Militar – 150 anos, 2 de outubro de 1988; Colégio Ruy Barbosa, A cultura liberta. A ignorância escraviza; inauguração da OAB, Brasília, 19 de novembro de 1990; visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso, República da Venezuela, 1995; Prêmio Direitos Humanos, Brasília, dezembro de 1995; visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso, República da África do Sul, 1996; Estratégia Antidrogas, em El Hemisferio, Montevideo, Uruguay, 3 de dezembro de 1996; Polícia Judiciária; Polícia Federal; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1994, 60 anos; Instituto dos Advogados Brasileiros, 150 anos; Marinha do Brasil, Navio-Escola Brasil; Ministerio del Interior, Uruguay; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Medalha do Mérito Tiradentes, Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, 10 de dezembro de 1997; Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul – 20 Anos Realizando Justiça – 1979-1999; Associação dos Peritos Criminais Federais, I Seminário Nacional de Perícia Contábil, Brasília, 23 de março de 2000; Alfinete de lapela com a logomarca oficial da UFRGS, membro da Comissão Honorífica do Centenário, 21 de junho de 2000.

No exterior, foi agraciado com as seguintes condecorações: Estados Unidos da América: Honorary Texan, The State of Texas, 29th day of February, A.D. 1996; Scientific Merit Award, Institute for Inter-American Legal Studies, Barry University of Orlando School of

Law, Orlando, Florida, United States of America, May 19th, 1999. Itália: Cavaliere di Gran Groce, Dell'Ordine Al Merito Della Repubblica Italiana, Roma, 11 de febbraio 1997. França: Grand Officier de La Légion D'Honneur, Ordre National de La Légion D'Honneur, Paris, le 3 septembre 1997. Argentina: Miembro Honorario del Instituto del Derecho Comparado y de la Integración, Universidad Notarial Argentina, Buenos Aires, 12 de junho de 1996.

No Brasil recebeu diversas condecorações:

Poder Judiciário: Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça, 1974; Grande Oficial, Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, 11 de agosto de 1989; Ordem do Mérito Juiz Classista, Associação Nacional dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho, 6 de setembro de 1993; Condecoração de Alta Distinção, Ordem do Mérito Judiciário Militar, 10 de novembro de 1993; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, 11 de agosto de 1995; Colar do Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1996.

Poder Legislativo: Grande Oficial, Ordem do Congresso Nacional, 17 de dezembro de 1990; Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmin, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 1º de agosto de 1996.

Poder Executivo: título de Sócio Benemérito pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados aos procuradores da Fazenda Nacional, Brasília, 4 de julho de 1989; Mérito Universitário, Universidade Federal de Santa Maria, 29 de setembro de 1989; Grã-Cruz, Ordem do Mérito, Tocantins, 9 de março de 1991; Mérito Tamandaré, Ordem do Mérito Naval, Brasília, 13 de dezembro de 1992; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, Brasília, 11 de junho de 1993; Comendador da Ordem do Mérito Militar, Brasília, 25 de agosto de 1993; Grande Oficial, Ordem do Mérito Militar, Brasília, 19 de abril de 1995; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, Brasília, 27 de abril de 1995; Grande Oficial da Ordem do Mérito Forças Armadas, 25 de julho de 1995; Grande Oficial da ordem do Mérito Aeronáutico, Brasília, 23 de outubro de 1995; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, 1º de abril de 1996; Título de Homenageado Especial, Academia Brasileira de Direito Criminal, ABD CRIM, São Paulo, 12 de dezembro de 1996; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Marechal Rondon,

Rondônia, 28 de fevereiro de 1997; Grã-Cruz da Ordem do Ponche Verde, Porto Alegre, 9 de maio de 1997; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Dom Bosco, Brasília, 2 de setembro de 1997; Medalha do Mérito Tiradentes, Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, 10 de dezembro de 1997; Comenda de Cavaleiro recebida pela notável contribuição ao Estado do Paraná, Curitiba, 13 de dezembro de 1997; grau Cavaleiro da Boca Maldita, Curitiba, 13 de dezembro de 1997; Grande Oficial, Ordem da Estrela do Acre, Rio Branco, 11 de agosto de 1999.